



FACULDADE DE LETRAS

UNIVERSIDADE DO PORTO

Anderson Veiga

2º Ciclo de Estudos em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território

O Programa Especial de Realojamento no Concelho de Valongo:
Uma análise à Qualidade de Vida nos Bairros PER de
Montes da Costa, Palmilheira e Galinheiro

2014

Orientadora: Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação

Versão definitiva

Dissertação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto
para a obtenção do grau de mestre em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território.

Porto, 2014

“... a habitação constitui em si mesma um fenómeno social pelos problemas sociais que levanta e pelas circunstâncias históricas em que se desenvolve. Está ligada às formas de comportamento do grupo familiar e de todo um sistema social e económico em que se instala ou é construída. (...) Daí o poder ser encarado como um indicador para a explicação de hábitos e formas de vida de um determinado meio social.”

(Carneiro, 1994)

Agradecimentos

Não sendo possível referir todas as pessoas que desde o começo me incentivaram e apoiaram na realização deste trabalho, gostaria de expressar a minha gratidão a todos aqueles que, direta ou indiretamente, se mostraram atenciosos aos meus pedidos de ajuda e me incentivaram, no sentido de ultrapassar todos os obstáculos inerentes à realização da presente dissertação.

As primeiras palavras de agradecimento vão para a Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos, que orientou esta dissertação. Quero expressar toda a gratidão pela sua simpatia, por todo o apoio prestado na obtenção de documentos pertinentes, por todos os conselhos e críticas que me permitiu um conhecimento mais aprofundado do tema, pela sua dedicação e disponibilidade que sempre teve comigo, durante a elaboração desta dissertação. A sua orientação foi fundamental para o alcançar dos objetivos propostos.

Agradecer, também, a todos os docentes quer da Licenciatura em Geografia, quer do 2º Ciclo de Estudos em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, que contribuíram na minha aprendizagem.

À Câmara Municipal de Valongo e a Empresa Vallis Habita, em especial ao Dr. Alexandre, pela informação fornecida.

Agradecemos, também, a colaboração de todos os inquiridos que responderam ao questionário, pois sem eles, não seria possível apresentar os dados e conclusões deste trabalho.

Ao Diogo Ribeiro por toda a paciência que teve comigo e disponibilidade para me ajudar sempre que foi preciso.

Aos meus colegas de mestrado pela disponibilidade, pelo apoio e por todas as palavras amigas nestes 2 anos.

Aos meus amigos, Hélder, Hugo, Nuno, Samuel, Flávio, Ricardo, Luís, Marta, Joana, Ana Catarina, Ana Fonseca, Marisa, Sofia, por todos estes anos um agradecimento especial.

Agradecer à minha namorada Ana, não só pela ajuda durante todos estes meses, mas pelo seu apoio e carinho nos momentos mais difíceis, assim como toda a confiança depositada em mim.

Por fim, não posso deixar de agradecer todo o carinho, ajuda e paciência com que, ao longo destes anos, aqueles que têm um lugar muito especial no meu coração me dedicaram: aos meus pais e irmãos, à minha tia Katia.

Resumo

A presente dissertação apresenta o estudo sobre a qualidade de vida e a satisfação residencial das famílias, em alguns dos bairros sociais abrangidos pelo Programa Especial de Realojamento (PER) no concelho de Valongo.

Depois de, numa primeira parte, apresentar-se o tema, a definição de objetivos, assim como toda a estrutura do trabalho, seguiu-se uma síntese sobre as diferentes abordagens da questão da habitação e suas políticas com o Programa Especial de Realojamento (PER). Programa que, centrando-se exclusivamente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, surge enquanto resposta, às situações de necessidade de realojamento, essencialmente de núcleos de barracas e outros tipos de alojamentos precários, existentes nas duas Áreas Metropolitanas.

A partir de um estudo de caso, propomos a caracterização do parque habitacional do concelho de Valongo assim como de quatro bairros sociais. Três desses bairros foram promovidos pelo PER (Galinheiro, Palmilheira e Montes da Costa) e um outro bairro social (Calvário) que é anterior ao PER, pertencia ao IGAPHE. Este bairro foi incluído na amostra, para comparação e porque passou para administração da autarquia quando foi financiado o PER.

Em termos conceituais o trabalho assenta nos indicadores subjetivos do modelo conceitual de Allardt e na noção de bem-estar. Na dimensão subjetiva, analisamos as perceções dos indivíduos residentes em bairros sociais.

Como método de análise, analisamos 112 questionários. Esta análise pretende aferir de que forma o realojamento contribui para uma melhoria da qualidade de vida e bem-estar das famílias, a partir das condições da habitação e dos espaços envolventes a esta.

Os resultados apurados indicam que o PER veio proporcionar ao concelho de Valongo, uma excelente oportunidade de usufruir das condições que advinham do programa e que as famílias inquiridas revelam uma satisfação bastante elevada relativamente ao novo espaço privado, a casa.

Palavras-chave: Habitação; PER, Qualidade de Vida; Satisfação

Abstract

This dissertation presented a study about the quality of life and household's residential satisfaction in some neighborhoods covered by Special Rehousing Programme (PER) in the municipality of Valongo.

In the first part we present the theme, setting goals, as well as the whole structure of the work, followed by an overview of the different approaches to the issue of housing and its policies with the Special Rehousing Programme (PER). This programme, focusing exclusively on the Lisbon and Porto metropolitan areas, which arises as a response to situations of rehousing, particularly of the slums and other types of sub-standard housing in the two metropolitan areas.

From a case study, we propose to characterize the housing stock of the Valongo municipality as well as four social neighborhoods. Three of these neighborhoods belong to the PER (Galinheiro, Palmilheira, Montes da Costa) and another social neighborhood (Calvário) which is prior to the PER, belonged to IGAPHE. With this we will make a comparison with the results of the PER neighborhoods.

Conceptually this work is based on subjective indicators of the conceptual approach of Allardt and the notion of well-being. In the subjective dimension, here we analyze the perceptions of individuals living in social neighborhood.

As a method of analysis, we analyzed 112 questionnaires. This analysis aims to assess how the rehousing contributes to an improved quality of life and well-being of families, from the conditions of housing and environments.

The results indicate that the PER has provided the municipality of Valongo, an excellent opportunity to benefit from the conditions that stemmed from the program and that the families show a very high satisfaction with the new home.

Keywords: Housing, PER, Quality of Life; Satisfaction

Índice Geral

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice Geral	viii
Índice de figuras	x
Índice de quadros	xii
Acrónimos	xiii
Capítulo I – Introdução	1
1.1. A seleção do tema e definição de objetivos	2
1.2. Estrutura do trabalho.....	5
Capítulo II – Enquadramento Conceptual	7
2.1. A Habitação – Enquadramento Teórico.....	7
2.2. A Política Habitacional em Portugal	8
2.2.2. Pós 25 de Abril	8
2.3. O Programa Especial de Realojamento	14
2.3.1 Porque surge o PER: De um problema nacional aos problemas locais	14
2.3.4. PER Famílias e os programas de financiamento à reabilitação	23
2.4. A Qualidade de Vida.....	27
2.4.1. Introdução	27
2.4.2. A multidimensionalidade do conceito de Qualidade de Vida.....	28
2.4.2. Abordagem objetiva e a abordagem subjetiva	31
2.4.3. As dimensões da Qualidade de Vida	33
2.5. A Satisfação Residencial.....	36
2.5.1. Introdução	36
2.5.2. Satisfação Residencial – indicadores subjetivos.....	37
Capítulo III – Parque Habitacional Municipal de Valongo	40
3.1. Introdução	40
3.2. Caraterização demográfica e territorial do concelho de Valongo.....	40
3.2. Caraterização do Parque Habitacional Municipal.....	49
3.3. Caraterização dos bairros sociais e dos Empreendimentos PER	59
Capítulo IV - Análise da Qualidade de Vida nos Bairros Sociais do PER	64
4.1. Proposta teórico-metodológica	64

4.1.2 A dimensão subjetiva.....	64
4.2. A Qualidade de Vida e Satisfação Residencial.....	69
4.2.1. Percepção global dos resultados	69
4.2.2. Amenidades localizadas nas proximidades da área de residência: Níveis de satisfação por domínios analíticos	78
4.2.3. Percursos residenciais e percepções dos residentes relativamente ao processo de realojamento.....	84
4.2.4. Satisfação residencial dos moradores com a casa/bairro e as relações de vizinhança	87
4.2.5. Resultados e reflexão	90
Capítulo V – Conclusão.....	95
Referências Bibliográficas	99
Sites/Endereços eletrónicos.....	104
Anexos.....	105

Índice de figuras

Figura 1 - Organograma exemplificativo da estrutura lógica subjacente ao cumprimento dos objetivos do trabalho de investigação.	3
Figura 2 - Enquadramento orgânico do processo de gestão de programas de realojamento.....	20
Figura 3- Objetivos de aplicação do PER pelos municípios	21
Figura 4- Referências para a promoção de qualidade arquitetónica e urbanística	22
Figura 5 - Referências para a inserção social das famílias.....	23
Figura 6 – Nº de fogos concluídos pelo PER-Famílias, por concelho, entre 1997 e 2005.....	25
Figura 7 - Medidas e métodos para a avaliação da qualidade de vida.	31
Figura 8- Modelo sistémico da satisfação residencial de Amérigo (1990; 1995).	38
Figura 9 – Enquadramento da Área de Estudo – concelho de Valongo	41
Figura 10- Evolução da população residente no concelho de Valongo, entre 1960 e 2011.....	42
Figura 11 - Variação da população residente por freguesias, entre 1970 e 2011.	47
Figura 12 – Peso específico da população residente, por freguesias, em 1970 e 2011.	48
Figura 13 – Número de famílias clássicas por freguesias, 2001 e 2011.....	49
Figura 14 – Número de alojamentos familiares clássicos, por freguesias, em 2001 e 2011.	50
Figura 15 – Alojamentos não clássicos, por freguesias, em 2001 e 2011.....	51
Figura 16 – Forma de ocupação dos alojamentos clássicos, por freguesias, em 2001.	53
Figura 17 - Forma de ocupação dos alojamentos clássicos, por freguesias, em 2011.....	53
Figura 18 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, com Infraestruturas, por freguesias, em 2001 e 2011.....	55
Figura 19 – Edifícios por época de construção no concelho de Valongo, em 2011.....	56
Figura 20 – Edifícios por época de construção, por freguesias, em 2011.	57
Figura 21 – Número de edifícios, por freguesias, em 2001 e 2011.....	58
Figura 22- Bairros de habitação social no concelho de Valongo	60
Figura 23- Empreendimentos PER no concelho de Valongo.....	63
Figura 24 – Idade dos inquiridos por grupos etários.	69
Figura 26 – Nível de escolaridade dos agregados familiares.	70
Figura 25 - Sexo do inquirido	70
Figura 27 – Tipo de famílias.	71
Figura 28 – Agregados familiares com atividade económica.	72
Figura 29 – Agregados familiares sem atividade económica.	72
Figura 30 - Principal rendimento dos agregados familiares.....	73
Figura 31 - Valor do rendimento dos agregados familiares	74
Figura 32 - Percentagem de indivíduos inquiridos, por graus de satisfação	76
Figura 33 - Percentagem de indivíduos inquiridos, por graus de satisfação relativamente a habitação onde residem (numa escala de 1 a 10).....	77
Figura 34 - Percentagem de indivíduos inquiridos, por graus de satisfação relativamente ao....	77
Figura 35- Percentagem de indivíduos inquiridos, por níveis de autoavaliação da qualidade de vida (numa escala de 1 a 10).....	78
Figura 36 - Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a habitação e o trabalho nas proximidades do seu local de residência.....	79
Figura 37 - Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com as	80

Figura 38- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com o espaço.....	81
Figura 39- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a oferta de serviços nas proximidades do seu local de residência.....	81
Figura 40- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a oferta de equipamentos nas proximidades do seu local de residência.....	82
Figura 41 - Percentagem de indivíduos inquiridos, satisfeitos com a oferta de transportes públicos e mobilidade nas proximidades do seu local de residência.....	82
Figura 42- Percentagem de indivíduos inquiridos, satisfeitos com a cidadania e governança nas proximidades do seu local de residência.....	83
Figura 43- Percentagem de indivíduos inquiridos, satisfeitos com a cidadania e governança nas proximidades do seu local de residência.....	84
Figura 44- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao local onde viviam antes. ..	85
Figura 45- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente a casa onde viviam antes.	85
Figura 46- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao motivo de mudança para o novo bairro.....	86
Figura 47 - Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente a opinião sobre a mudança para o novo bairro.....	87
Figura 48- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a casa	88
Figura 49 - Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a casa	88
Figura 50- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao grau de satisfação com o ..	89
Figura 51- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao grau de satisfação com o bairro onde moram atualmente após o realojamento.....	90

Índice de quadros

Quadro 1- Medidas da política de habitação social do Estado, pós 25 de Abril	10
Quadro 2- Número de fogos construídos e a concluir no âmbito do PER, por concelho em 2006.....	19
Quadro 3 – Suporte para a delimitação dos atributos do conceito de Qualidade de Vida.....	30
Quadro 4 - Categorias de bem-estar individual.....	33
Quadro 5 – Componentes da Qualidade de Vida	34
Quadro 6 – Indicadores de bem-estar.....	36
Quadro 7- População residente no concelho de Valongo, entre 1960 e 2011	42
Quadro 8 – Evolução da população residente nos concelhos do Grande Porto, entre 1960 e 2011.....	43
Quadro 9 – População residente no concelho de Valongo segundo os grupos etários.....	45
Quadro 10 – Evolução da população residente por freguesias no concelho de Valongo, entre 1970 e 2011	46
Quadro 11- Número de famílias clássicas, por freguesias no concelho de Valongo, em 2001 e 2011.....	50
Quadro 12 – Número de alojamentos clássicos e alojamentos não clássicos, por freguesias no concelho de Valongo, em 2001 e 2011	52
Quadro 13 - Alojamentos clássicos de residência habitual, segundo a entidade proprietária, no concelho de Valongo, em 2001 e 2011	54
Quadro 14 – Domínios temáticos e Vetores de análise à qualidade de vida e a satisfação residencial	68
Quadro 15- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao local onde procuram os serviços.....	75
Quadro 16 – Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao local onde realizam habitualmente as suas compras	75

Acrónimos

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AMP – Área Metropolitana do Porto

CDHS – Contratos de Desenvolvimento para Habitação

CHE – Cooperativas de Habitação Económica

CMV – Câmara Municipal de Valongo

DL – Decreto-lei

FAIH - Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional

FFH – Fundo Fomento de Habitação

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAMP – Grande Área Metropolitana do Porto

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IHRU – Instituto para a Habitação Reabilitação Urbana

INE – Instituto Nacional de Estatística

INH – Instituto Nacional de Habitação

MHUC - Ministério da Habitação e Urbanismo e Construção

PEH – Plano Estratégico de Habitação

PER – Programa Especial de Realojamento

PRID - Programa de Recuperação de Imóveis Degradados

PROHABITA – Programa de Financiamento para acesso à Habitação

RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RECRIPH - Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas

SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

SOLARH - Programa de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação

QV - Qualidade de Vida

Capítulo I – Introdução

O presente estudo contextualiza-se no Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, com um tema direcionado para a problemática da habitação social no concelho de Valongo, pois este, a par de outros municípios, fez um esforço de investimento na construção de bairros para realojamento da população mau alojada.

O nosso trabalho irá estudar, mais concretamente, o Programa Especial de Realojamento (PER), a partir da análise da qualidade de vida e satisfação residencial das famílias realojadas nos bairros PER.

“No contexto das políticas de habitação social em Portugal, o Programa Especial de Realojamento é um dos planos mais ambiciosos de sempre. Foi, por isso, muito debatido desde o início, em 1993” (Cachado, 2013: 3).

Nos últimos anos a política habitacional tem-se caracterizado pelas várias intervenções no realojamento para as populações mais carenciadas, através da construção de mais habitação social.

Esta população mais carenciada, caracteriza-se por ser economicamente mais desfavorecida, pelo que não consegue satisfazer às suas necessidades habitacionais, necessitando assim, do apoio do Estado para aceder a uma habitação condigna.

Devido às desvantagens sociais e económicas estas populações fixaram-se em bairros sem condições mínimas¹ para se habitar, favorecendo desta maneira o crescimento de barracas e das ilhas². Para combater estas necessidades habitacionais, nos últimos anos o Governo tem tentado a erradicação destas situações, criando vários programas de habitação e realojando as famílias em locais com melhores condições para se habitar. As situações de habitação precária têm vindo a diminuir com a construção de bairros sociais através de programas como o PER.

A habitação para além de ser uma componente determinante para satisfazer as condições mínimas das necessidades dos indivíduos, sendo essencial para a sua sobrevivência, tem vindo ao longo dos anos a adquirir preocupações que “vão muito além da mera proteção contra situações hostis” (Matos, 2001: 9).

¹ Bairros de habitat degradado, precários, edifícios em ruína. (Matos, 2001: 9).

² São um tipo de habitação precária que surgiu no século XIX, fazendo-se notar alguns casos por exemplo na cidade do Porto. (Fraguito, 2009: 23).

Para se construir melhor habitação, não chega produzir mais alojamentos é necessário, também, construir com melhor qualidade e com espaços envolventes que satisfaçam as necessidades diárias das populações (como por exemplo, espaços verdes, arruamentos, acesso aos transportes públicos, etc.)

Sendo assim, a temática em estudo, implicou escolhas decorrentes, quer dos aspetos que consideramos mais relevantes, quer das condicionantes relativas aos instrumentos de análise disponíveis. Parece-nos, então, essencial, refletirmos em primeiro lugar sobre o objetivo do trabalho, sobre o território escolhido e também sobre o modelo de análise.

1.1. A seleção do tema e definição de objetivos

A escolha do estudo que agora apresentamos, prende-se com o ano curricular do mestrado, nomeadamente com a matéria tratada na unidade curricular de Habitação e Ordenamento do Território. Mas desde cedo, ainda durante a licenciatura, motivado para as questões urbanas e sociais, os primeiros trabalhos de pesquisa que realizei, confrontaram-me com questões essencialmente relacionadas quer com o crescimento urbano quer com formas emergentes, ou em consolidação, de habitat. Ainda durante a licenciatura, foi-me possível realizar trabalhos de pesquisa assim como vários trabalhos de campo sobre a satisfação residencial em alguns bairros sociais na cidade do Porto, como por exemplo dos residentes no bairro do Aleixo, em que o método de análise que utilizamos foi um questionário aos residentes do bairro.

A opção pelo concelho de Valongo prende-se pelo facto de ter sido um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto, em que o PER foi concluído mais cedo (começou em 1993 e em 1998 praticamente já estavam concluídos a maioria dos fogos) e teve uma taxa de execução 100%³ (Matos, 2001). O concelho de Valongo por se localizar perto da minha área de residência, facilitou o trabalho de campo desenvolvido neste estudo. Pertencendo à Área Metropolitana do Porto, é um dos concelhos que teve uma maior dinâmica do ponto vista populacional, com um crescimento habitacional ao longo dos anos. Para o nosso estudo no concelho de Valongo, privilegiamos essencialmente as freguesias urbanas (Valongo e Ermesinde), pois, foram nestas freguesias que cerca de 50% dos bairros de habitação social foram construídos.

³ Como veremos mais à frente no capítulo 2.

A questão de partida para esta investigação foi a seguinte: De que forma o Programa Especial de Realojamento, influenciou a qualidade de vida das famílias realojadas nos bairros construídos por este programa no concelho de Valongo?

Tendo em conta esta questão, procuramos organizar conceptualmente o nosso trabalho segundo o esquema apresentado na figura 1.

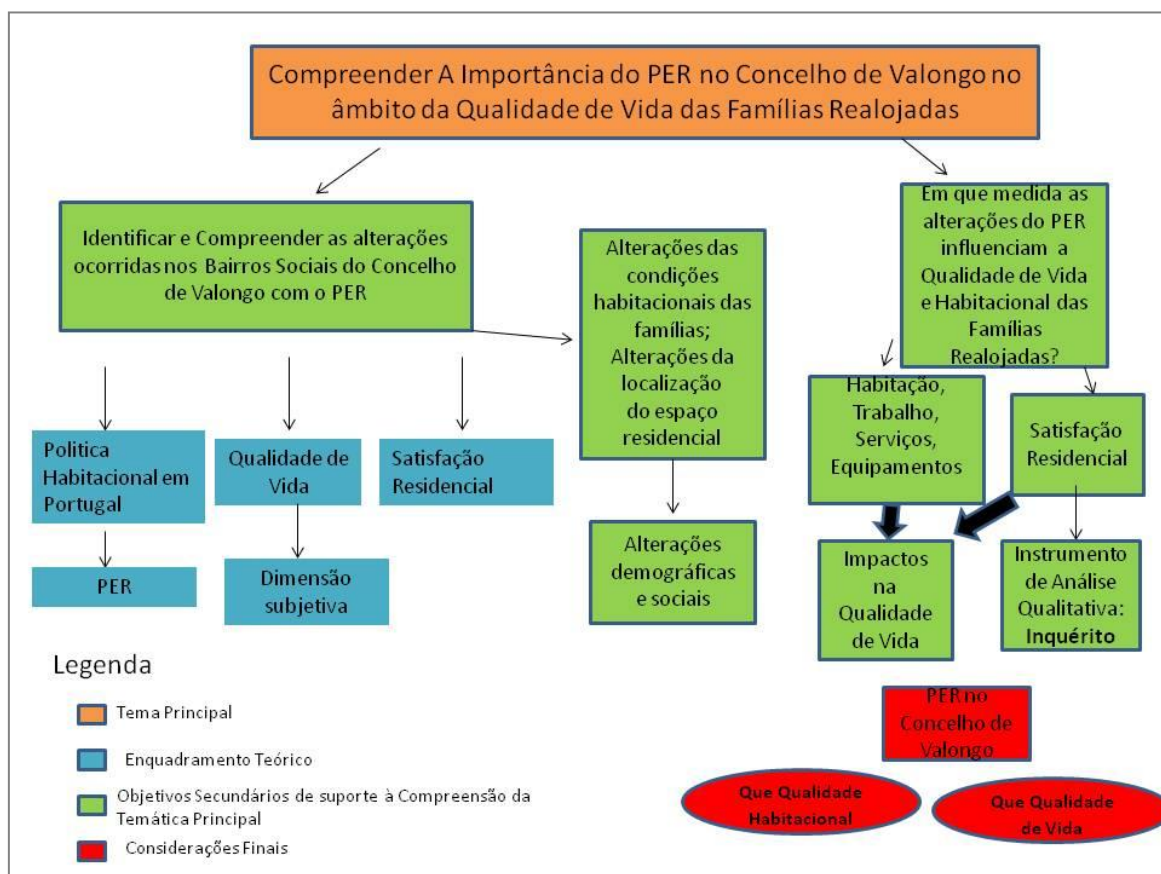


Figura 1 - Organograma exemplificativo da estrutura lógica subjacente ao cumprimento dos objetivos do trabalho de investigação.

A autarquia de Valongo, ao longo destes últimos 15 anos, perspetivou uma política social de habitação fundamentada na população, valorizando e promovendo a qualidade de vida e o bem-estar dos seus habitantes.

Em função de todos os procedimentos que foram estipulados no âmbito do PER e por forma a fundamentar e sustentar a sua candidatura ao Programa, a autarquia procedeu primeiramente, ao recenseamento da população que habitava nas construções abarracadas e em barracas, para implementar o Programa no concelho.

Sendo assim, “foi em Agosto de 1996 que se concretizaram os primeiros realojamentos” e garantido pela autarquia um acompanhamento e atendimento social às populações mais carenciadas no que refere à habitação. (Oliveira, 2007: 5)

O processo de realojamento no âmbito do PER, melhorou as condições habitacionais e o nível de conforto, assim como, permitiu que as famílias conseguissem permanecer na sua área de residência, através dos pequenos núcleos habitacionais que foram construídos.

É neste contexto, que poderemos colocar a questão de como é que a mudança desta população realojada para um novo local de residência, é condição suficiente para provocar algumas alterações na vida quotidiana destes indivíduos, e por essa via, originar uma reestruturação dos seus modos de vida.

Perceber a forma como estes indivíduos, protagonistas de um processo de realojamento, se apropriam do espaço doméstico, revelou-se o objetivo central deste trabalho.

Este estudo pretende, também, perceber como se efetuou o realojamento e se esta ação se traduziu na melhoria das condições de vida e de bem-estar destas famílias, quando confrontadas com uma nova realidade residencial e habitacional.

Para a realização da pesquisa definimos os seguintes objetivos:

1. Identificar e compreender as alterações ocorridas nos bairros sociais do Concelho de Valongo com o PER (alterações das condições habitacionais das famílias; alterações da localização do espaço residencial; alterações demográficas e sociais).
2. Analisar a satisfação residencial das famílias realojadas, dirigida à casa e ao bairro e compreender a forma como estes residentes avaliam e percebem o seu espaço habitacional e se relacionam entre si. Aqui a investigação vai sustentar-se na perceção individual, através de inquéritos.

3. Perceber se o processo de realojamento foi executado da maneira mais adequada e se trouxe melhorias efetivas nas condições de vida e de bem-estar das famílias realojadas.

No que concerne à metodologia utilizada na elaboração deste trabalho, salientamos a recolha de bibliografia diversa, acerca das várias temáticas abordadas ao longo dos capítulos, fizemos uma recolha de bases cartográficas e a elaboração de cartografia temática adequada à caracterização da área de estudo, a nível de recolha estatística, reunimos os dados necessários à caracterização da população e do parque habitacional do concelho de Valongo e do Grande Porto, sendo depois, elaboradas várias tabelas e gráficos, cruzando os diferentes dados e de diferentes anos. Como referimos anteriormente, realizamos 112 questionários à população residente nos bairros sociais do Galinheiro e Calvário (Valongo) e Palmilheira e Montes da Costa (Ermesinde), nos meses de janeiro e fevereiro de 2014. A amostra tem uma representatividade de 67% no total dos residentes dos bairros-PER (421 indivíduos) abrangendo um total de 321 indivíduos.

1.2. Estrutura do trabalho

O presente estudo encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo tal como foi possível verificar, destina-se à apresentação do tema, definição de objetivos, assim como a apresentação de toda a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo é dedicado ao enquadramento teórico em que procuramos articular as diferentes abordagens da questão da habitação e as suas políticas com o Programa Especial de Realojamento, para depois compreendermos o processo de realojamento e perceção da qualidade de vida (dimensão subjetiva) e da satisfação residencial das famílias, nos novos espaços habitacionais. Em termos conceituais o trabalho assenta nos indicadores subjetivos do modelo conceitual de Allardt e na noção de bem-estar, em que, posteriormente iremos construir uma abordagem metodológica direcionada aos objetivos pretendidos.

No terceiro capítulo, com base no estudo de caso, realizamos a caracterização territorial e demográfica do concelho de Valongo, a caracterização do parque habitacional do

concelho, a análise dos bairros sociais e dos empreendimentos PER existentes no concelho e ainda a caracterização dos quatro bairros sociais selecionados para este trabalho. Três desses bairros foram construídos ao abrigo do PER (Galinheiro, Palmilheira e Montes da Costa) e um outro bairro social (Calvário) que é anterior ao PER, pertencia ao Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), tendo a sua posse passado para a autarquia. Os resultados deste bairro serão comparados com os dos bairros PER.

O quarto capítulo, o capítulo empírico, prende-se com a dimensão subjetiva (qualitativa). Aqui, analisamos as perceções dos indivíduos residentes em bairros sociais, a partir das respostas aos 112 inquéritos realizados. Esta análise pretende aferir de que forma o realojamento contribui para uma melhoria da qualidade de vida e bem-estar das famílias, a partir das condições da habitação e dos espaços envolventes a esta. Em suma: a satisfação residencial dos novos moradores, dirigida à casa e ao bairro, compreendendo a forma como estes avaliam e percebem o seu espaço habitacional. No quinto e último capítulo, apresentamos as conclusões do trabalho.

Capítulo II – Enquadramento Conceptual

2.1. A Habitação – Enquadramento Teórico

No paradigma atual e na sociedade em que vivemos, a habitação é vital para a sobrevivência. Tal como refere o Art.º 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem⁴ de 1948, “toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto (...), ao alojamento, (...)” (Freitas, 2001: 171).

A habitação constitui um direito social fundamental, consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, a qual foi assinada por Portugal em 1955. Em 1976, a lei fundamental do país - a Constituição da República Portuguesa - consagra no seu artigo 65⁵ esse direito a “todos”, cabendo então ao Estado desenvolver políticas públicas para que esse direito se torne real. O Estado deve “programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social” (2ª alínea⁶ do Artigo 65 da Constituição da República Portuguesa). Em Portugal, os problemas da habitação referidos no Artigo 65, expressam duas dimensões maiores, a da quantidade (decorrente da sua insuficiência para colmatar as carências que já à época se faziam sentir) e a da justiça social (decorrente da importância relativa que lhe passou a ser atribuída e que o tempo, também aqui, ajudou a confirmar e reiterar na sua inovação, traduzida pela sua

⁴ Artigo 25º, nº 1

⁵ Artigo 65.º - Habitação e Urbanismo: PARTE I - Direitos e deveres fundamentais TÍTULO III - Direitos e deveres económicos, sociais e culturais. 1ª Todos têm direito para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

⁶ 2ª Para assegurar o direito à habitação incumbe ao Estado:

- a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;
- b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;
- c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;
- d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.

atribuição enquanto direito a “todos”). O Artigo 65 ao definir também as competências e responsabilidades, consciencializa e envolve todos os potenciais atores participantes na sua resolução: o poder central, o poder local, os privados, as organizações locais e as iniciativas particulares (Freitas, 2001).

Sendo assim, o Estado “deve orientar a sua atuação por uma política social de bem-estar das pessoas, isto é, pensando numa política de valorização da qualidade de vida da população e que passa, muito significativamente, pela satisfação da necessidade habitacional, num processo global de melhoria da qualidade de vida das pessoas” (Violas, 2013: 22).

A habitação assume-se como a expressão mais prontamente visível da condição social das populações (Matos, 2001). Combater as péssimas condições da habitação, as barracas, as ilhas, os edifícios degradados, sem as condições necessárias para se habitar, surge como um objetivo essencial para diminuir tanto a pobreza como a exclusão social. Nos últimos anos o Governo tem feito esforços para minimizar estas situações de carência habitacional quer pela erradicação destes casos, quer através do realojamento das famílias em alojamentos ou bairros que oferecem melhores condições habitacionais. Nas últimas décadas, houve um crescimento do número de alojamentos que foi superior ao número de famílias, como veremos mais à frente.

2.2. A Política Habitacional em Portugal

2.2.2. Pós 25 de Abril

Em Portugal, a política de habitação nunca se caracterizou como uma política definida de uma maneira consistente, sendo criadas várias medidas e vários programas, “criados e geridos ao sabor das conjunturas políticas e financeiras, sem adequada preparação prévia, nem a garantia dos meios para a respetiva concretização” (Ferreira, (coord.) 1993: 10).

A reformulação dos vários modelos de integração e gestão do parque habitacional, dos modelos sociais e modelos arquitetónicos, é essencial para a mudança “de uma política de habitação social para uma política social de habitação” (Matos, 2001: 9).

Ainda sobre este tema, Vilaça (2001: 83) aborda que “em Portugal o problema da habitação foi sempre tratado como o parente pobre da política, mesmo afetando milhares de famílias, a questão da habitação permanece no esquecimento das políticas públicas.”

Segundo o Plano Estratégico da Habitação (2008), os desafios das políticas de habitação são essencialmente: a elaboração de programas locais de habitação; o ensaio de programas inovadores para as famílias com baixos rendimentos; uma maior fiscalização da qualidade construtiva; uma desburocratização dos processos; uma efetiva política de solos e uma maior dinamização do mercado de arrendamento.

Historicamente, a intervenção do Estado no setor da habitação, é anterior ao 25 de abril de 1974, com uma política direcionada para o funcionalismo público e assalariados com ligação aos sindicatos nacionais. Com Duarte Pacheco (1938/43)⁷, é concretizada uma política fundiária, devido ao avanço da industrialização. A década de 60 e a primeira metade dos anos 70, ficou essencialmente marcada pela promoção do sector público no fornecimento de alojamentos sociais.

É em 1969, com a criação do Fundo de Fomento de Habitação (FFH)⁸, que surge uma promoção direta de habitação, para “combater” os problemas de marginalidade que se verificava sobretudo nos grandes centros urbanos. O regime vê-se obrigado a deixar o modelo da casa unifamiliar, optando por seguir a construção dos grandes bairros de alojamentos coletivos.

É entre os anos de 1974 e 1976, que, segundo Serra, (2002) e Ferreira, (1987), surge o período de maior intervencionismo do Estado. Com o setor público a auferir um papel significativo na promoção habitacional, pois, a política seguida após o 25 de abril, cria diversos programas de apoio técnico e financeiro aos promotores privados e cooperativos. Sendo de salientar, a produção de habitações de renda económica, através da promoção direta pelo Fundo de Fomento de Habitação e a habitação apoiada a custos

⁷ São tomadas algumas medidas “inovadoras” para a época: congelamento das rendas em 1943; 1956-58 (Bairros Camarários do Porto), etc.

⁸FFH - O Fundo de Fomento da Habitação foi criado no ano de 1969 e extinto em 1982. O Decreto-Lei 49033 de 28 de maio de 1969, cria esta instituição sob a forma de organismo com autonomia administrativa e financeira e com os propósitos simples mas ambiciosos de inserir o fomento de habitação social na política de equipamento e integrar a política nacional de habitação com o planeamento urbano. Esta informação sobre o Fundo de Fomento da Habitação foi retirada da Legislação Geral em http://www.igf.min-financas.pt/Leggeraldocs/DL_583_72.htm.

controlados, através dos Contratos de Desenvolvimento para a Habitação (CDHS), empréstimos às Câmaras⁹ e às cooperativas.

Quadro 1- Medidas da política de habitação social do Estado, pós 25 de Abril

Período	Medidas
1974 - 1976	<p>Estado intervencionista</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fomento da produção direta de habitação; - SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local); - CDH (Contratos de Desenvolvimento para Habitação);
1976 - 1985	<p>Estado mais liberal</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empréstimos às Câmaras (1982 - programas de renda limitada); - Fomento de Cooperativas
Após 1986	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo à aquisição de casa própria através do crédito bonificado e isenções fiscais; - Progressiva quebra da promoção pública e cooperativa; - 1987 - Decreto-lei nº 226/87 - acordos de colaboração IGAPHE, INH e municípios destinados ao realojamento de população residente em barracas; - Mudança de paradigma - preocupação com a habitação degradada nos centros urbanos: <ul style="list-style-type: none"> • Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAU) • Regulamentação Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA).

(Adaptado de Violas, 2013: 24)

⁹ A partir de 1982 e em 1984, com a criação do Instituto Nacional de Habitação (INH) e extinção do FFH, as Câmaras, passam a ser as responsáveis diretas, pela promoção e construção de programas de renda limitada.

Este período (1974-1976) caracteriza-se pelo esforço da intervenção do Estado no fomento direto da produção habitacional e nos domínios da política urbanística e de solos. Aqui, destacam-se, as alterações à legislação do arrendamento urbano através dos Decretos-Lei nº445/74¹⁰ e 198-A/75¹¹; à promoção cooperativa e associativa, através de um novo regime estatutário do cooperativismo habitacional e das organizações SAAL¹²; a criação de Contratos de Desenvolvimento para a Habitação para construção de habitações a custos controlados, através de parcerias entre o Estado, os bancos e as empresas privadas; a recuperação de imóveis degradados, através da concessão de financiamento bonificado aos proprietários (Programa de Recuperação de Imóveis Degradados – PRID) e ainda, criaram-se as Cooperativas de Habitação Económica (CHE)¹³, através do Decreto-Lei nº 734-A/74.

Verifica-se também, que durante este período ocorre um processo migratório com o êxodo rural e o regresso da população proveniente das ex-colónias.

Todo este processo migratório, protagonizou-se de forma desordenada, acompanhado da ausência de políticas de habitação, de equipamentos sociais e das infraestruturas urbanas.

Com o aumento da população nos grandes centros urbanos devido ao processo migratório, desenvolveu-se um mercado ilegal/clandestino de produção de alojamentos, para dar resposta às crescentes necessidades habitacionais.

A partir de meados da década de 70, o Estado começa a expressar a sua intenção em implementar uma política de habitação, que visasse a reabilitação e a facilidade de acesso ao mercado privado. Esta época ficou visivelmente marcada pelas inúmeras iniciativas desenvolvidas em diferentes sentidos, que obedecem a lógicas nem sempre coincidentes e que muitas vezes se sobrepõem (Serra, 2002).

¹⁰ Decreto-Lei nº 445/74 – Reforçou o congelamento das rendas, alargando a todo o território nacional o regime que antes vigorava nos concelhos de Lisboa e do Porto e introduziu o princípio de arrendamento obrigatório de fogos devolutos, através das bolsas de habitação.

¹¹ Decreto-Lei nº 198-A/75 – Visava a legalização de ocupações e introduziu novos requisitos de condicionamento de direitos à livre utilização da propriedade urbana.

¹² O SAAL, foi criado a 6 de agosto de 1974 e extinto em 1976. Surgiu como um programa inovador, em fazer casas com as populações, ou seja, apoiar através das Câmaras Municipais as iniciativas das populações mal alojadas que viviam em situações degradadas, no sentido da transformação das suas condições de habitação; evitar deslocações e fazer uma reabilitação da área das ilhas. (Guerra, 2008/2013: 17).

¹³ As Cooperativas de Habitação Económica (CHE) passam a beneficiar de apoios privilegiados do Estado, como isenções fiscais, financiamentos bonificados, a fundo perdido e acesso a terrenos públicos. (Matos, 2001: 17).

Entre 1976 e 1990, dá-se a neutralização da promoção pública. Este foi um período que ficou marcado por várias medidas. Em fevereiro de 1976, na vigência do VI Governo Provisório, foi criado o Ministério da Habitação e Urbanismo e Construção (MHUC), que a nível da promoção direta, promoveu uma redução, apostando na implementação de medidas dirigidas para o incremento e variação dos mecanismos de crédito, à habitação própria. Tal como afirma Ferreira (1987: 71) “as medias adotadas, a partir de então, vão no sentido da substituição da promoção pública e de custos controlados (apoio à pedra) pelo financiamento às pessoas e às famílias (apoio à pessoa) para a aquisição de casa própria no mercado livre”. Juntamente, deu-se uma redução na capacidade e esforço de promoção do setor público. Dá-se a extinção do SAAL e dos CDH. Há uma redução dos empréstimos às câmaras e o apoio às cooperativas tem um abrandamento.

O período entre 1980-1985, caracteriza-se novamente pelo reforço do crédito à aquisição de casa própria, quer pelo desenvolvimento e pela variação dos mecanismos de bonificação do crédito, quer pela cedência de benefícios fiscais.

Sendo assim, os municípios vão assumindo a responsabilidade do alojamento para as famílias com menos condições financeiras. A partir de 1982, os governos procederam à transferência para os municípios, das competências da promoção habitacional do setor público, com a extinção do FFH e com a criação do Fundo de Apoio ao Investimento Habitacional (FAIH).

Foram criadas várias linhas de crédito para utilização pelos municípios na promoção de habitação para venda, através do Decreto-Lei nº 220/83; para o arrendamento social os Decretos-Lei nº 110/85 e nº 366/86, para o realojamento o Decreto-Lei nº 226/87 e ainda para a aquisição e infraestruturização de terrenos, os Decretos-Lei nº 6/84 e nº 393/84. Os municípios tiveram um importante papel no programa dos CDH.

Através do Decreto-Lei nº 148/81, surgiram as primeiras medidas de flexibilização do congelamento das rendas. Extinguiu-se o arrendamento compulsivo de fogos vagos e através do Decreto-Lei nº 46/85, deu-se o descongelamento dos arrendamentos em novos contratos.

A nível institucional, este período caracteriza-se de grande instabilidade. Em 1982 o FFH foi extinto, em maio de 1984 o FAIH é extinto sem que tenha financiado um único empreendimento (Ferreira, 1987). Em 1984 surge o Instituto Nacional de Habitação

(INH)¹⁴ e em 1987 o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE)¹⁵. O IGAPHE tinha como atribuições fundamentais a gestão e conservação e alienação do parque habitacional, equipamentos e solos, o apoio técnico às autarquias locais e outras instituições promotoras de habitação social e ao Governo, na definição das políticas de arrendamento social e da alienação do parque habitacional. A década de 80, fica marcada pelas significativas alterações na situação habitacional, com o processo de expansão dos recursos habitacionais, marcado por uma forte dinâmica de investimento na construção de habitação.

Assiste-se a um recuo na intervenção direta do Estado na promoção habitacional, iniciando-se assim, a transferência para os municípios, a responsabilidade de alojamento das famílias de baixos recursos.

As políticas e estratégias de habitação seguidas pelo Estado nas décadas de 80 e 90, mantêm e reforçam o estímulo à aquisição de casa própria através da bonificação do crédito. Esta medida, prolonga-se dos anos 80 até 2002, sendo a medida política mais constante, desde o 25 de abril de 1974.

O Plano Estratégico da Habitação – Política de Habitação (2008: 18-19), refere que, “apesar de não conhecermos os montantes exatos da despesa pública com esta medida de política, o Estado despendeu, entre 1976 e 1997, cerca de 5 642 milhões de contos através da realização e 1 365 732 contratos de aquisição de habitação o que é revelador do seu impacto no conjunto das famílias portuguesas. Estima-se que a política de habitação bonificada deverá ter atingido cerca de 10% do número de famílias que se candidataram ao crédito mas, entre 1984 e 1998, exigiram investimentos públicos da ordem dos 573,3 milhões de contos e um investimento de cerca de 5500 contos por alojamento.”

¹⁴ Criado pelo Decreto-Lei nº 117/84, de 25 de maio, o INH, assumiu atribuições no domínio do financiamento dos estudos e da elaboração normativa para a problemática habitacional.

¹⁵ O IGAPHE foi criado pelo Decreto-Lei nº 88/87, de 26 de fevereiro, na sequência da extinção do FFH operada pelo Decreto-Lei nº 214/82, de 29 de maio. Uma das atribuições fundamentais do IGAPHE era o desinvestimento de parte do património habitacional transferido do FFH. O Decreto-Lei nº 243/2002, de 5 de novembro, definiu e regulou a fusão do IGAPHE com o INH, procedendo assim à transferência para o INH uma parte significativa das atribuições e competências do IGAPHE, assim como do seu património não edificado e reforçando outras competências nos domínios da reabilitação do parque habitacional, público e privado e no desenvolvimento do mercado do arrendamento.

Durante este período, muitos dos programas que tiveram grande dinamismo em anos anteriores, foram abolidos. Esta extinção deveu-se às restrições impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) após 1986.

A política de habitação social do Estado, em prática no pós-25 de abril baseava-se essencialmente no apoio à produção.

Os anos seguintes, é dada especial atenção à iniciativa privada incentivando-se, cada vez mais, a aquisição de habitação própria. Visto que, o crédito à habitação se destina aos grupos sociais com alguma solvência¹⁶ ainda que, tenha atingido grupos sociais médios baixos, a população alojada em situações precárias aumenta consideravelmente. É neste contexto que em 1993, se verifica um novo ímpeto na construção de habitação social e irá surgir o Programa Especial de Realojamento (PER).

2.3. O Programa Especial de Realojamento

2.3.1 Porque surge o PER: De um problema nacional aos problemas locais

O Programa Especial de Realojamento, lançado em maio de 1993, surge então como uma decisão política em que o principal objetivo era erradicar as barracas e outros tipos de habitação precária. O PER advém também da Presidência aberta à AML¹⁷, realizada pelo Presidente Mário Soares, e na sequência do *deficit* habitacional e críticas feitas à política habitacional nas conclusões do Encontro Nacional de Habitação em fevereiro de 1993, difundidas no Livro Branco sobre a Política de Habitação em Portugal.

¹⁶ Ver, Guerra, Isabel (coord), relatório CET/INH, 1999, Políticas e habitação pós-1974.

¹⁷ O problema das barracas assim como da carência das condições de vida das populações que habitam nesses locais, tornaram-se ainda mais “visíveis” através desta Presidência Aberta. Com isto relançou-se a discussão sobre a problemática e as falhas de intervenção neste sector. (Freitas, 2001: 209).

Com a urgência em resolver as graves necessidades habitacionais existentes nas duas áreas metropolitanas portuguesas, o PER “previa a construção ou aquisição de 48 416 alojamentos até 2000”¹⁸ (Plano Estratégico da Habitação, 2008 a): 35).

Entrando em vigor em 1993, através do Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de maio, diz respeito às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, e tem uma duração prevista de 15 anos. Este programa emerge como uma tentativa de erradicar as barracas e outros tipos de habitação precária e, como refere Freitas (2001: 45), “para desse modo curar uma chaga ainda aberta no nosso tecido social”. O PER prevê a construção de novos bairros sociais destinados ao realojamento.

Ainda sobre as características do PER, este, é um programa que introduz “alguns aspetos novos, que já, vinham sendo, aliás, reivindicados, há vários anos, sobretudo pelos técnicos sociais: a exigência de um recenseamento exaustivo das realidades sócio-territoriais sobre as quais as autarquias se propunham intervir e garantia de que os bairros de barracas ou os alojamentos precários, seriam demolidos; aspetos ligados à promoção, particularmente, localização¹⁹; aspetos ligados ao apoio às famílias e à utilização dos alojamentos, sobretudo uma preocupação com o acompanhamento e inserção social das famílias a realojar” (Matos, 2004: 5).

Apresentando-se desta maneira como um Programa de extrema necessidade para resolver os graves problemas que se verificavam no sector da habitação, tendo sempre como objetivo primordial a extinção das barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. (Freitas, 2001).

O PER é um programa que está a cargo do Governo Central, mas visa a ser desenvolvido e aplicado a nível local, quer pelas Autarquias como pelas Instituições Sociais (Freitas, 2001). Sendo assim, pode-se afirmar que o sucesso do programa dependerá em muito da dinâmica dos municípios.

Desde que foi lançado, o PER continuou com os seus ideais de base (erradicar as barracas) e o seu carácter de excecionalidade, orientados a um grupo e territórios bem definidos²⁰, verificando-se no entanto, vários reforços quer na sua flexibilidade quer a nível de prioridade e urgência, através:

¹⁸ Esta situação não foi concluída, visto que ainda hoje há municípios em que o programa ainda não se encontra finalizado.

¹⁹ Ver a este propósito Matos, 2004: 5.

²⁰ “Famílias que residem em barracas e recenseadas durante a preparação dos Protocolos de adesão que decorreram, na sua maioria, durante o segundo semestre de 1993” (Freitas, 2001: 210).

- De uma flexibilização dos processos de retificação de projetos apresentados pelas autarquias;
- Da extensão às próprias famílias ao terem a oportunidade de se candidatarem individualmente na procura de solução para o seu problema habitacional (PER Famílias – DL 79/96 de 20 de Junho);
- Da viabilização da promoção de soluções habitacionais (unidades residenciais) para grupos com características especiais (PER-Equipamentos – Portaria 420/96 de 28 Agosto).

Com isto, o PER assume-se como uma iniciativa do poder central, dirigida por um problema habitacional e urbanístico, em que se foca na existência de barracas e outros tipos de habitação precária, que mobiliza para a sua operacionalização e execução, o poder e estruturas de ação local. Nesta promoção, cabe ao Estado incentivar e financiar as iniciativas a propor e a desenvolver por essas mesmas estruturas locais.

O “reconhecimento e legitimação, por parte do poder central, do “problema das barracas” enquanto problema social cuja premência na resolução se impunha, ganhou, com o PER, um impulso importante e uma capacidade de mobilização para a discussão sobre a problemática da habitação e das cidades, ao nível político, técnico e social” (Freitas, 2001: 207).

O Programa “fechou-se” nas exigências de um recenseamento²¹ e na caracterização das famílias a realojar garantindo uma refletida aproximação, na enunciação dos problemas locais, assim como uma abordagem para as famílias, quer nos apoios de intervenção social quer na construção de equipamentos (Matos, 2004).

Os problemas da habitação que se verificavam em cada concelho²², colocaram um repto de concretização e investimento às autarquias, devido às propostas²³ de adesão ao PER. Os recenseamentos foram a primeira fase do PER, o que possibilitou às autarquias compreender os problemas habitacionais dos seus territórios, demonstrando assim um leque de características locais quanto:

²¹ “Permitiu às autarquias conhecer melhor os problemas habitacionais dos seus territórios”, (Matos, 2004: 7).

²² “Para muitos dos concelhos este momento constituiu a primeira abordagem sistemática na identificação e caracterização desses problemas”, (Freitas, 2001: 208).

²³ “As propostas de adesão ao PER, constituíram um momento, importante, na revitalização de um olhar sobre os contornos com que o problema da habitação se manifestava em cada concelho, colocando um desafio de compromisso de investimento e concretização às autarquias”, (Matos, 2004: 7).

- à natureza, expressão e contextualização das necessidades habitacionais;
- às condições disponíveis, em cada autarquia, para a sua viabilização;
- à variedade de carências, nem sempre conciliáveis com os conceitos ou critérios elegíveis pelo PER – “barracas”.

Devido à dimensão de alguns municípios, em que se verificam outras necessidades²⁴ que não estavam inseridas no PER, como, por exemplo, o caso das ilhas no concelho do Porto, situações que foram reconhecidas mais tarde.

O PER foi um programa bastante controverso nas suas origens: quanto aos objetivos, pois este era um programa direcionado para uma situação habitacional específica (as barracas); quanto à sua orgânica (visto que se concretizava na descentralização para os municípios sem negociação); quanto ao seu modelo, bairros concentrados e necessariamente segregados e sem previsão de equipamentos no início. Segundo o Plano Estratégico da Habitação (2008 a): 29), “o PER conseguiu construir, entre 1994 e 2005, mais de 31 mil fogos e entre 1996 e 1999 mais de 4000 fogos/ano. É na segunda metade da década 90 que o programa atinge o seu auge, onde são contratualizados cerca de 65% dos cerca de 35 mil fogos que perfazem o valor global de contratualizações do PER.”

São vários os fatores que justificam este aumento do PER durante este período:

- a) o sentido de urgência atribuído ao programa;
- b) as condições vantajosas à sua execução (principalmente por relação com os Acordos de Colaboração²⁵ – fazendo com que alguns municípios “transferissem” fogos inscritos nos anteriores Acordos de Colaboração para o PER;
- c) e ainda uma conjuntura limitada por preocupações de contenção da dívida pública e em que havia disponibilidade financeira da Administração Central especificamente comprometida com o Programa.

No que se refere à execução do PER²⁶, através do quadro 2, pode-se verificar que, esta não tem sido uniforme em todos os concelhos, havendo alguns em que os

²⁴ Situações de degradação e insalubridade dos edifícios.

²⁵ Os Acordos de Colaboração são regulados pelo Decreto-Lei nº 226/87, de 6 de junho. Consubstanciam um programa de apoio financeiro do Governo aos municípios que prevejam a realização de programas de habitação social para arrendamento destinados ao realojamento de populações residentes em barracas. Os Acordos de Colaboração são celebrados entre os municípios e o IHRU.

empreendimentos previstos já se encontram totalmente concluídos (casos de Gondomar, Valongo, Mafra, Montijo, Moita e Sesimbra), outros encontram-se mais atrasados, sobretudo devido às dificuldades com a disponibilização e preços dos terrenos. Após 14 anos do seu lançamento, o PER apresenta uma taxa de execução de cerca de 68%.

O concelho de Valongo, a quando da sua candidatura ao programa, previa a construção de 629 fogos distribuídos pelas suas 5 freguesias, apresentando em 2006 uma taxa de execução de 100%, tendo uma comparticipação de 11 482 588€.

Quanto às estratégias desenvolvidas na implementação do PER pelos municípios, também se verificam diferenças. No caso dos municípios da AMP, alguns municípios preferiram construir diretamente os bairros, caso de Matosinhos e Porto, por outro lado, outros optaram por estabelecer protocolos com empresas de construção, caso de Maia e Gondomar, e os municípios de Valongo e Vila Nova de Gaia compraram diretamente, fogos às empresas, ou disponibilizaram terrenos, em que as empresas seriam responsáveis pela construção dos empreendimentos e equipamentos de apoio para os bairros (parques infantis, polidesportivos, salas para ATL, jardins, salas de atendimento para apoio social)²⁷

²⁶ Para uma análise sobre a execução do PER por freguesias no Grande Porto, ver Matos (2001: 133 e 134).

²⁷ Refira-se, que em alguns bairros do PER do concelho de Valongo, que visitamos, podemos constatar que alguns equipamentos (campos de jogos e jardins), possuem marcas de vandalização, talvez porque não houve uma preocupação em organizar formas associativas locais que promovessem a sua utilização e gestão.

Quadro 2- Número de fogos construídos e a concluir no âmbito do PER, por concelho em 2006

Concelho	Fogos Acordados	Fogos Concluídos	Taxa de Execução	Fogos a Lançar	Comparticipação €
Alcochete	44	33	78%	10	630 370
Almada	2 156	865	59%	894	14 992 702
Amadora	5 419	936	38%	3 369	14 946 136
Azambuja	80	79	99%	1	1 301 414
Barreiro	461	189	41%	271	3 620 722
Cascais	2 051	695	49%	1 055	14 114 034
Lisboa	11 129	5 584	89%	1 243	104 735 269
Loures	3 376	1576	49%	1 710	32 275 640
Mafra	87	87	100%	0	1 445 137
Montijo	307	306	100%	0	5 422 342
Odivelas	528	0	0%	528	0
Oeiras	3 165	1 533	60%	1 272	28 735 530
Palmela	61	14	43%	35	209 588
Seixal	635	247	43%	365	5 170 615
Sesimbra	128	107	100%	0	1 864 911
Setúbal	1272	860	70%	385	14 845 987
Sintra	1 591	931	61%	613	16 487 542
V.Franca de Xira	765	337	63%	285	5 304 248
Espinho	458	230	80%	91	4 179 721
Gondomar	1 964	1 554	100%	0	28 961 124
Maia	1 517	374	75%	375	7 284 027
Matosinhos	3 982	2 264	64%	1 447	41 837 827
Moita	160	143	100%	1	2 417 289
Porto	1453	909	74%	382	16 444 445
Póvoa de Varzim	470	259	60%	189	5 029 240
Valongo	629	629	100%	0	11 482 588
Vila do Conde	909	738	88%	108	14 211 313
Vila Nova e Gaia	3 619	1 510	70%	1 065	31 429 078
Total	48 416	22 889	68%	15 689	429 378 839

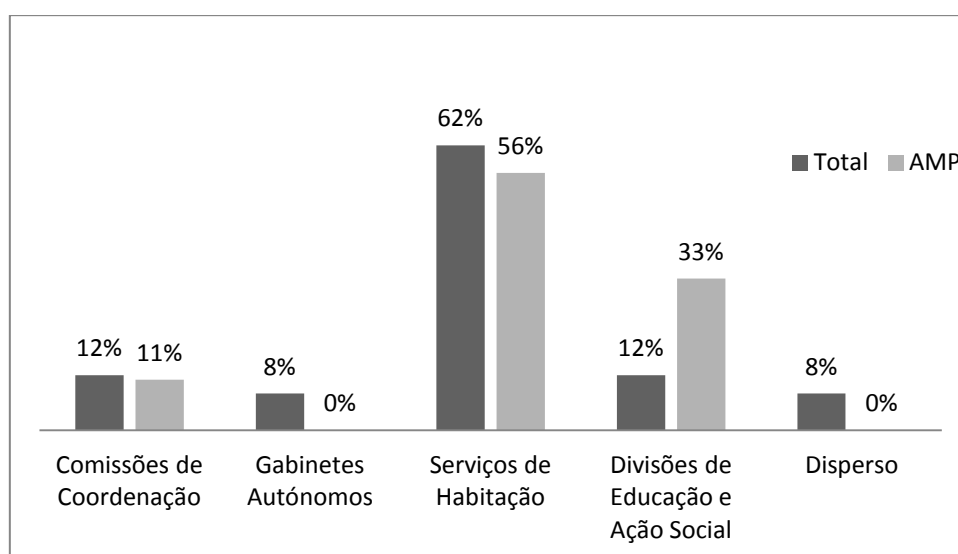
Fonte: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

Quanto ao financiamento, o PER, era um programa com um financiamento bonificado do INH ou de outras instituições de crédito e também cofinanciado através do IGAPHE²⁸ (Mendes, 1997). Através da concessão quer sob empréstimos quer a fundo perdido, verifica-se algumas particularidades como a “taxa de bonificação privilegiada”²⁹ e a oportunidade deste financiamento estar disponível através de crédito em conta corrente, até à utilização dos valores esperados no contrato-programa para o efeito celebrado (Vilaça, 1997).

²⁸ O IGAPHE financia com cerca de 50% do valor total.

²⁹ 75% da taxa de referência.

O PER afigurava-se como uma possibilidade em que as autarquias poderiam modificar a maneira como elaboravam e operacionalizavam os processos de realojamento (Fraguito, 2009). Para grande parte das autarquias a realização do PER, mobilizou uma parte considerável da sua estrutura (Gestão Urbanística, Projetos e Obras, Administração Financeira, Administração do Património, Estudos e Planeamento, Fiscalização, Habitação, Ação Social, Educação e Cultura). Mas no que se refere ao enquadramento orgânico³⁰ (figura 2) da administração do processo sobressaem essencialmente: os Serviços de Habitação, a Ação Social, as Comissões de Coordenação, os Gabinetes Autónomos e as Divisões de Educação.



Adaptado de Fraguito (2009)

Figura 2 - Enquadramento orgânico do processo de gestão de programas de realojamento

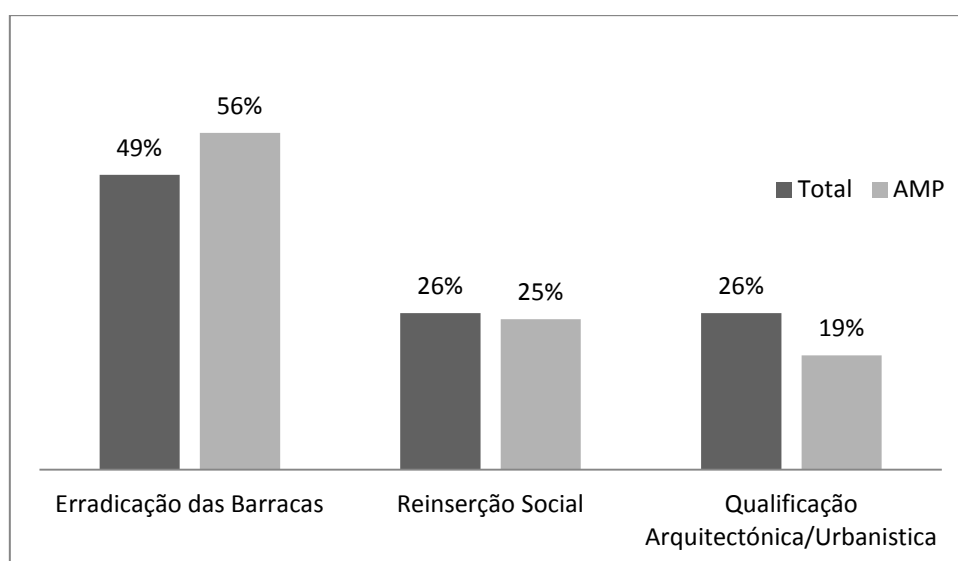
Através da figura 2 pode-se observar que ao nível do enquadramento orgânico de gestão do processo dos programas de realojamento, destaca-se com maior importância os Serviços de Habitação. Verifica-se também que, em alguns municípios da Área Metropolitana do Porto, o destaque vai para as Divisões de Educação e Ação Social³¹. Em contra partida, os Gabinetes Autónomos e os diversos serviços são os que apresentam percentagens mais baixas.

³⁰ Este enquadramento orgânico surge porque grande parte das autarquias não tinha muita experiência de gestão e intervenção neste ramo, (Freitas, 2001: 217).

³¹ A Ação Social foi uma medida orgânica que se verificou apenas na AMP, (Freitas, 2001: 217).

No que se refere às equipas responsáveis pela gestão e implementação do PER, estas, caracterizavam-se como sendo multidisciplinares, pois abrangiam técnicos dos serviços sociais³², técnicos das áreas construtivas e arquitetónicas.

Quanto aos objetivos e estratégias para o desenvolvimento do PER (figura 3), os diferentes municípios destacaram a erradicação das barracas como principal objetivo para a resolução dos problemas habitacionais, tendo uma maior representação na AMP. Para além da erradicação das barracas, surgiram também outros objetivos relacionados com a (re)qualificação arquitetónica e urbanística e uma aposta na reinserção social.



Adaptado de Freitas (2001)

Figura 3- Objetivos de aplicação do PER pelos municípios

No que se refere às estratégias a adotar na implementação do PER (figura 4), a parte arquitetónica – urbanística foi a que mais se destacou. Registaram-se nesta componente, casos muito específicos e detalhados ao nível:

- das condições de um realojamento satisfatório³³;
- dos equipamentos de apoio³⁴ às residências;
- do tipo de promoção³⁵; e

³² Estes técnicos eram direcionados essencialmente para o acompanhamento das famílias. Em alguns bairros construídos pelo PER, foram construídos gabinetes de apoio social onde se encontram os técnicos, (Matos, 2004: 11).

³³ Desvantagens da concentração dos empreendimentos e da sua densificação.

³⁴ “Essencialmente espaços de lazer e serviços educativos (ATL, creches, infantários, campos de jogos, parques infantis)”, (Matos, 2004: 11).

- do projeto arquitetônico-urbanístico³⁶.



Adaptado de Freitas (2001)

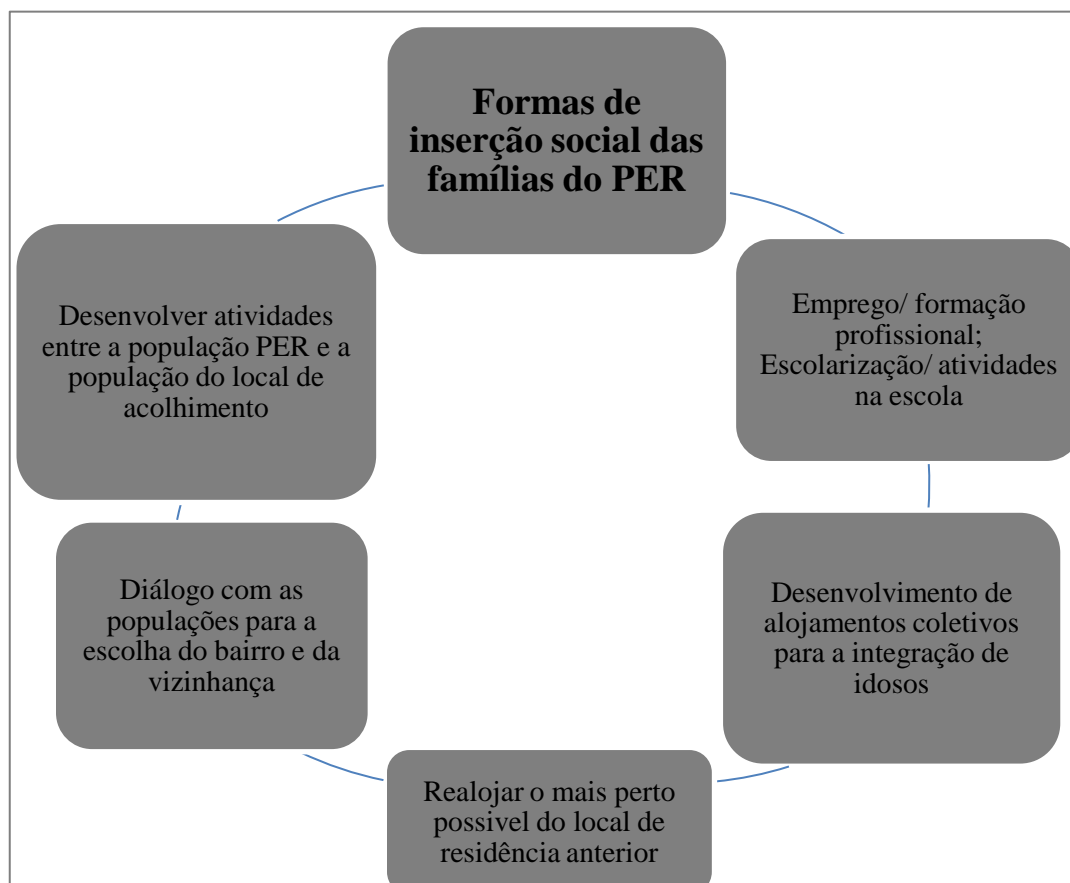
Figura 4- Referências para a promoção de qualidade arquitetônica e urbanística

Quanto às formas de inserção social das famílias (figura 5), estas apresentam uma abordagem mais diversificada, no que refere as intervenções e organização.

³⁵ Dirigidas para a variedade ao nível da compra.

³⁶ Vários projetos assim como empreendimentos de baixa densidade, (Freitas, 2001: 221).

Com base na figura 5, pode-se observar a multiplicidade de variáveis que são essenciais num processo de realojamento. Estas variáveis não abrangem apenas questões socio-urbanísticas, mas também questões ligadas ao fenómeno da exclusão social (Freitas,2001).



Adaptado de Freitas (2001)

Figura 5 - Referências para a inserção social das famílias

2.3.4. PER Famílias e os programas de financiamento à reabilitação

O PER Famílias, foi criado a 20 de junho de 1996, através do Decreto de Lei nº 79/96. Dos programas de realojamento, é o único que tem como medida o “apoio à pessoa”, sendo este um programa de “extensão do PER” (Plano Estratégico da Habitação 2008a): 38).

Este novo programa apoia financeiramente as famílias, permitindo-as escolher o local e o fogo mais adequado ao seu realojamento. Quanto ao financiamento do PER Famílias, este trouxe a vantagem de as famílias poderem usufruir de um regime misto de

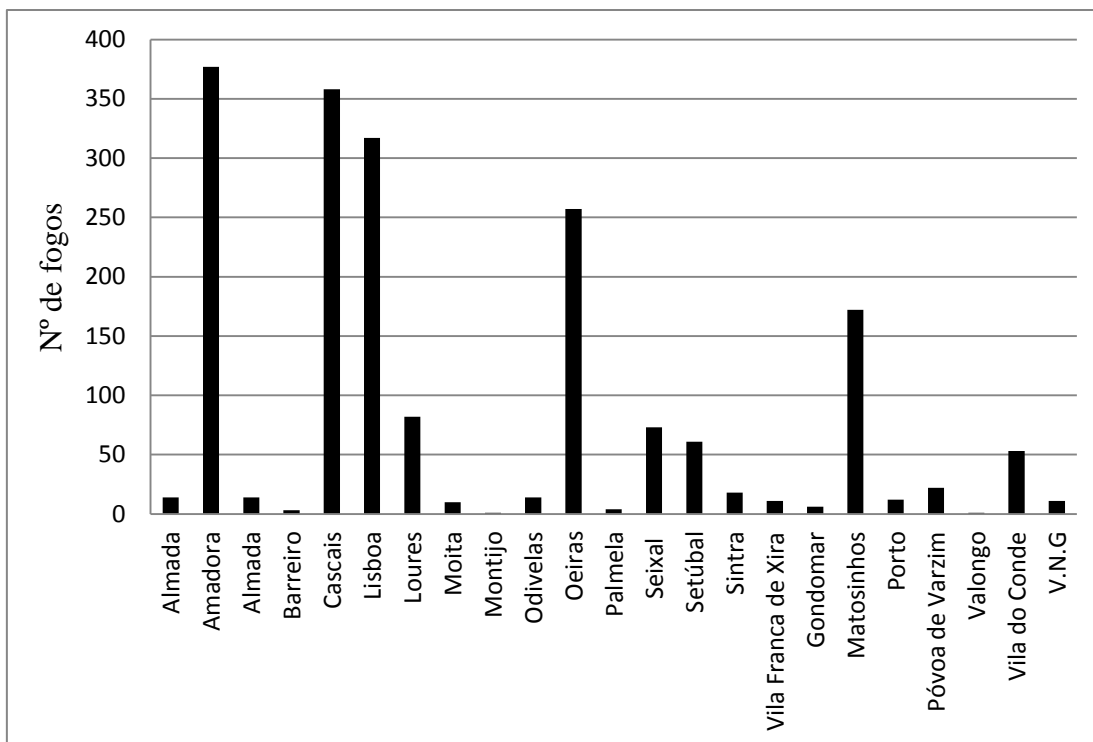
empréstimo e participação, para posteriormente serem aplicados na compra ou reabilitação de casas (Fraguito, 2009).

Segundo Violas (2013: 25) “ a concessão de participações e financiamento a fundo perdido (que podia ir até 50% do valor do fogo) destinava-se a apoiar qualquer família abrangida pelo PER, na aquisição ou reabilitação de fogos (em qualquer parte do país, se for pertença da família e esta aí instale a sua residência permanente). Esta medida visava uma melhor inserção das famílias a realojar nos tecidos urbanos, contribuindo também para uma maior satisfação residencial.”

Os pressupostos que estão na base do PER Famílias, são os seguintes:

- a) possibilidade de escolha por parte dos agregados familiares;
- b) incremento da inserção socio urbanística dos beneficiários;
- c) e incentivo à mobilidade.

Quanto à execução do PER Famílias, esta, foi claramente inferior se compararmos com o PER. Segundo dados do Plano Estratégico da Habitação (2008 a): 38), teve uma taxa de execução de “apenas 6%, um total de 1877 fogos” (ver anexo I). A execução do programa concentrou-se essencialmente nos municípios da AML Norte (Amadora, Cascais, Lisboa e Oeiras) e na AMP destaca-se o município de Matosinhos com uma adesão significativa (figura 6).



Fonte: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

Figura 6 – Nº de fogos concluídos pelo PER-Famílias, por concelho, entre 1997 e 2005.

O final da década de 90, é marcado por uma alteração do modelo da política habitacional. Em 1996 criam-se os programas de financiamento à reabilitação, com o objetivo de reabilitar os centros históricos e as áreas periféricas. Criou-se o Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Antigas (REHABITA)³⁷, que era apenas aplicável aos núcleos históricos declarados áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística; o Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH)³⁸; o URBAN³⁹, que era um Programa Europeu para as Áreas Urbanas, em que o objetivo era a reabilitação e revitalização urbana de áreas degradadas do ponto de vista social e económico, promovendo assim, a melhoria das condições de vida da população e o Programa de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação (SOLARH)⁴⁰, sendo um programa orientado para a reabilitação e conservação do edificado que se destina a apoiar financeiramente os indivíduos ou agregados familiares, com baixos rendimentos,

³⁷ REHABITA, criado pelo Decreto-Lei nº105/96, de 31 de julho.

³⁸ RECRIPH, criado pelo Decreto-Lei nº 106/96, de 31 de julho.

³⁹ URBAN, criado pelo Decreto-Lei nº 262/95, de 4 de outubro.

⁴⁰ SOLARH, criado pelo Decreto-Lei nº 7/99, de 8 de janeiro, sendo alterado pelo Decreto-Lei nº 39/2001, de 9 de fevereiro.

na conservação da sua habitação própria e permanente; o RECRIA⁴¹, que prevê as formas de apoio financeiro para custear parte das obras de conservação e de beneficiação a realizar nos fogos ou imóveis arrendados.

Em 2003, o governo altera o PER, no sentido de este incentivar a reabilitação urbana em prejuízo da aquisição ou construção de novos fogos. O novo Decreto-Lei nº 271/2003, de 28 de outubro, permitiu que o PER, financiasse, não apenas a aquisição ou construção de novos alojamentos de custos controlados, assim como, as obras de recuperação de fogos ou prédios devolutos, que pertenciam às autarquias das Áreas Metropolitanas.

Este novo diploma, que regulamenta o PER e o PER Famílias, “permite a concretização da recuperação do parque habitacional municipal, bem como assegura um melhor controlo e maior flexibilidade aos regimes e intransmissibilidade e inalienabilidade aplicáveis aos fogos construídos ou adquiridos, ao abrigo do Programa ou de outros programas municipais destinados ao realojamento” (Matos, 2004: 17).

Em junho de 2004, surge um novo programa, o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA)⁴². O PROHABITA tem como objetivos a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares e a requalificação de bairros sociais degradados. Este programa concretiza-se através da celebração de Acordos de Colaboração ou de financiamento direto a agregados familiares carenciados. Os Acordos de Colaboração são celebrados entre as associações de municípios, os municípios, as regiões autónomas e o Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)⁴³.

O IHRU, tem como objetivo concretizar as políticas definidas pelo governo, para as áreas da habitação e de reabilitação urbana.

⁴¹ RECRIA, criado pelo Decreto-Lei nº 4/88, de 14 de março e alterado pelo Decreto-Lei nº 420/88, de 30 de novembro, pelo Decreto-Lei nº 197/92, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei nº 104/96, de 31 de julho, pela Portaria nº 914/92 e pelo Decreto-Lei nº 329-C/2000, de 22 de dezembro.

⁴² PROHABITA, criado pelo Decreto-Lei nº 135/2004, de 3 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 54/2007, de 12 de março.

⁴³ O IHRU substitui o INH, através do Decreto-Lei nº 207/2006, de 27 de outubro.

2.4. A Qualidade de Vida

2.4.1. Introdução

Nesta parte, pretendemos avaliar e analisar o conceito de qualidade de vida quanto à sua multidimensionalidade e quanto às suas abordagens. O capítulo será importante para o desenvolvimento deste estudo, pois será através de uma das abordagens conceptuais deste capítulo, que iremos desenvolver a nossa proposta teórico-metodológica.

Propomos fazer um enquadramento teórico sobre a qualidade de vida e apresentar algumas das abordagens que são feitas por vários autores sobre esta temática, visto que não há um conceito universal para definir qualidade de vida assim como às formas de a medir. O facto de a qualidade de vida surgir como um centro de atenção por parte de várias disciplinas (ciências sociais, medicina, psicologia, entre outras), sendo vista, umas vezes, ao nível do indivíduo e outras ao nível da sociedade, contribui desta forma para uma variedade de abordagens e noções, por vezes muito distintas.

Selecionamos as abordagens que se consideraram mais importantes, na perspetiva do trabalho desenvolvido nesta dissertação. Contributos teóricos e metodológicos importantes, como são os exemplos dos trabalhos de Setién e Allardt (1993), Grayson e Young (1994), Nuvolati (1998), Hancock (2000), Veenhoven (2002), Phillips (2006), Sirgy et al. (2006), Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009). A nível de publicações portuguesas, Marques (2002), Ferrão (2004) e Martins & Santos (2002). Os trabalhos desenvolvidos por Marques e Ferrão, fornecem uma avaliação da qualidade de vida para todos os municípios portugueses, em que nos dois casos, a escala favorecida é a concelhia.

Esta parte do trabalho foi particularmente desenvolvida com base numa revisão de literatura especializada. Para além de várias obras teóricas dedicadas ao tema, publicadas sobretudo ao longo das últimas décadas, tem vindo a assistir-se a uma reprodução de artigos empíricos em publicações e revistas científicas, dispersos por múltiplas áreas disciplinares.

2.4.2. A multidimensionalidade do conceito de Qualidade de Vida

O artigo 5º da primeira versão da Lei de Bases do Ambiente, (Lei 11/87 de 7 de Abril)⁴⁴, define a qualidade de vida como “resultado da interação de múltiplos fatores no funcionamento das sociedades humanas e traduz-se na situação do bem-estar físico, mental e social e na satisfação e afirmação culturais, assim como as relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade, dependendo da influência de fatores inter-relacionados, que compreendem, designadamente:

- a) A capacidade de carga do território e dos recursos;
- b) A alimentação, a habitação, a saúde, a educação, os transportes e a ocupação dos tempos livres;
- c) Um sistema social que assegure a posteridade de toda a população e os consequentes benefícios da Segurança Social;
- d) A integração da expansão urbano-industrial na paisagem, funcionando como valorização da mesma, e não como agente de degradação”.

A avaliação da qualidade de vida começou desde a década de 60, a tornar-se como um objeto de grande importância. Verifica-se nesta altura, que tanto o crescimento económico como a sua alternativa, o desenvolvimento económico, não representam uma melhoria das condições de vida. O paradigma da “modernização” é colocado em causa, devido a uma diferença cada vez maior entre países pobres e ricos. Os desequilíbrios internos de carisma social, concretamente a pobreza e aumento da criminalidade, assim como a degradação de certas áreas, tornam-se visíveis nos países ricos. Nos países mais pobres, o Estado ficará encarregue de satisfazer as necessidades da população, facilitando-lhes o acesso por exemplo à habitação, à saúde, à educação e ao emprego. Desta maneira a expressão qualidade de vida irá assumir uma “visão multidimensional” (Ferrão 2004, referido em Ribeiro 2011: 12).

As novas visões sobre o conceito de qualidade de vida surgem apenas nos finais da década de sessenta, num contexto em que as “lacunas de uma perspetiva puramente económica do desenvolvimento, começavam a revelar-se por demais evidentes” (Berger-Schmitt e Noll 2000: 8, citado por Ferrão 2004: 5). Surge assim, uma tendência

⁴⁴ Esta Lei foi revogada pela 19/2014 de 14 de abril.

de qualidade de vida em que se passa a valorizar a participação da população na vida comunitária.

A década de 80 fica marcada pelo bem-estar subjetivo em oposição às condições de vida objetivas das pessoas. Ou seja, sobressai no conceito de qualidade de vida, os sentimentos da própria pessoa em relação à sua experiência de vida, opondo-se apenas a questão da qualidade de vida em relação às boas qualidades habitacionais, ao acesso a educação e aos serviços públicos, entre outros fatores objetivos.

É nos anos 90, que “os discursos em torno da competitividade impõem-se e as análises da qualidade de vida remetem sobretudo para a caracterização dos espaços ou grupos excluídos.” (Marques, 2002: 456).

Nos últimos anos, têm surgido discussões sobre a qualidade de vida, em que as necessidades imateriais se sobrepõem às preocupações materiais, visto que, as necessidades básicas variam de pessoa para pessoa e existem indivíduos sensíveis a valores mais diversificados e com outros níveis de exigência.

Como foi possível verificar anteriormente, até aos anos 90, não existem abordagens à qualidade de vida, que sejam conceptualmente consensuais. No caso de Grayson & Young (1994, citado por Marques 2002: 457) as abordagens tinham como objetivo:

- medir a satisfação das pessoas em relação aos lugares, pois estas baseavam-se no bem-estar pessoal;
- fazer uma comparação das condições de vida através da comparação de lugares.

O quadro seguinte mostra-nos um resumo das abordagens de alguns autores, sobre os fatores limitadores de qualidade de vida. Aqui, veremos indicadores muito diversos, sejam eles qualitativos e/ou quantitativos, material e/ou imaterial, objetivos e/ou subjetivos e ainda individuais e/ou coletivos.

Quadro 3 – Suporte para a delimitação dos atributos do conceito de Qualidade de Vida

Autor	Definição
Sétien (1993, citado por Ramirez e Tovar 2002)	Três âmbitos de análise: aspetos materiais/ aspetos imateriais; aspetos individuais/ aspetos coletivos; aspetos objetivos/ aspetos subjetivos.
Nuvolati (1998 apud Santos et al 2005)	Cruzamento da dicotomia individual/ coletivo com a dicotomia do material/ imaterial, de que resulta a análise de QdV centrada em cinco grandes domínios: materiais coletivos; materiais individuais; não materiais coletivos; não materiais individuais; contexto geral.
Gössweiner et al (2002)	Complexidade subjacente à análise, resultando o conceito de QdV da conjugação das situações de vida objetivas e subjetivas dos indivíduos e grupos. Saliente-se a inter-relação com as políticas a partir do desenvolvimento do conceito de Qualidade Social.

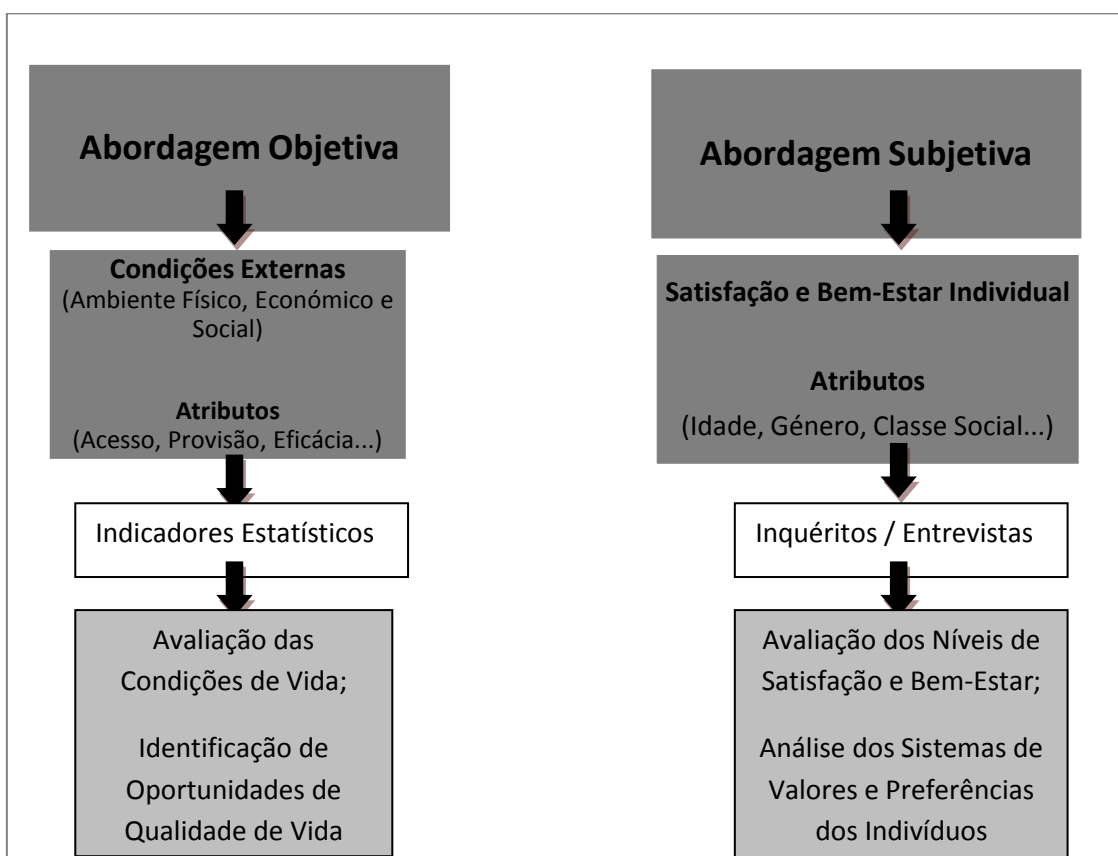
(Adaptado de Belbute et al, 2006: 6)

Em suma, “a dificuldade de conceptualizar a qualidade de vida refletirá, em larga medida, a sua complexidade enquanto construção multidimensional que remete para todo um conjunto de aspetos, materiais e imateriais, que contribuem para que as pessoas se sintam bem e se realizem no seu dia-a-dia” (Martins, 2011: 26).

2.4.2. Abordagem objetiva e a abordagem subjetiva

Segundo Martins (2004: 1), “para se estudar este conceito complexo, ao qual se associam múltiplas dimensões sociais, económicas e ambientais, duas vias principais têm vindo a ser adotadas no plano metodológico (figura 7):

- .A primeira, passará pela caracterização da situação objetiva⁴⁵ das condições de vida e bem-estar;
- A segunda, visa valorizar a avaliação subjetiva⁴⁶ da qualidade de vida, ou seja, o grau de satisfação expresso pelos cidadãos relativamente à sua própria experiência.”



(Adaptado de Martins 2004: 5)

Figura 7 - Medidas e métodos para a avaliação da qualidade de vida.

⁴⁵ Utilização de dados de natureza estatística, agregados em indicadores mais ou menos elaborados. Vários autores chamam a atenção para os limites desta “objetividade”, já que a própria escolha dos indicadores e a sua leitura introduzem necessariamente elementos de subjetividade a estas análises.

⁴⁶ Realização de inquéritos/entrevistas às populações (Martins, 2004: 1).

A abordagem de tipo objetiva, tem vindo a ser privilegiada nos últimos anos nas várias iniciativas de avaliação da qualidade de vida, assistindo-se assim a um certo receio ao uso da abordagem subjetiva. Segundo Veenhoven, 2002 (referido em Martins 2004: 6), algumas das razões para esta menor utilização da abordagem subjetiva, são as seguintes:

- a) “Por serem medidas instáveis. As percepções dos indivíduos variam apreciavelmente no tempo, variação esta que está longe de poder ser explicada pela alteração das condições reais.

- b) Por serem medidas incomparáveis. Os critérios, os valores, as experiências de vida, as próprias escalas mentais são distintos de pessoa para pessoa, daqui resultando uma impossibilidade evidente de comparação das apreciações subjetivas.

- c) Para além deste tipo de limitações verificasse ainda que muitas vezes as percepções dos indivíduos não estão diretamente relacionadas com a situação objetiva com base na qual estes constroem a sua percepção.”

Os rendimentos pessoais são um exemplo disso. O grau de satisfação que as pessoas exprimem relativamente à sua condição financeira não está diretamente relacionado com o rendimento real auferido, sendo sobretudo determinado pelas suas aspirações e trajetórias de vida (Cummins, 2000).

Aqueles que preferem e optam pela participação dos cidadãos, reclamam que uma das vantagens deste tipo de abordagem, é que a obtenção de informação desempenha um relevante suporte para o estabelecimento de objetivos a longo prazo e para a definição de políticas.

Martins (2004: 7) afirma “a pertinência da utilização de medidas subjetivas nos casos em que os indicadores objetivos se mostram limitados na sua capacidade de captar os fenómenos e as realidades que se pretende avaliar. Um exemplo interessante é, porventura, o da medida global da qualidade habitacional, a qual pode ser mais facilmente traduzida através de grau de satisfação expresso pelos próprios residentes do que por intermédio de um único ou mesmo de vários parâmetros numéricos.”

Outra proposta para a conceptualização das diferenças entre estas duas abordagens, é a de Zapf (quadro 4). O autor propõe quatro categorias de bem-estar individual (Zapf 1984, citado por Martins 2011: 22).

Quadro 4 - Categorias de bem-estar individual

Condições de vida objetivas	Bem-estar subjetivo	
	Bom	Mau
Boas	Bem-estar	Dissonância
Más	Adaptação	Privação

(Adaptado de Zapf 1984, referido por Martins 2011: 22)

Quando o autor se refere à dissonância, destina-se aquelas pessoas que estão insatisfeitas apesar de usufruírem de boas condições de vida a nível objetivo. Já a situação da adaptação, refere as pessoas que estão satisfeitas com as suas condições de vida objetivas, mesmo que estas não sejam favoráveis. Quanto ao bem-estar este relaciona-se com as boas condições de vida objetivas dos indivíduos e a privação, relaciona-se com as más condições de vida objetivas dos indivíduos.

Apesar das diferenças entre estas duas abordagens, alguns autores afirmam que, a combinação das duas abordagens (objetiva e subjetiva) é a perspetiva mais promissora para uma mais completa avaliação da qualidade de vida e tem vindo a ganhar uma maior adesão.

2.4.3. As dimensões da Qualidade de Vida

A conceptualização da qualidade de vida surge, assim, numa junção de dimensões qualitativas e subjetivas que se desenvolvem tanto ao nível individual⁴⁷ como coletivo⁴⁸, abrangendo também dimensões quantitativas e objetivas, que condicionam e limitam a vida individual e a vida coletiva.

⁴⁷ Por exemplo o grau de satisfação com a vida, as perceções de bem-estar e de saúde.

⁴⁸ São exemplos a capacidade de participação cívica e a capacidade de influenciar os desenvolvimentos sociais.

Para Hancock, o conceito de qualidade de vida será, talvez, melhor compreendido através da matriz que apresentamos no quadro 5.

Quadro 5 – Componentes da Qualidade de Vida

Dimensões	Nível Individual	Nível da Comunidade
Subjetivas/Qualitativas (percepções)	Percepções sobre a própria vida e seus condicionalismos	Percepções sociais sobre a comunidade e o grau de participação e capacidade de influenciar as decisões sobre os desígnios de cada comunidade
Objetivas/Quantitativas (condições)	Status funcional, grau de instrução, literacia, rendimento, acesso a bens e serviços, (...)	Condições ambientais, sociais e económicas, saúde pública e desempenhos das políticas públicas

(Adaptado de Hancock 2000: 3, citado por Ferrão 2004: 26)

Nuvolati (1998), citado por Santos & Martins (2002) avalia a qualidade de vida baseada em cinco grandes dimensões. A primeira relacionada com os aspetos materiais coletivos (ex. a assistência social, a saúde); a segunda com os aspetos materiais individuais (ex. rendimento e riqueza de cada um); uma terceira ligada aos aspetos imateriais coletivos (ex. atividades de lazer); no quarto domínio surge os aspetos imateriais individuais (ex. relações com a família e os amigos); por fim, no quinto e último domínio, o autor refere-se ao contexto geral, que está ligado às particularidades do clima e da paisagem, assim como às características do património arquitetónico e histórico, do espaço em análise.

Uma outra visão sobre as dimensões da qualidade de vida surge com Amartya Sen. O autor tem como objetivo principal da sua análise da qualidade de vida, “avaliar a forma como as pessoas são capacitadas pela sociedade a imaginar, a desejar ou a sentir sentimentos e emoções como o amor e a gratidão, pressupondo que a vida é bem mais do que um conjunto de relações de natureza mercantil” (Sen 1993, referido por Ferrão

2004: 14). Sen, alarga ainda as suas análises à avaliação das condições de liberdade⁴⁹. Estas condições de liberdade têm no desenvolvimento o seu fator de expansão, pois este deve ter em conta a melhoria da qualidade de vida assim como as liberdades individuais, visto que a liberdade é a chave do desenvolvimento.

Não podíamos abordar o conceito de qualidade de vida sem falar na abordagem de Allardt. É através da experiência escandinava que o autor desenvolve a sua teoria da qualidade de vida. A abordagem de Allardt baseia-se na noção de bem-estar (Allardt 1993, citado por Marques 2002: 465 a 466), onde desenvolve questões da qualidade de vida através de três conceitos: Ter, Amar e Ser.

O Ter refere-se às condições materiais, podendo ser medido através de indicadores sobre o ambiente (ex. água, ar, solos, etc.), ou através de indicadores sobre recursos económicos (ex. riqueza e rendimento), às condições da habitação (ex. amenidades e espaço disponível); de saúde, de educação e emprego.

O conceito Amar (ou Estar) refere-se à necessidade de relacionamento com os outros (ex. família, amigos, etc.), de um certo modo direciona-se para a interação social.

O Ser refere-se à necessidade de integração na sociedade, bem como à necessidade de relação com a natureza. Este conceito pode ser medido através de indicadores como as atividades de lazer ou participação em atividades políticas.

Como iremos sistematizar no quadro seguinte, Allardt, utiliza indicadores subjetivos e objetivos para estes três conceitos.

⁴⁹ “Proteção dos cidadãos, direitos cívicos, atentados à liberdade e meios disponíveis em sua defesa” (Ferrão, 2004: 14).

Quadro 6 – Indicadores de bem-estar

Conceito	Indicadores Subjetivos	Indicadores Objetivos
Ter (necessidades materiais)	Sentimentos subjetivos de satisfação/insatisfação com as condições de vida	Medidas objetivas dirigidas para aspetos materiais, podendo ser analisadas por indicadores sobre o ambiente
Amar (necessidades sociais)	Sentimentos subjetivos face à interação social	Medidas objetivas das relações com os outros
Ser (necessidades de crescimento pessoal)	Sentimentos subjetivos com a necessidade de crescimento pessoal	Medidas objetivas com necessidade de integração na sociedade, bem como a necessidade de relação das pessoas com a natureza

(Adaptado de Allardt 1993, citado por Marques 2002: 466)

Este quadro conceptual de Allardt, serviu de base à proposta metodológica que iremos desenvolver neste estudo, concretamente os indicadores subjetivos.

2.5. A Satisfação Residencial

2.5.1. Introdução

Nesta parte propomos ao leitor um breve enquadramento sobre a satisfação residencial, pois como foi referido nos objetivos deste estudo, pretendemos perceber o grau de satisfação residencial dos indivíduos num determinado contexto residencial.

O conceito de satisfação residencial não é consensual no seio da comunidade científica⁵⁰.

O estudo sobre a satisfação residencial, estará ligado essencialmente à dimensão subjetiva e aos seus indicadores, visto que interessa-nos para o nosso estudo, perceber os sentimentos e as opiniões pessoais relativamente ao ambiente residencial onde estão inseridas.

Para o nosso estudo, o ambiente residencial em questão é o bairro ou área de residência, o qual inclui a habitação, edifício, espaços públicos comuns e serviços à disposição da comunidade residente e as relações de vizinhança.

2.5.2. Satisfação Residencial – indicadores subjetivos

“O interesse pelo estudo da satisfação das pessoas relativamente ao ambiente onde residem remonta a finais dos anos cinquenta, inícios de sessenta, resultado da necessidade de encontrar critérios de avaliação das condições de habitação, adequados para melhorar a qualidade residencial e de vida dos indivíduos” (Amérigo 2000, citado por Ferreira 2011: 5).

Tal como o conceito de qualidade de vida, o conceito de satisfação residencial também assume uma multidimensionalidade, pois não há uma definição concreta e consensual do conceito (Amérigo, 2000).

Gärling e Firman (2002), definem o conceito de satisfação residencial, como o resultado da realização que subentende a existência de algo (por exemplo desejo) que deve ser satisfeito. Enquanto Fornara et. al (2009), destacam a parte emocional do conceito de satisfação residencial, ou seja, o prazer de morar num determinado lugar.

⁵⁰ Não será objetivo deste estudo fazer um longo desenvolvimento sobre o conceito de satisfação residencial, mas apenas um breve enquadramento com abordagens de alguns autores.

A satisfação residencial pode ser agrupada em duas categorias (Wiesenfeld 1995, citado por Nunes, 2010: 27): uma primeira categoria relacionada com a qualidade ambiental (aqui, utiliza-se a satisfação residencial para conhecer os fatores ambientais e sociais pelos níveis de satisfação dos usuários nos ambientes em questão); uma segunda categoria em que a satisfação residencial abrange três aspetos: afetiva (ex. satisfação); cognitiva (ex. percepções) e comportamental (ex. mudar de área de residência).

Para alguns autores, a satisfação residencial tem sido desenvolvida em dois modos diferentes. Por um lado emerge a satisfação residencial enquanto critério da qualidade de vida geral do indivíduo, e por outro, como forma de comportamentos como vimos anteriormente nos aspetos. Consideram ainda que estes dois modelos devem ser conjuntos, para deste modo gerarem “modelos mais completos e integrados de satisfação residencial” (Marans & Couper 2000, citados por Ferreira 2011: 15).

Quanto aos modelos, Amérigo (1990, 1995) desenvolveu um modelo sistémico de satisfação residencial (figura 8).

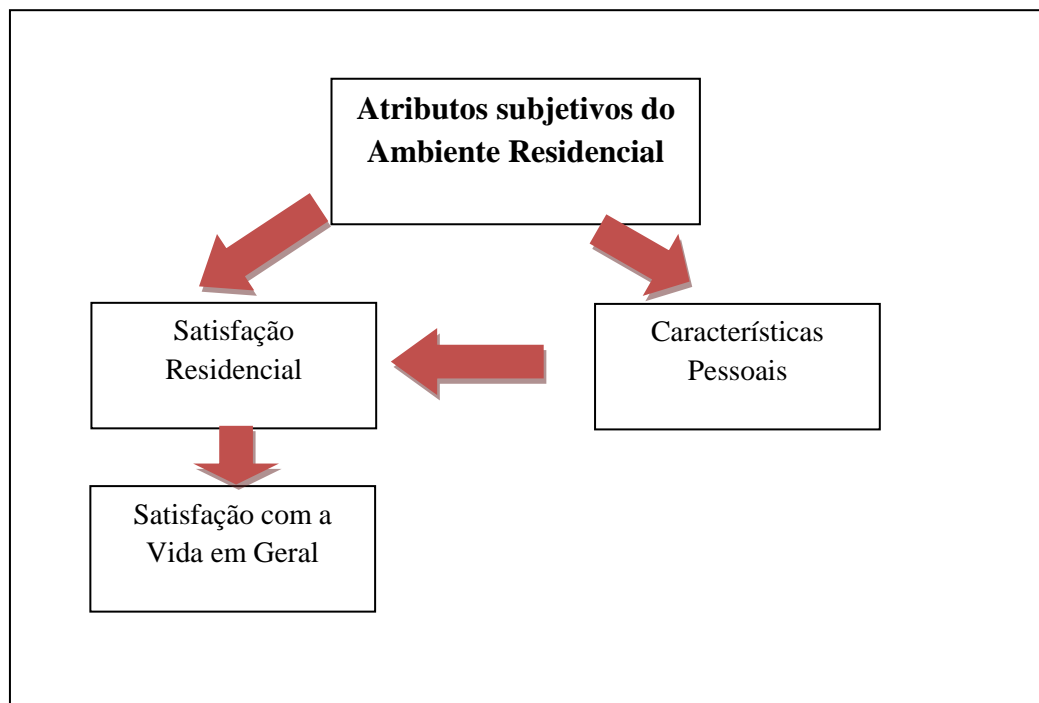


Figura 8- Modelo sistémico da satisfação residencial de Amérigo (1990; 1995).

Neste modelo da figura 8, podemos verificar que, os atributos subjetivos do ambiente residencial envolvem as características pessoais dos indivíduos realojados, pois estas irão influenciar o seu grau de satisfação residencial. A satisfação com a vida em geral, resultará sempre do grau de satisfação com o espaço habitacional, visto que a satisfação com a área de residência permite prever comportamentos como a decisão do indivíduo em mudar de ambiente, o que afetará a sua qualidade de vida em geral.

Os estudos mais recentes sobre a satisfação residencial, apresentam esta como uma postura do indivíduo relativamente ao local onde vive.

Não basta atribuir uma casa como resposta às carências habitacionais para garantir a satisfação residencial, pois este sendo um conceito que assume indicadores subjetivos, os sentimentos e as opiniões pessoais assumem um papel predominante (Pereira & Cassis, 1994, citados por Carneiro, 2003: 38).

Freitas (2001: 253) refere que “falar de satisfação residencial é falar de gostos e sentimentos perante lugares ou espaços em que se desenvolve uma vivência quotidiana.” A autora define três grupos de razões como forma de explicar a satisfação residencial:

- a) “razões relacionadas com as características dos indivíduos (caraterísticas sociológicas de pertença e composição de grupos de referência);
- b) razões relacionadas com as qualidades intrínsecas dos espaços residenciais em avaliação e com a natureza (ligação entre os interiores dos fogos à sua envolvente urbanística); e
- c) razões relacionadas com os processos relacionais entre os indivíduos e os seus contextos residenciais (os percursos residenciais que conduziram aos atuais cenários e formas de uso e apropriação que deles são feitas).”

Segundo Teresa Pinto (1994) a maior ou menor satisfação residencial estará sempre dependente do grau e do tipo de articulação que se conseguir obter entre, por um lado, as características específicas das populações a realojar, o seu modo de vida, as suas necessidades e aspirações; por outro, as características dos modelos de habitat (urbanísticos, arquitetónicos e sociais), das formas de habitar que implicam e permitem e, por fim, das políticas e dos princípios do realojamento empreendido.

Capítulo III – Parque Habitacional Municipal de Valongo

3.1. Introdução

É nosso propósito, neste capítulo analisar o parque habitacional municipal de Valongo. Começaremos a análise com uma caracterização territorial e demográfica do concelho, sendo que, daremos ênfase à evolução da população residente tanto no concelho de Valongo e suas freguesias, como também, fazendo uma comparação com a evolução da população residente no Grande Porto, salientando-se as alterações ocorridas a partir de 1960. O segundo ponto, será essencialmente sobre a evolução dos alojamentos, sendo que aqui, iremos verificar as alterações ocorridas num período mais recente, entre 2001 e 2011. Num terceiro ponto, será feita uma caracterização dos bairros sociais do concelho, em que iremos destacar os bairros abrangidos pelo PER.

Em traços gerais, podemos dizer que há uma tendência para o aumento da população e do número de alojamentos. Verifica-se que, quanto às formas de titularidade, predomina a ocupação própria, aumentam os alojamentos de residência habitual, diminuindo os de uso sazonal, assim como os não clássicos. Verificam-se, também, alterações significativas na estrutura familiar, como a diminuição da dimensão média das famílias e um envelhecimento da população.

3.2. Caracterização demográfica e territorial do concelho de Valongo

O concelho de Valongo, localiza-se na Região Norte (NUT II) e integrando a Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP). Tem por limite a Norte, o concelho de Santo Tirso, a Nordeste o concelho de Paços de Ferreira, a Sul o concelho de Gondomar, a Este o concelho de Paredes e a Oeste o concelho da Maia (figura 9).

É constituído por três freguesias e por uma união de freguesias⁵¹ – Alfena, Ermesinde, Valongo, Campo e Sobrado – ocupando uma área de 75,7 km² e é parte integrante do agrupamento de concelhos do Grande Porto, correspondente à NUT de ordem III.

⁵¹ Por via da recente reorganização administrativa no âmbito da Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, as freguesias de Campo e Sobrado foram unidas, dando lugar à união das freguesias de Campo e Sobrado.

Nas figuras, quadros e análises que se seguem consideramos a divisão em cinco freguesias conforme a divisão administrativa anterior à reorganização.

O concelho foi criado em 1836 no reinado de D. Maria II, mas a ocupação humana desta região ocorre ao período anterior à romanização.

Em termos de características geomorfológicas, o concelho apresenta uma grande riqueza geológica e paleontológica.

Quanto às acessibilidades o concelho é atravessado pela A3, A4 (Ermesinde, Valongo e Campo), A41 (Alfena, Ermesinde e Sobrado) e pela linha férrea do Douro e do Minho.

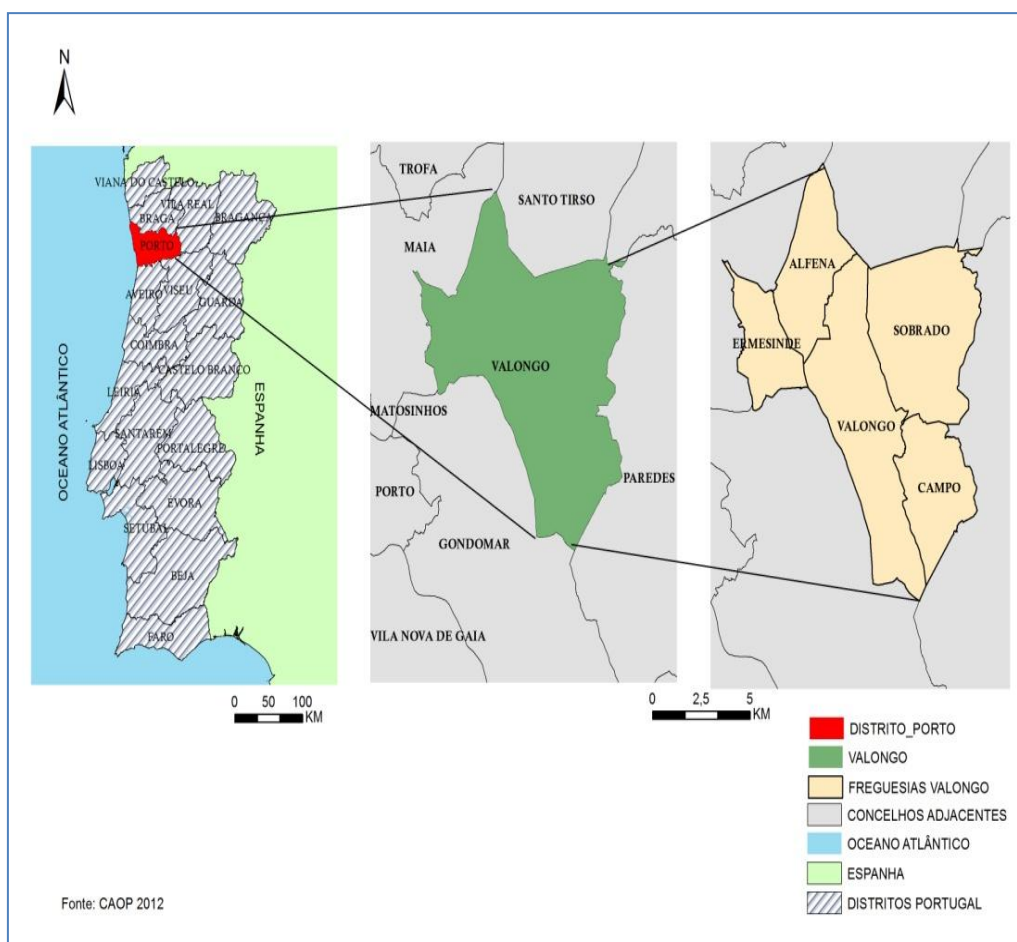


Figura 9 – Enquadramento da Área de Estudo – concelho de Valongo

Em 2011, no concelho de Valongo – conforme dados do último Recenseamento Geral da População -, no que toca à população residente registava-se um total de 93 858 habitantes. A sua densidade populacional era de 1249,5 hab/km².

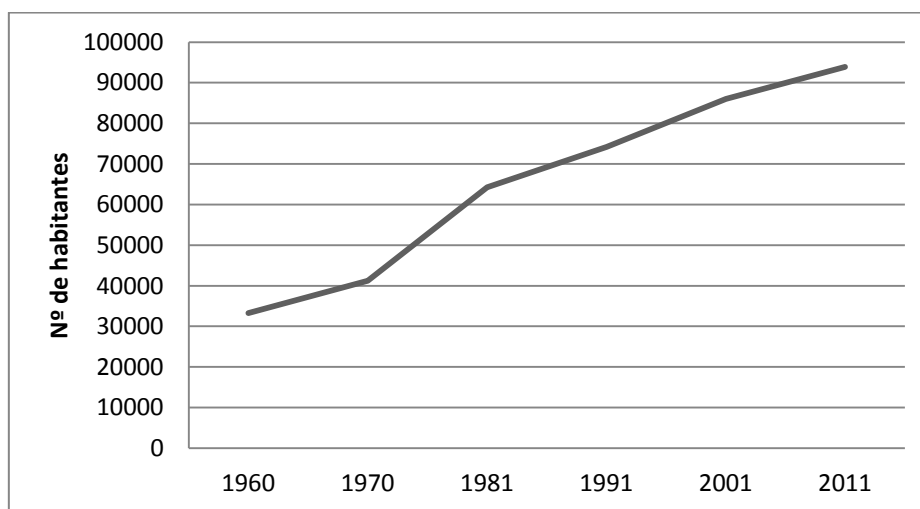
Ainda relativamente à população residente no concelho de Valongo, se compararmos o período entre 1960 a 2011, verifica-se através do quadro 7, que a população residente tem vindo sempre a aumentar ao longo dos anos.

Quadro 7- População residente no concelho de Valongo, entre 1960 e 2011

Ano	Total
1960	33300
1970	41265
1981	64243
1991	74172
2001	86 005
2011	93 858

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011;

Sobre a evolução da população residente no concelho de Valongo, a análise da figura 10, permite concluir que o concelho registou um crescimento populacional contínuo, onde se verifica um aumento do número de residente mais acentuado entre 1970 e 1981, fenómeno provavelmente associado ao retorno dos residentes nas ex-colónias e ao processo de suburbanização.



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1960, 1981, 1991, 2001 e 2011

Figura 10- Evolução da população residente no concelho de Valongo, entre 1960 e 2011

Fazendo uma comparação entre a evolução da população residente no concelho de Valongo com os restantes concelhos do Grande Porto (quadro 8), podemos concluir

que, no período compreendido entre 1960 e 2011, a evolução da população residente nos diferentes concelhos, deu-se de uma forma desigual e, até mesmo, em sentidos opostos. Sendo assim, a dinâmica populacional no Grande Porto é marcada num primeiro momento (1960-1981) por uma aumento populacional na ordem dos 34% e num segundo momento (1981-2011), regista um menor dinamismo demográfico, com 15% de acréscimo relativo ao volume global de residentes. O concelho de Valongo, neste período (1960-2011), viu a sua população aumentar 181,8%, destacando-se desta forma como o concelho do Grande Porto que, neste período censitário, registou o maior crescimento populacional. Em contrapartida, o concelho do Porto, apresentou uma variação negativa, ou seja, uma diminuição da população residente na ordem dos 27,7%, muito por causa dos processos de alteração do uso do solo associados ao fenómeno de terciarização crescente da cidade⁵² e ao aumento dos preços da casa.

Quadro 8 – Evolução da população residente nos concelhos do Grande Porto, entre 1960 e 2011

Concelhos	1960	1970	% 1960 - 1970	1981	% 1970 - 1981	1991	% 1981 - 1991	2001	% 1991 - 2001	2011	% 2001 - 2011	% 1960- 2011
Espinho	23084	29800	+29	32409	+10,4	34956	+6,2	33701	-3,6	31796	-5,6	+37,7
Gondomar	84599	105075	+24,2	130751	+24,4	14378	+9,5	164096	+14,6	168205	+2,5	+98,8
Maia	53643	63980	+18,7	81679	+27,6	93151	+14	120111	+28,6	135049	+12,4	+151,7
Matosinhos	91017	109225	+20	136498	+24,9	151682	+11,1	167026	+10,1	174391	+2,9	+91,6
Porto	303424	301655	-0,5	327368	+8,5	302472	-7,6	263131	-13	237559	-9,7	-27,7
Póvoa de Varzim	40444	42890	+6	54248	+26,4	54788	+0,9	63470	+15,8	63340	-0,1	+56,6
Valongo	33300	41265	+23,9	64234	+55,6	74172	+15,4	86005	+16	93858	+9,1	+181,8
Vila do Conde	48806	53570	+9,7	64402	+20,2	64836	+0,6	74391	+14,7	79390	+6,7	+62,6
Vila Nova de Gaia	157367	180875	+14,9	226331	+25,1	248565	+9,8	288749	+16,2	302092	+4,6	+91,6
Grande Porto	835684	928335	+11,1	1117920	+20,4	1167800	+4,5	1260680	+8	1287276	+2,1	+54,0

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011.

⁵² Ver a este propósito Fernandes, José Alberto Rio (1997).

Ao agruparmos a população residente no concelho de Valongo por grupos etários (quadro 9), podemos observar que a tendência é para uma população envelhecida⁵³ como acontece a nível nacional.

Da análise do quadro 9 podemos apurar que entre 1970 e 2011, houve um ligeiro acréscimo da população com idade inferior a 15 anos, na ordem dos 1,0% e um acentuado acréscimo da população com idade igual ou superior aos 65 anos, que teve um aumento de 498,8% nos últimos 40 anos. Ao longo deste período, verificou-se uma diminuição gradual da população com menos de 15 anos, em que o peso na população total passou dos 37,3% para 16,6%, e, por outro lado, uma tendência de aumento do número de residentes com mais de 65 anos, que viu o seu peso passar de 5,0% para 13,3%.

Como se pode observar através da análise do mesmo quadro, no período intercensitário de 1970 a 1981, verifica-se um aumento populacional em todos os intervalos etários, com variações positivas desde os 26,8% aos 84,6%. Por outro lado, no período compreendido entre 1981 e 1991, deu-se início ao decréscimo do escalão etário mais jovem (0-14 anos), que apresenta uma variação negativa de -15,6%.

No período entre 1991 e 2001, regista-se novamente uma diminuição dos residentes com menos de 15 anos, em que a variação foi negativa, com -6,8%, e o número de jovens adultos (15-24 anos), também apresenta uma variação negativa de -6,3%, em contrapartida, o número de residentes com mais de 65 anos, teve uma variação positiva de +59%. Isto conduziu a um aumento progressivo do índice de envelhecimento. Em 1970 por cada 100 jovens em idade ativa, havia 12,2 idosos, em 2011 esta relação era de 15,2 idosos em cada 100 jovens em idade ativa. Por outro lado, houve uma diminuição do índice de juventude. Em 1970 existiam 737,6 jovens por cada 100 idosos, passando em 2011, para 124,4 jovens em cada 100 idosos.

Estas transformações na estrutura etária resultaram, essencialmente, da quebra da natalidade e do aumento do número de idosos, associado ao aumento da esperança de vida e a um saldo migratório negativo.

⁵³ Para uma análise mais pormenorizada do envelhecimento na AMP, ver Esteves & Pinto (1997).

Quadro 9 – População residente no concelho de Valongo segundo os grupos etários

Ano	0-14		15-24		25-64		65+	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1970	15380	37,3%	6840	16,6%	16960	41,1%	2085	5,0%
1981	19503	30,4%	11913	18,6%	28969	45,0%	3849	6,0%
Varição 1970-1981	4123	26,8%	5073	74,2%	12009	70,8%	1764	84,6
1991	16466	22,2%	13937	18,8%	38470	51,9%	5299	7,1%
Varição 1981-1991	- 3037	- 15,6%	2024	17,0 %	9501	32,8%	1450	37,7%
2001	15349	17,8%	13060	15,2%	49173	57,2%	8423	9,8%
Varição 1991-2001	-1117	- 6,8%	- 877	- 6,3 %	10703	27,8%	3124	59%
2011	15539	16,6%	10480	11,2%	55353	59,0%	12486	13,3%
Varição 2001-2011	190	1,2%	- 2580	- 19,7%	6180	12,5%	4063	48,2%
Varição 1970-2011	159	1,0%	3640	53,2%	38933	226,3%	10401	498,8%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011;

No que concerne à evolução da população residente por freguesias no concelho de Valongo, entre 1970 e 2011 (quadro 10 e figura 11), verifica-se que existem grandes diferenças entre as cinco freguesias, apesar de se registar uma variação positiva em todas as freguesias, ao longo destas quatro décadas. Destaca-se o momento censitário entre 1970 a 1981, quando a população residente no concelho teve um crescimento na ordem dos 55,7%. A freguesia de Ermesinde foi a que evidenciou um maior crescimento populacional durante este período (1970-1981), com um crescimento de 96,8%, seguindo-se a freguesia de Alfena com uma variação positiva de 47,4%. A freguesia de Campo foi a que apresentou um crescimento menos acentuado, cuja variação foi ainda assim, de 23,4%.

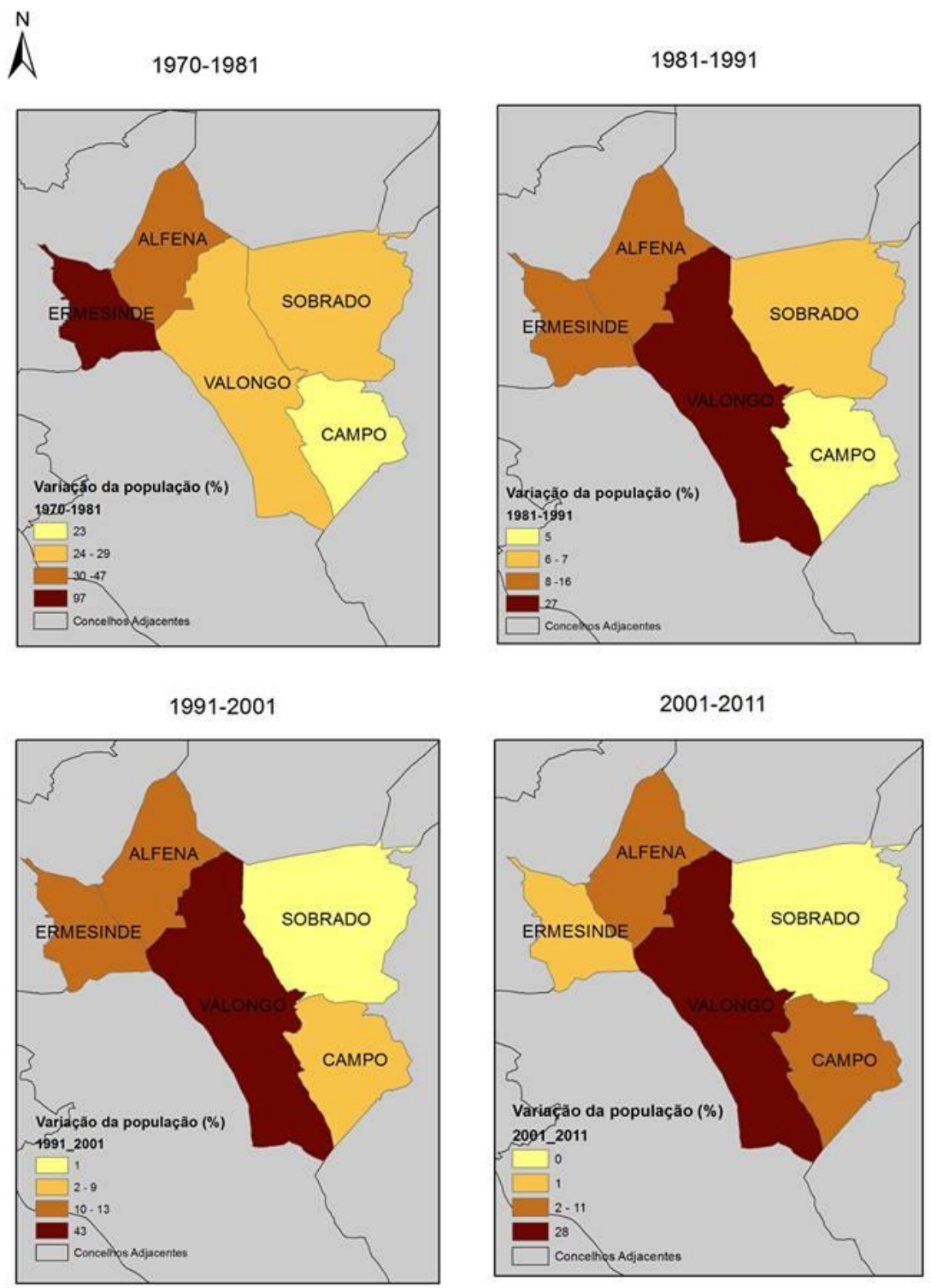
No período referente a 1981-1991, não se verificou um crescimento demográfico tão acentuado, com o crescimento populacional do concelho a registar um aumento na ordem dos 15,5%, destacando-se neste período, a freguesia de Valongo, com uma variação de 26,6%. No período entre 1991 e 2001, a freguesia de Valongo registou o seu maior aumento populacional durante estas quatro décadas (1970-2011), com a sua

população a aumentar 42,7%, seguindo-se a freguesia de Alfena a registar uma variação positiva de 12,7%, enquanto a freguesia de Ermesinde registava um aumento de 11,3% e a freguesia de Sobrado, apenas de 1,1%. No último período intercensitário (2001-2011), a freguesia de Valongo voltou a destacar-se com o maior crescimento populacional, na ordem dos 27,9%, seguida de Alfena, que viu a sua população aumentar 11,3%, já a freguesia de Ermesinde apresentava uma ligeira variação positiva de 1,2%.

Quadro 10 – Evolução da população residente por freguesias no concelho de Valongo, entre 1970 e 2011

Freguesias	1970	1981	% 1970- 1981	1991	% 1981- 1991	2001	% 1991- 2001	2011	% 2001- 2011
Alfena	7225	10647	47,4	12129	13,9	13665	12,7	15211	11,3
Campo	6095	7526	23,4	7918	5,2	8645	9,2	9197	6,3
Ermesinde	15020	29555	96,8	34415	16,4	38315	11,3	38798	1,2
Sobrado	4770	6155	29,0	6607	7,3	6682	1,1	6727	0,6
Valongo	8155	10351	26,9	13103	26,6	18698	42,7	23925	27,9
CONCELHO	41265	64234	55,7	74172	15,5	86005	16	93858	9,1

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011.



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011
CAOP 2012

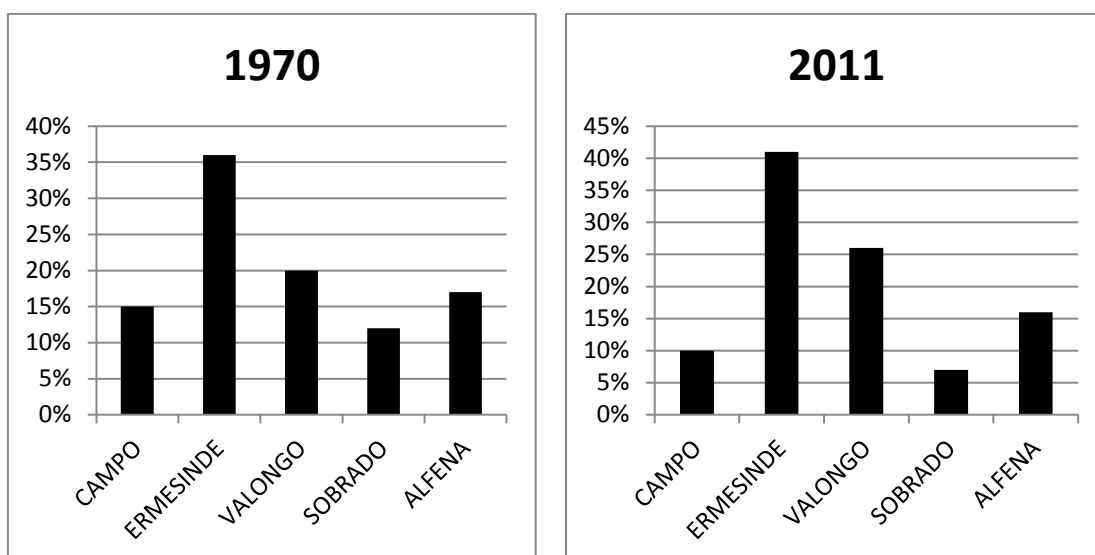


Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011

Figura 11 - Variação da população residente por freguesias, entre 1970 e 2011.

No que se refere ao peso que a população residente de cada freguesia tem no município (figura 12) verifica-se que quase todas as freguesias perderam importância entre 1970 e 2011, exceto as freguesias de Ermesinde e Valongo.

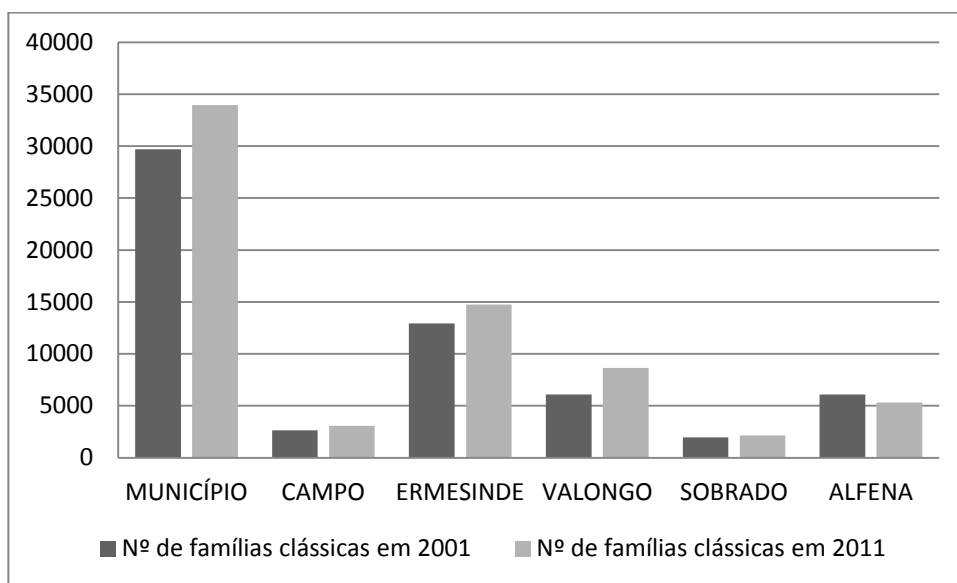
Sendo assim, em relação ao peso específico da população residente no município, a freguesia de Ermesinde ganhou importância durante este período censitário (36% 1970, passando para 41%, em 2011), a freguesia de Valongo, passou de 20%, em 1970, para 26% em 2011, sendo que esta foi a freguesia que registou um maior acréscimo populacional entre 2001 e 2011. As freguesias mais rurais como Campo e Sobrado, registaram uma diminuição significativa, visto que em 1970 a freguesia de Campo tinha 15%, passando para os 10%, em 2011, já a freguesia de Sobrado regista uma descida dos 12%, em 1970, para os 7% em 2011.



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1970 e 2011

Figura 12 – Peso específico da população residente, por freguesias, em 1970 e 2011.

Quanto ao número de famílias clássicas, tendo em conta um período censitário mais recente, o concelho de Valongo (figura 13) verifica um aumento de famílias clássicas entre 2001 e 2011. Este aumento do número de famílias clássicas, deveu-se provavelmente, à diminuição da dimensão média das famílias, passando a ser constituídas por um menor número de elementos, resultante da dinâmica da sociedade, ao nível da esperança média de vida, do divórcio e da nupcialidade.

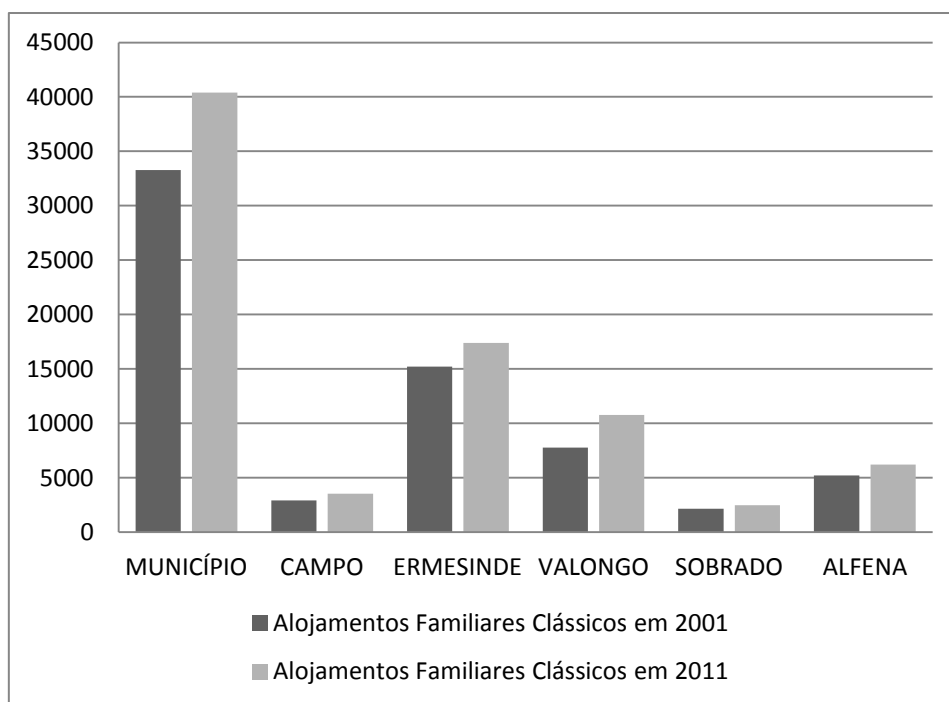


Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 2001 e 2011

Figura 13 – Número de famílias clássicas por freguesias, 2001 e 2011.

3.2. Caracterização do Parque Habitacional Municipal

Relativamente ao parque habitacional Municipal, verifica-se que entre 2001 e 2011, o município de Valongo observou um crescimento contínuo do número de alojamentos clássicos, passando dos 33288 alojamentos familiares clássicos, em 2001, para os 40383, em 2011, facto que ocorreu em quase todas as freguesias (figura 14). Salienta-se as freguesias de Ermesinde e Valongo, com maior contributo para o aumento do número de alojamentos no município.



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 2001 e 2011

Figura 14 – Número de alojamentos familiares clássicos, por freguesias, em 2001 e 2011.

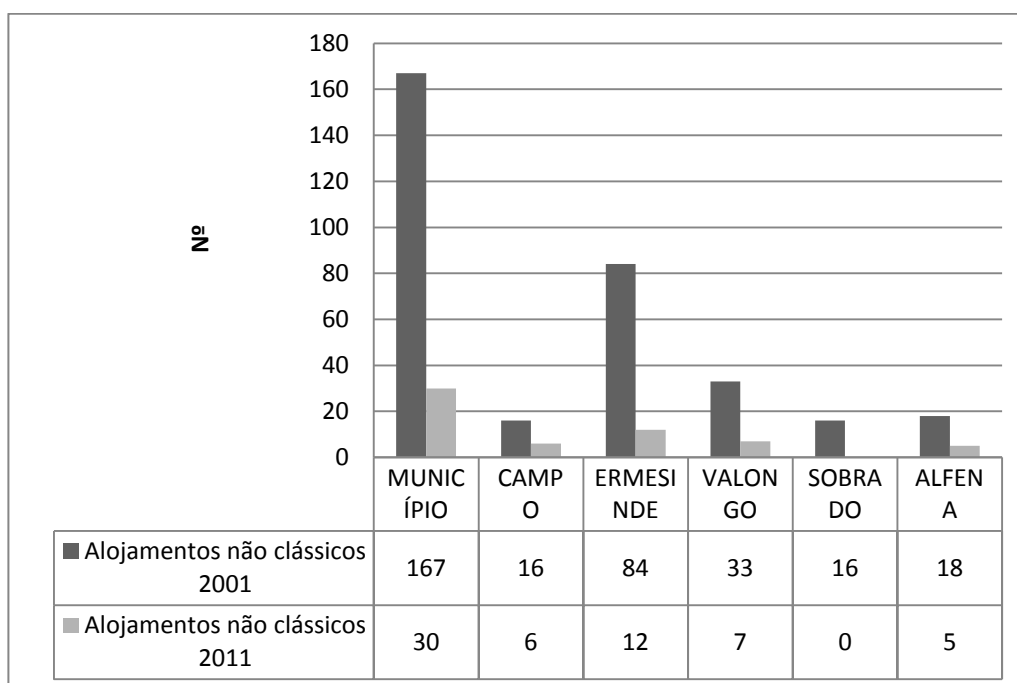
Se compararmos o número de alojamentos clássicos com o número de famílias clássicas, verificamos uma assimetria entre os dois indicadores, em que o número de alojamentos é superior ao número de famílias clássicas no concelho. Assim, em 2001 existiam 33288 alojamentos clássicos (figura 14) no concelho de Valongo para alojar 29686 famílias clássicas e contava com 40383 alojamentos e 33946 famílias clássicas, em 2011 (quadro 11).

Quadro 11- Número de famílias clássicas, por freguesias no concelho de Valongo, em 2001 e 2011

FREGUESIAS	Nº de Famílias Clássicas em 2001	Nº de Famílias Clássicas em 2011
CAMPO	2639	3079
ERMESINDE	12935	14761
VALONGO	6082	8658
SOBRADO	1948	2139
ALFENA	6082	5309
MUNICÍPIO VALONGO	29686	33946

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 2001 e 2011.

Não obstante o número de alojamentos clássicos de residência habitual ser superior ao número de famílias clássicas, na última década, existia no município de Valongo um número significativo de famílias que ocupava alojamentos não clássicos como barracas, casas rudimentares de madeira e outros improvisados de natureza precária (figura 15). Assim, em 2001, existiam no município de Valongo 167 alojamentos não clássicos, tendo-se verificado um decréscimo para 30 alojamentos não clássicos, em 2011. Esta redução dos alojamentos não clássicos, prende-se essencialmente com a implementação do PER no concelho.



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, em 2001 e 2011

Figura 15 – Alojamentos não clássicos, por freguesias, em 2001 e 2011.

Através do quadro 12, podemos comparar o número de alojamentos clássicos entre 2001 e 2011, com o número de alojamentos não clássicos, no mesmo período. Verifica-se que o número de alojamentos clássicos no concelho de Valongo, registam um aumento neste período censitário, ao invés dos alojamentos não clássicos que diminuíram significativamente. Os número de alojamentos clássicos supera claramente o número de alojamentos não clássicos.

Quadro 12 – Número de alojamentos clássicos e alojamentos não clássicos, por freguesias no concelho de Valongo, em 2001 e 2011

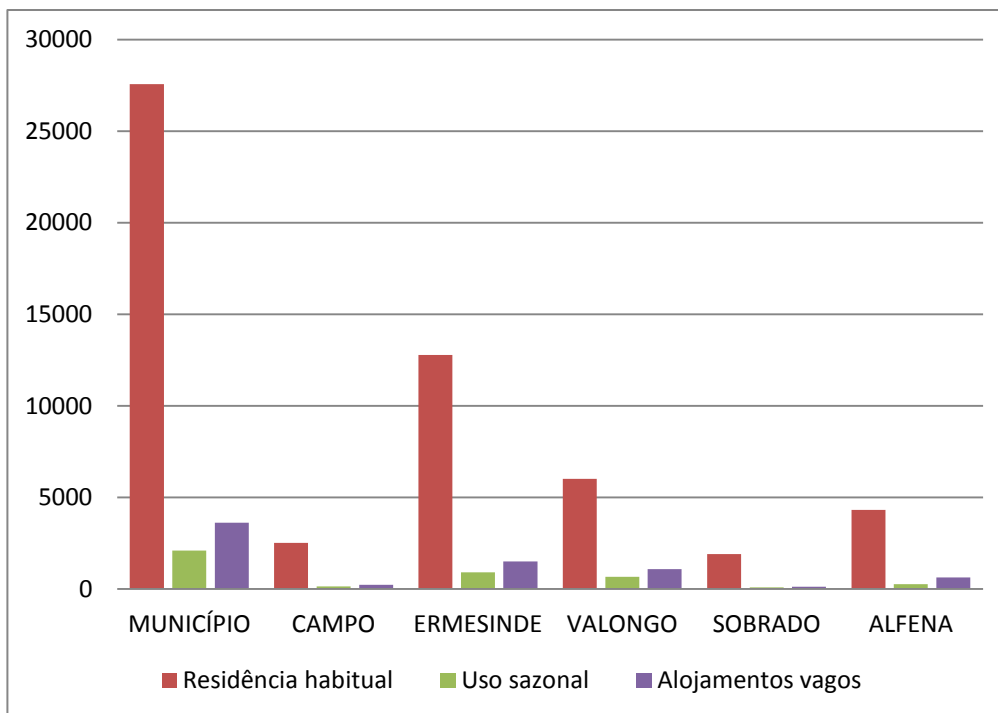
Freguesia	Alojamentos Clássicos 2001	Alojamentos Clássicos 2011	Alojamentos Não Clássicos 2001	Alojamentos Não Clássicos 2011
Alfena	5219	6216	18	5
Campo	2920	3531	16	6
Ermesinde	15214	17383	84	12
Sobrado	2150	2475	16	0
Valongo	7785	10778	33	7
Município	33288	40383	167	30

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 2001 e 2011.

Quanto à forma de ocupação dos alojamentos clássicos, segundo os dados dos recenseamentos entre 2001 e 2011, podemos constatar que predominam os alojamentos de residência habitual, enquanto uma fração significativa dos alojamentos estão vagos ou ocupados sazonalmente (figura 16 e 17).

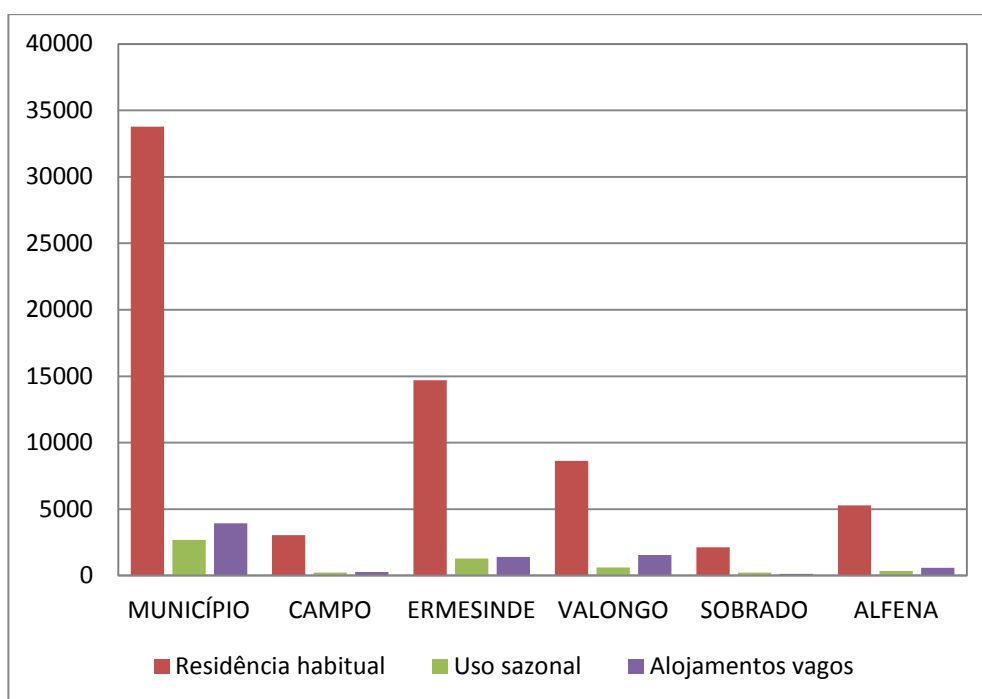
Os alojamentos de uso sazonal registaram um ligeiro aumento em quase todas as freguesias, exceto na freguesia de Valongo onde se verificou uma diminuição, passando de 673 alojamentos de uso sazonal, em 2001, para 619, em 2011.

Quanto aos alojamentos vagos, a nível do concelho houve um ligeiro aumento entre 2001 e 2011, passando de 3618, em 2001, para 3927, em 2011. Destaque para a freguesia de Valongo que passou de 619 alojamentos vagos em 2001, para 1539, em 2011.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Figura 16 – Forma de ocupação dos alojamentos clássicos, por freguesias, em 2001.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Figura 17 - Forma de ocupação dos alojamentos clássicos, por freguesias, em 2011.

O regime de ocupação dos alojamentos segundo a entidade proprietária, surge como um elemento essencial para a caracterização da relação entre as famílias e os alojamentos. Os alojamentos ocupados pelo proprietário (quadro 13), representavam em 2001 78,5% dos alojamentos de residência habitual, valor que em 2011 passaria para os 78,4%. Os alojamentos de residência habitual ocupados pelo arrendatário, mantiveram a mesma percentagem (21,4%) em 2001 e 2011.

Quanto aos alojamentos ocupados pelo proprietário, predominam os que têm encargo, tanto em 2001 (10052) como em 2011 (15175). Os alojamentos ocupados pelo proprietário que não têm encargo, apresentam um decréscimo neste período censitário, passando de 9972, em 2001, para 9032, em 2011.

Relativamente aos alojamentos arrendados, como foi referido anteriormente, estes mantiveram a mesma percentagem durante o período censitário entre 2001 e 2011. Aqui, destaca-se o arrendamento privado, que sofreu um aumento, passando para os 96,4% em 2011, comparativamente com os 91,4%, em 2001.

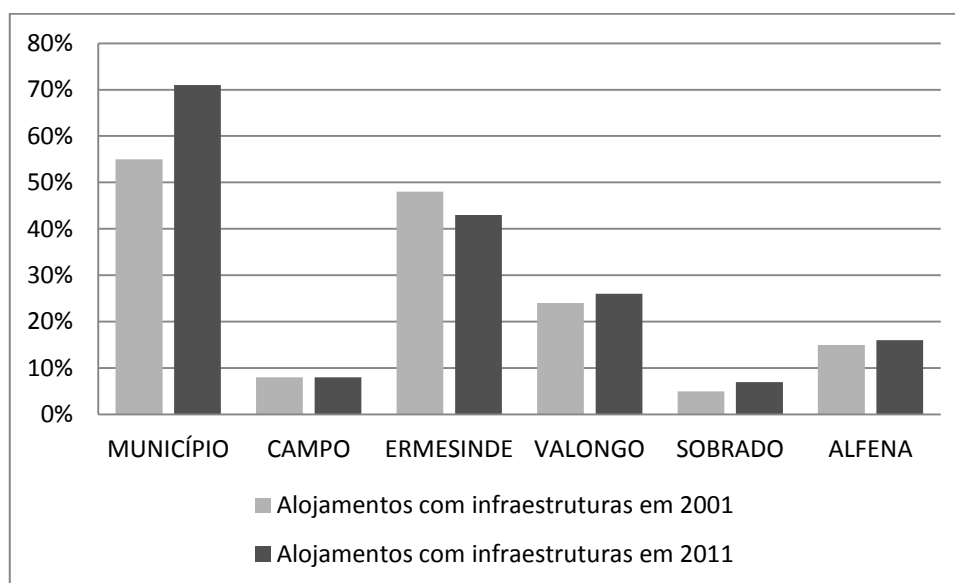
Quadro 13 - Alojamentos clássicos de residência habitual, segundo a entidade proprietária, no concelho de Valongo, em 2001 e 2011

Anos	Total Município	Propriedade dos Ocupantes						Outro Proprietário									
		Total	%	C. Encargos	%	S. Encargos	%	Total	%	Pri-vado	%	Emp . Públ	%	Estado Inst.P ISFL	%	Coop . Hab	%
2001	25490	20024	78,5	10052	50,1	9972	49,8	5466	21,4	4997	91,4	16	0,2	445	8,1	8	0,1
2011	30856	24207	78,4	15175	62,6	9032	37,3	6649	21,4	6413	96,4	94	1,4	95	1,4	47	0,7

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 2001 e 2011.

Nota: Emp. Públ (Empresas Públicas); Inst.P (Instituições Públicas); ISFL (Instituições Sem Fins Lucrativos) e Coop.Hab (Cooperativas de Habitação).

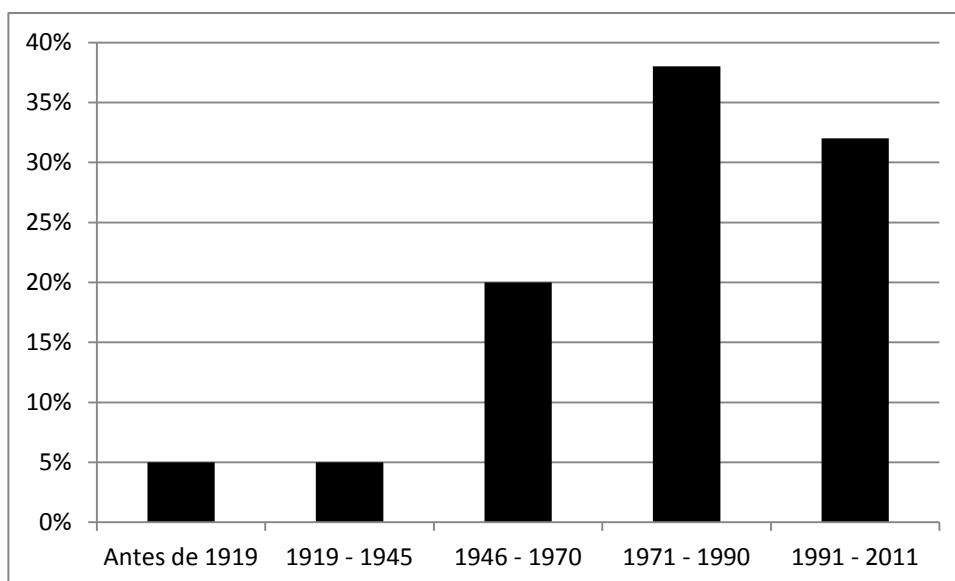
No que se refere às infraestruturas nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, o concelho de Valongo sofreu uma melhoria neste indicador (figura 18). A nível das infraestruturas nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, destaca-se a existência de eletricidade, de água, retrete, banho/duche e aquecimento. Quanto às freguesias, a exceção de Ermesinde que sofreu uma diminuição, passando dos 48% em 2001, para os 43% em 2011, todas as restantes freguesias apresentam um aumento de alojamentos com infraestruturas (figura 18).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 2001 e 2011

Figura 18 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, com Infraestruturas, por freguesias, em 2001 e 2011.

Relativamente à idade do parque, pode-se constatar através da figura 19, que grande parte dos edifícios foi construída nos últimos 40 anos, mostrando assim algum dinamismo da construção no concelho no final do século XX e início do século XXI.

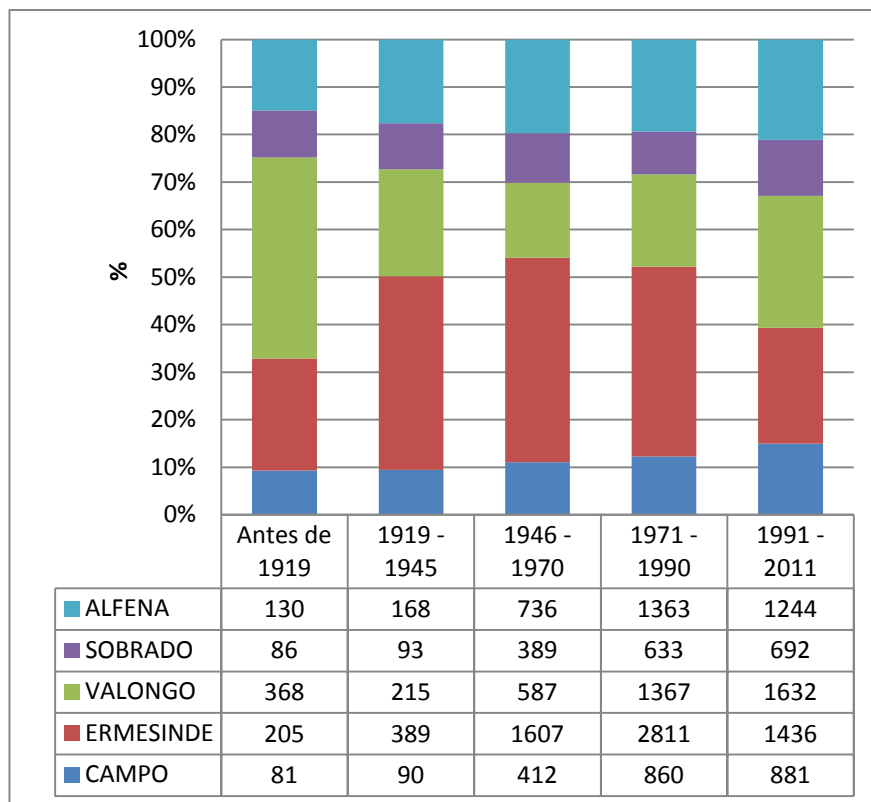


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Figura 19 – Edifícios por época de construção no concelho de Valongo, em 2011.

Analisando os edifícios por época de construção por freguesias (figura 20), verifica-se que de 1919 até 1990, a freguesia de Ermesinde foi a que registou uma maior dinâmica construtiva, com mais de 50% dos edifícios a serem construídos neste período, o que mostra que o seu parque habitacional é mais envelhecido. A freguesia de Valongo, apesar de ter uma percentagem razoável no período anterior a 1919 (10%), apresenta nos últimos 40 anos, uma elevada percentagem de construção de edifícios, essencialmente no período de 1991 até 2011 (40%), ultrapassando assim a freguesia de Ermesinde no que refere à construção de edifícios.

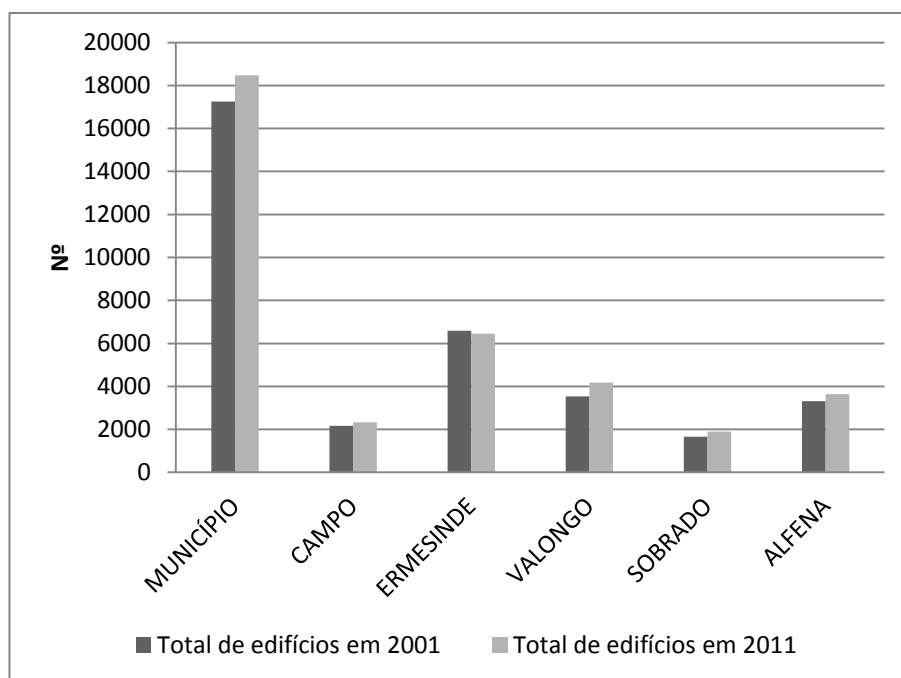
As restantes freguesias detêm um parque habitacional jovem, uma vez que grande parte dos seus edifícios foi construída nos últimos 40 anos.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2011

Figura 20 – Edifícios por época de construção, por freguesias, em 2011.

Quanto ao número total de edifícios, o concelho de Valongo verificou um ligeiro aumento do seu número de edifícios, entre 2001 e 2011 (figura 21). Em 2001, o número total de edifícios no concelho era de 17246, passando para os 18475 edifícios, em 2011. Quanto às freguesias, durante o mesmo período censitário, apenas a freguesia de Ermesinde verificou um decréscimo do número de edifícios (figura 21).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 2001 e 2011

Figura 21 – Número de edifícios, por freguesias, em 2001 e 2011.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que, a nível demográfico, Valongo é um dos municípios do Grande Porto com maior dinâmica populacional desde 1960 até 2011, tendo neste período um acréscimo populacional de 181,8%, por outro lado, o concelho do Porto, apresentou uma variação negativa, ou seja, uma diminuição da população residente na ordem dos 27,7%, muito por causa dos processos de alteração do uso do solo associados ao fenómeno de terciarização crescente da cidade e ao aumento dos preços da casa.

Quanto à estrutura etária da população residente no concelho de Valongo, esta, apresenta as tendências evidenciadas a nível nacional, ou seja, um envelhecimento da população. Verificamos que, entre 1970 e 2011, houve um ligeiro acréscimo da população com idade inferior a 15 anos, na ordem dos 1,0% e um acentuado acréscimo da população com idade igual ou superior aos 65 anos, que teve um aumento de 498,8% nos últimos 40 anos.

Surgiram também alterações nas famílias clássicas, que passaram das 29686 famílias clássicas em 2001, para 33946 em 2011.

No setor da habitação também houve alterações, com o município de Valongo a observar um crescimento contínuo do número de alojamentos clássicos, passando dos 33288 alojamentos familiares clássicos, em 2001, para os 40383, em 2011. Nas formas

de titularidade, há uma predominância da ocupação própria, verificou-se um aumento dos alojamentos de residência habitual e dos vagos, enquanto os de uso sazonal e os não clássicos diminuíram. Esta diminuição dos alojamentos não clássicos, deve-se essencialmente, à implementação da política habitacional, por parte da autarquia, sendo de destacar o PER.

Relativamente à idade do parque habitacional, verificou-se que, grande parte dos edifícios foi construída nos últimos 40 anos, mostrando assim algum dinamismo da construção no concelho no final do século XX e início do século XXI.

3.3. Caracterização dos bairros sociais e dos Empreendimentos PER

Atualmente o parque habitacional municipal é constituído por 17 empreendimentos de habitação social, dispersos pelo concelho, nos quais residem 3368 indivíduos, agregados em 1098 fogos.

Em primeiro lugar, iremos destacar os bairros de habitação social do IGAPHE, transferidos para Empresa Municipal de Habitação – Vallis Habita, através do auto de cessão realizado em 2004 e, depois uma análise dos empreendimentos de habitação social construídos no âmbito do PER e do DL nº 226/87, visto que, estes empreendimentos foram construídos posteriormente.

A autarquia de Valongo antes de implementar o PER no concelho, contava já com três bairros de habitação social (figura 22), construídos pelo FFH. Um dos bairros localiza-se na freguesia de Ermesinde, o bairro das Saibreiras (ver anexo XXVII) e os outros dois bairros na freguesia de Valongo, o bairro das Pereiras (ver anexo XXVIII) e o bairro do Calvário (ver anexo XXIX).

No final da década de 70, os bairros sociais foram construídos pelo FFH após negociações entre a CMV e a Secretaria de Estado da Habitação. Após a extinção do organismo promotor, a autarquia e os moradores dos bairros, não se mostraram disponíveis para a manutenção do espaço e dinâmica social local. Desafio que ficou ao cargo da delegação habitacional do norte do IGAPHE.

A partir da década 90, com a implementação do PER, promovido pela autarquia com o apoio do INH, foram construídos 14 empreendimentos de habitação social, no sentido

de erradicar as barracas e outros tipos de habitação precária, para depois proceder ao realojamento dessas famílias nesses empreendimentos.

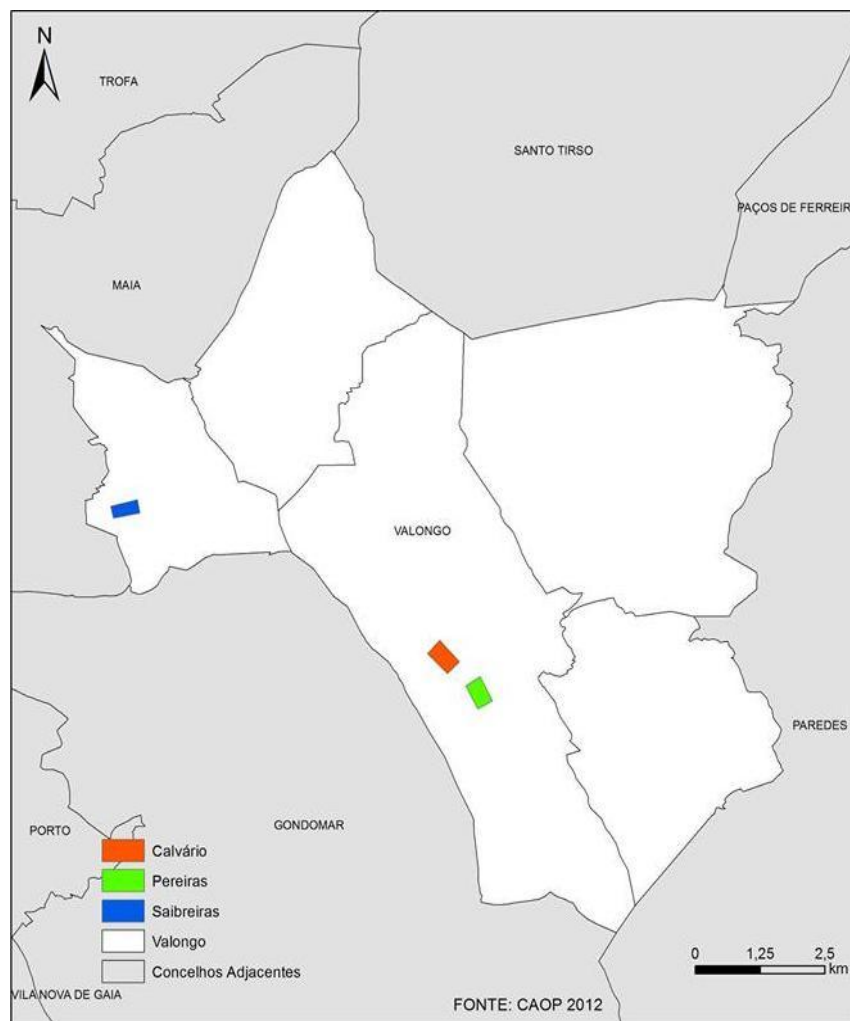


Figura 22- Bairros de habitação social no concelho de Valongo

Através da caracterização dos bairros sociais transferidos do IGAPHE (ver anexo VII), podemos verificar que, na globalidade os três bairros contêm 424 fogos, nos quais residem 1411 pessoas. Os três bairros foram equipados com polidesportivos, contando, ainda, o bairro do Calvário com um parque infantil e espaço para lazer.

O Bairro das Saibreiras tem o maior peso no número de fogos (225) e de residentes (768), sendo de destacar o facto de os edifícios no Bairro do Calvário e no Bairro das Pereiras, conterem garagens.

Relativamente aos empreendimentos PER no concelho de Valongo, estes, encontram-se distribuídos pelas 5 freguesias, perfazendo um total de 14 empreendimentos (figura 23), tendo sido construídos quase todos em 1997, exceto o empreendimento Baldeirão II (1998) e o empreendimento Mirantes dos Sonhos (2002). Este empreendimento foi construído ao abrigo do PER e do Decreto-Lei nº 226/87.

Quanto à caracterização dos empreendimentos PER por freguesias, podemos referir que na freguesia de Alfena temos três bairros (ver anexo VIII) – Barreiro de Cima, Serra Amarela e S. Bartolomeu – totalizando 129 fogos, nos quais residem 406 pessoas. Os referidos bairros (ver fotografia destes bairros em anexo XIII, XIV e XV) foram dotados de vários equipamentos sociais, sendo comum a existência de sala de atendimento, sendo este, um espaço privilegiado de proximidade dos/as técnicos/as de intervenção social à população realojada e ainda o parque infantil, permitindo às crianças um espaço de lazer.

Na freguesia de Campo, encontram-se os bairros de Balselhas, Padre António Vieira e 1º de Maio (ver anexo IX), com 116 fogos e 452 indivíduos. Quanto aos equipamentos sociais de apoio, existe uma sala de atendimento local em cada empreendimento, onde os residentes podem ser auxiliados pelos técnicos. Os bairros de Balselhas e de Padre António Vieira (ver fotografias destes bairros em anexo XVI e XVII) usufruem ainda de espaços para ATL e, no caso do Padre António Vieira, há a possibilidade de utilização do polidesportivo da Paróquia, contíguo ao bairro. O 1º Maio (ver fotografia em anexo XVIII) possui, para além da sala de atendimento local, um parque infantil.

A freguesia de Ermesinde conta com quatro bairros (ver anexo X) – Palmilheira, Sampaio, Montes da Costa e Mirante dos Sonhos (ver fotografia destes bairros em anexo XIX, XX, XXI e XXII). Os quatro bairros totalizam 257 fogos, nos quais habitam 732 pessoas. À exceção de Montes da Costa, todos os bairros em causa, são dotados de sala de atendimento. O atendimento social local dos agregados familiares residentes em Montes da Costa, dada a proximidade dos bairros, é efetuado na sala de atendimento de Mirante dos Sonhos, privilegiando-se ainda as visitas domiciliárias em virtude da inexistência do referido espaço.

Na freguesia de Sobrado estão localizados os bairros de Baldeirão I e de Baldeirão II (ver anexo XI) – são compostos por 76 fogos, que comportam 278 pessoas. Tal como o Montes da Costa, o bairro de Baldeirão I (ver fotografia deste bairro em anexo XXIII) também não possui sala de atendimento, sendo o atendimento local da população residente efetuado em Baldeirão II (ver fotografia em anexo XXIV). Para além disso, salienta-se a existência neste último bairro do jardim-de-infância Baldeirão, pertencente ao Agrupamento de Escolas de São João de Sobrado, sendo o único equipamento deste tipo existente nos bairros PER.

A freguesia de Valongo conta com os bairros – Galinheiro e Outrela (ver anexo XII), constituídos por 96 fogos e com 348 residentes (ver fotografia destes bairros em anexo XXV e XXVI). Em termos de equipamentos sociais, à semelhança dos restantes empreendimentos sociais, possuem, sala de atendimento, polidesportivo, parque infantil e ATL.

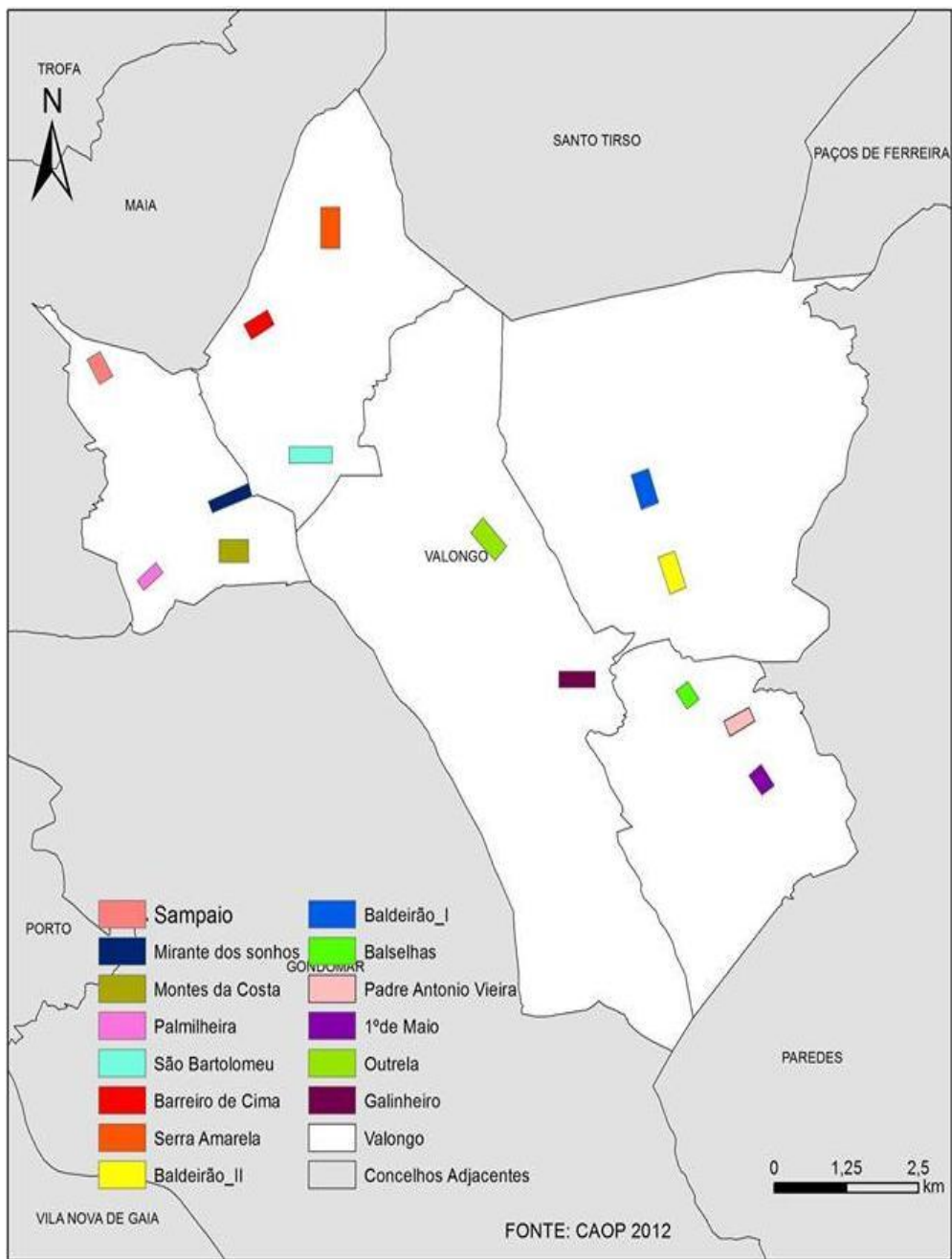


Figura 23- Empreendimentos PER no concelho de Valongo

Capítulo IV - Análise da Qualidade de Vida nos Bairros Sociais do PER

4.1. Proposta teórico-metodológica

Após o enquadramento conceptual global que desenvolvemos sobre a qualidade de vida no capítulo II, apresentamos agora uma proposta teórico-metodológica à qualidade de vida, assente na abordagem subjetiva.

A reflexão irá fundamentar-se num inquérito (ver anexo 30) realizado aos residentes de quatro bairros abrangidos pelo programa PER, no Concelho de Valongo.

O estudo procura enquadrar-se no modelo conceptual de Allard (1993), através da noção de bem-estar desenvolvida em três dimensões de análise (ter, amar e ser), numa visão multidimensional (social, económica, cultural, ambiental e política), com isso iremos medir as satisfações dos indivíduos em função das oportunidades e/ou dos recursos proporcionados em diferentes ambientes residenciais.

4.1.2. A dimensão subjetiva

Quanto à metodologia, será analisado um inquérito por questionário para avaliar a perceção da qualidade de vida e a satisfação residencial. Este questionário abrange aspetos ao nível do consumo e lazer, da habitação, espaços públicos, serviços e equipamentos e relações de vizinhança.

A população alvo é constituída por idosos, adultos e jovens, residentes em quatro bairros do Concelho de Valongo, totalizando 112 questionários. A amostra tem uma representatividade de 67% e abrangeu um total de 321 indivíduos.

O questionário remete para quatro conjuntos de questões. Um primeiro conjunto relacionado com os serviços, o consumo e lazer; um segundo conjunto relacionado com os níveis de satisfação global dos indivíduos e com os níveis de satisfação com o local de residência; um terceiro conjunto relacionado com os percursos residenciais e com as perceções dos residentes relativamente ao processo de realojamento; um quarto e último conjunto relacionado com a satisfação residencial dos moradores com a casa, o bairro e com as relações de vizinhança.

Quanto ao primeiro conjunto, o consumo e lazer, pretendemos avaliar essencialmente que tipo de serviços e espaços de lazer são mais utilizados pelos residentes destes bairros e perceber o seu nível de mobilidade. Para tal, selecionamos as seguintes questões:

Onde é que os indivíduos costumam passar férias?
Em que concelho os indivíduos procuram os principais serviços?
Em que concelho os indivíduos realizam as suas compras?
No último mês, que espaços de lazer os indivíduos frequentaram e em que concelho?

Para avaliar que tipo de serviço e os espaços de lazer mais utilizados pelos residentes, consideramos os seguintes domínios temáticos: serviços e equipamentos, ensino, comércio e espaços públicos.

Os serviços e os espaços de lazer numa cidade, são importantes para medir a qualidade de vida e a satisfação dos indivíduos. A satisfação com os serviços e equipamentos, proporciona à população formas para desenvolver as suas capacidades individuais e o seu bem-estar coletivo. No caso dos serviços de saúde, para o bem-estar dos cidadãos a satisfação dirige-se para uma ótima prestação de cuidados de saúde. Os serviços de educação influenciam o desenvolvimento económico e social e devem satisfazer as necessidades dos indivíduos. Os serviços de finanças, sendo essenciais para a gestão de ativos financeiros numa cidade, têm um papel importante no controlo fiscal da população. Os serviços de advocacia, contribuem para o auxílio em alguns problemas que os cidadãos possam ter, a nível jurídico. O comércio, permite aos indivíduos satisfazer as suas necessidades de consumo mais ou menos comuns. Os serviços desportivos permitem aos cidadãos a prática de variadas modalidades desportivas, permite um convívio social assim como pode ser benéfica para a saúde dos indivíduos, pois estimula a atividade física. Os serviços culturais e de lazer contribuem para a diversificação de atividades, na ocupação dos tempos livres e de lazer. Nos casos dos museus e das bibliotecas, são fundamentais para a expansão da cultura e do conhecimento.

Sendo assim, no domínio dos serviços e equipamentos avaliamos a procura dos indivíduos relativamente a: serviços de advocacia; serviços médicos; ensino; serviços de finanças; serviços desportivos; comércio; serviços culturais e de lazer.

No segundo conjunto, para avaliar os níveis de satisfação global dos indivíduos e os níveis de satisfação com o local de residência e a habitação, selecionamos as seguintes questões:

Qual é o grau de satisfação com o local e com a habitação onde os indivíduos residem?
Qual é o grau de satisfação dos indivíduos com a sua qualidade de vida em geral?
Como é que os indivíduos avaliam a sua qualidade de vida em termos de níveis de satisfação, relativamente às amenidades localizadas nas proximidades da área de residência?

Para avaliar os níveis de satisfação global dos indivíduos e os níveis de satisfação com o local de residência e a habitação, consideramos os seguintes domínios temáticos: condições ambientais; serviços e equipamentos (como vimos no domínio anterior); habitação e trabalho; transportes e mobilidades, imagem urbana e espaço público; cidadania e governança.

A satisfação dos indivíduos com as condições ambientais do seu local de residência ou nas proximidades da área de residência, passará essencialmente pelos espaços verdes existentes, pelos níveis de limpeza pública, pela recolha seletiva de resíduos e pelos níveis de poluição existentes. Os espaços verdes numa cidade, essencialmente os parques e jardins, garantem espaços de recreio e lazer, beneficiando desta maneira o convívio social, sendo também espaços que favorecem as ótimas condições ambientais (qualidade do ar, permeabilização do solo, entre outras). Os níveis de limpeza pública e a recolha de resíduos, permitem um conforto a nível da saúde pública em geral e uma boa imagem urbana. Os níveis de poluição existentes, resultam muito da ação humana e condicionam a qualidade de vida da população.

Através destes fatores pode-se compreender o relacionamento que os indivíduos têm com o espaço ambiental.

A oferta da habitação local, é fundamental para a qualidade de vida dos indivíduos, pois o direito “à habitação, constante da maior parte das constituições nacionais, força o

Estado a uma intervenção em nome dos cidadãos menos favorecidos em termos habitacionais, tentando deste modo reduzir a sua situação de exclusão” (Augusto 1998: 1, citado por Violas 2013: 9). O trabalho, “ocupa hoje em dia um lugar ou uma função central nas ligações sociais e na realização individual. A falta de emprego é um dos principais fatores de desintegração social e de desregulação individual” (Marques 2004: 360, citado por Ribeiro 2011: 20).

Os transportes e mobilidade são fundamentais para o dia-a-dia dos cidadãos, pois permitem que estes se desloquem do seu local de residência para o trabalho, para os serviços, para as atividades de consumo e lazer. Visto que os automóveis são o meio de transporte mais utilizados nas cidades, os transportes públicos têm vindo a surgir como alternativa à massificação do automóvel, permitindo deste modo a mobilidade coletiva dos cidadãos. A satisfação com os serviços de transportes públicos depende muito da qualidade e quantidade destes serviços.

Quanto à satisfação com a imagem urbana que é vista pelos cidadãos, esta, depende essencialmente da conservação dos edifícios. A satisfação com os espaços públicos depende de fatores como o estado de conservação das ruas e a adequação do espaço público ao lazer. Desta forma, os espaços públicos surgem como proporcionadores de convívio e bem-estar social, influenciando a qualidade de vida dos indivíduos.

No que se refere ao domínio da cidadania e governança, os indivíduos devem ter uma participação na vida política local, pois o desenvolvimento das cidades depende também da capacidade de intervenção dos indivíduos. O governo local deve satisfazer as necessidades dos cidadãos. O civismo deve prevalecer entre os indivíduos, criando assim um clima de bem-estar social e a convivência entre as pessoas (ex. relações de vizinhança).

No quadro 14 apresentamos todos os domínios temáticos e os seus vetores de análise, que utilizamos para avaliar a qualidade de vida e a satisfação residencial dos indivíduos.

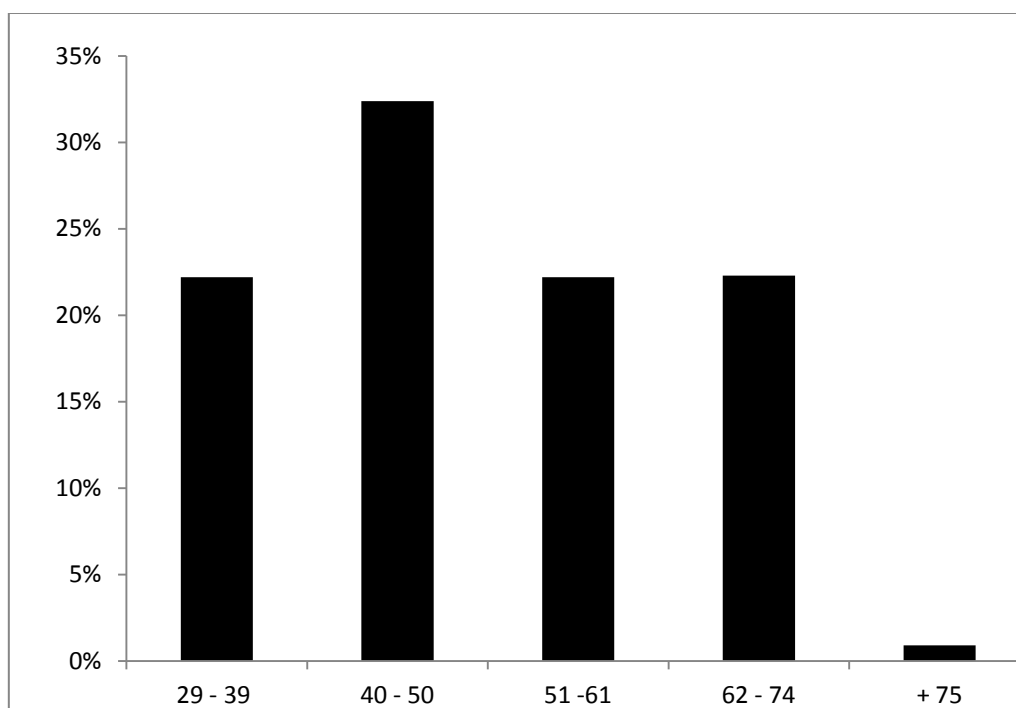
Quadro 14 – Domínios temáticos e Vetores de análise à qualidade de vida e a satisfação residencial

Domínios temáticos	Vetores de análise
Habitação e Trabalho	A oferta de habitação local; O conforto térmico da habitação; As oportunidades de trabalho local; As remunerações (salário) do seu trabalho.
Condições Ambientais	Os espaços verdes existentes; Os níveis de limpeza pública; A recolha seletiva de resíduos; Os níveis de poluição local.
Espaços Públicos e Imagem Urbana	Os espaços públicos existentes; O estado de conservação das ruas; A conservação dos edifícios; A adequação do espaço público ao lazer.
Serviços e Equipamentos / Consumo e Lazer	A oferta de serviços de saúde; A oferta de serviços de educação; A oferta de serviços de apoio social; A oferta de comércio; A oferta de equipamento de animação desportiva; A oferta de animação cultural e de lazer; A oferta de bibliotecas e museus.
Transporte e Mobilidade	Os serviços de transportes públicos; As facilidades de deslocação automóvel.
Cidadania e Governança	A segurança pública local; O ambiente social envolvente; A ideia que os outros têm do local onde residem; O civismo dos residentes locais; As relações de vizinhança; A proximidade e acessibilidade aos centros de decisão local; A possibilidade de intervir na política local.

4.2. A Qualidade de Vida e Satisfação Residencial

4.2.1. Perceção global dos resultados

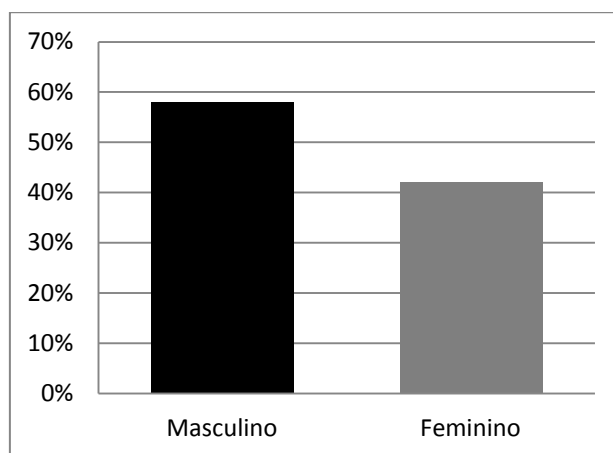
No inquérito que implementamos, como foi referido, foram questionadas 112 pessoas residentes em quatro bairros de habitação social no concelho de Valongo. Grande parte dos inqueridos tem idades compreendidas entre os 40 e 50 anos (32,4%) e os 62 e os 74 anos (22,3%), com uma predominância do sexo masculino (58%) (figuras 24 e 25). Através da figura 26, verificamos que, estes indivíduos apresentam um grau de instrução muito baixo: com o 1º ciclo do ensino básico 44,8%, com o 2º ciclo 30,5% e com o 3º 5,7%. Saliente-se ainda que, dominam os agregados domésticos com três elementos, com 47% e com dois elementos, com 41%⁵⁴.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

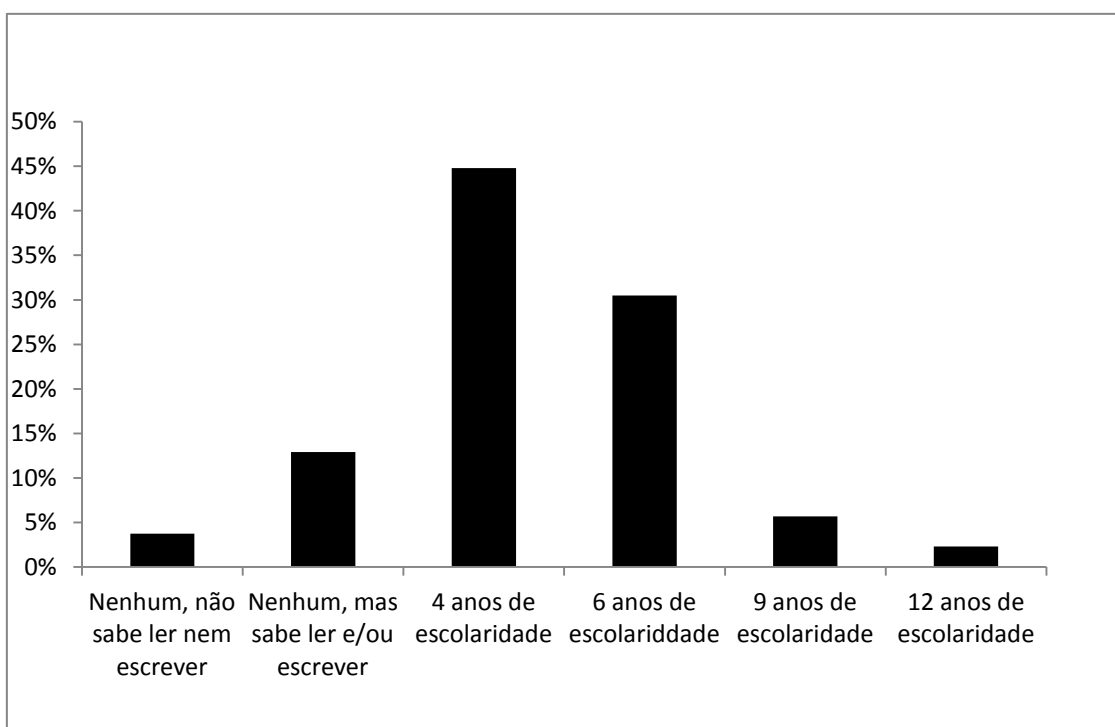
Figura 24 – Idade dos inquiridos por grupos etários.

⁵⁴ Os agregados com 1 elemento representam 7% e os com 4 elementos 5%.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 25 - Sexo do inquirido

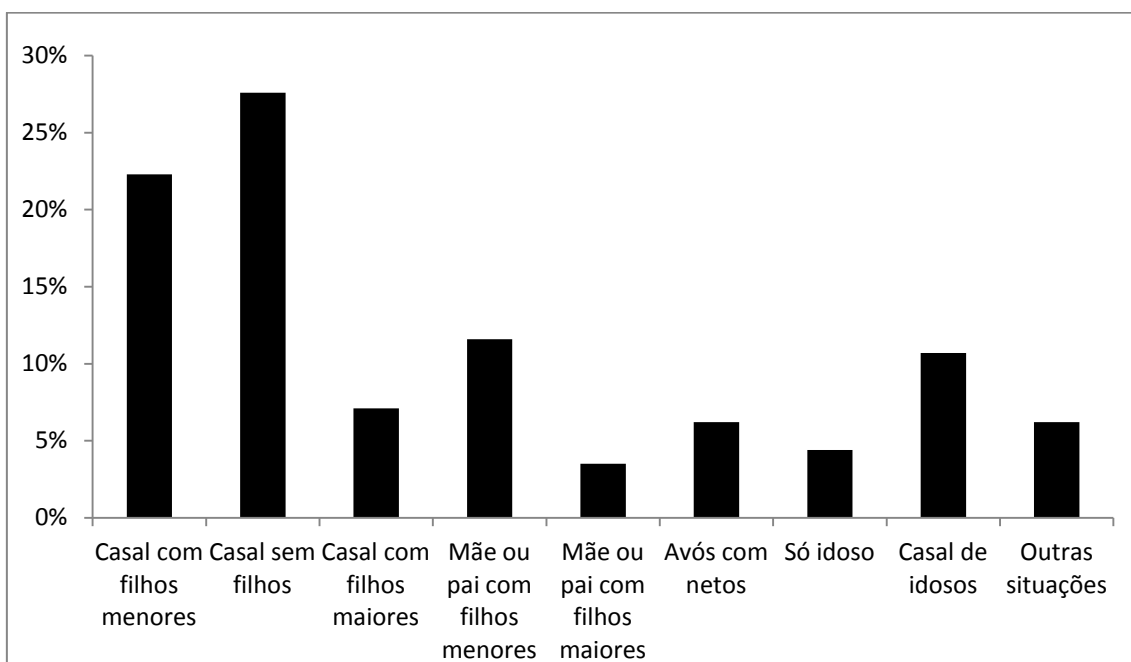


Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 26 – Nível de escolaridade dos agregados familiares.

Relativamente à tipologia de famílias (figura 27), verificou-se a coexistência de várias tipologias, sendo que predominam os casais sem filhos (28%), seguida de casais com filhos (22%), mãe ou pai com filhos menores (12%), casal de idosos (11%) e ainda outras situações (como irmãos, tios com sobrinhos) com cerca de 6%.

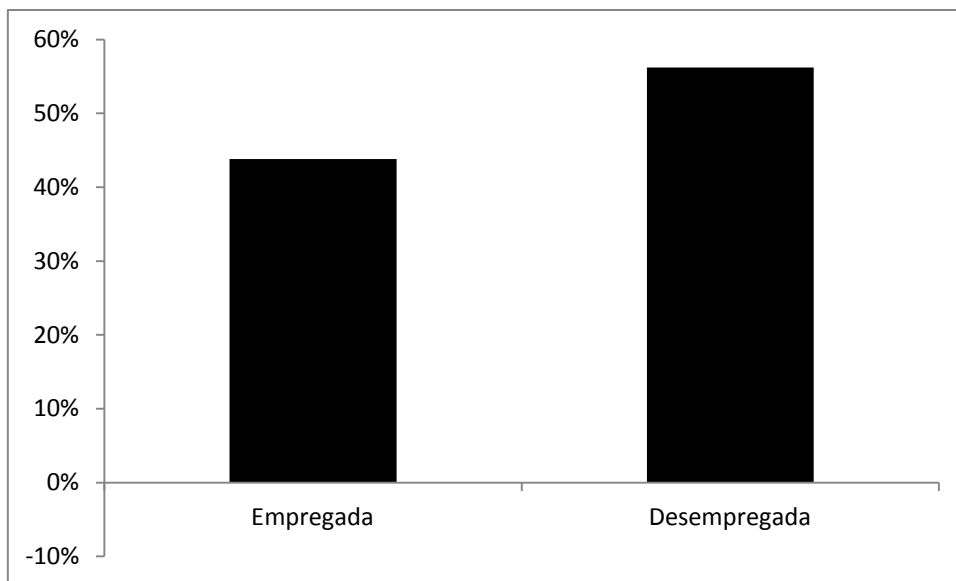
Estes valores exprimem algumas tendências nacionais de alteração na estrutura dos agregados familiares, associadas a fenómenos demográficos como o aumento da esperança média de vida e do divórcio.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

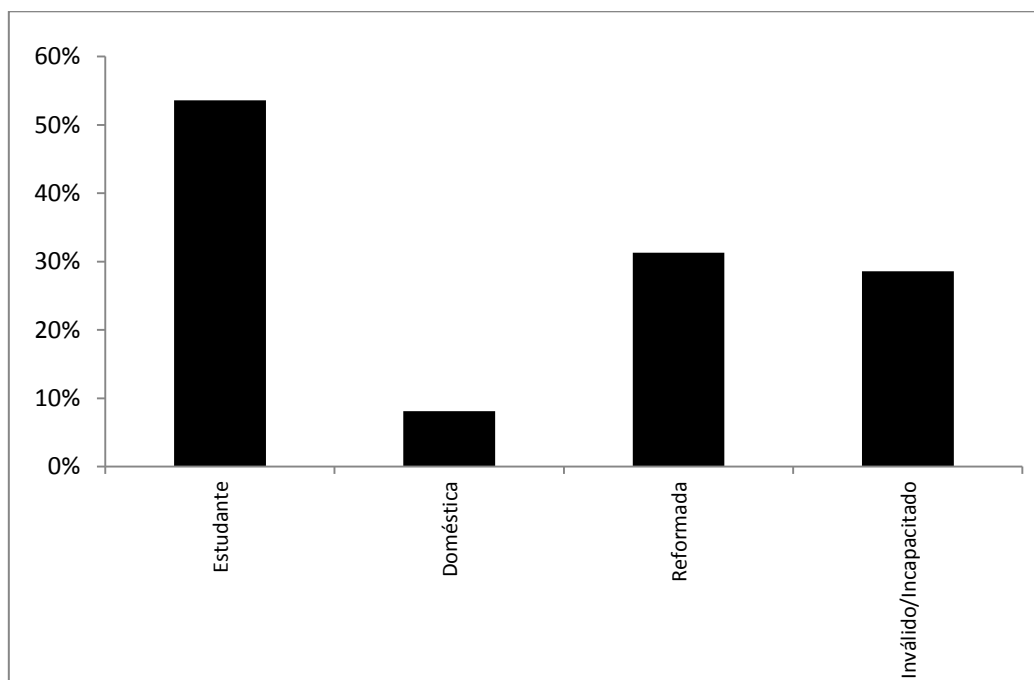
Figura 27 – Tipo de famílias.

No que respeita à população ativa (figura 28), constata-se que, 43,8% dos inquiridos encontram-se empregados e 56,2% estão desempregados. Quanto à população sem atividade económica (figura 29), predominam os estudantes com 53,6%, seguida dos reformados, situação em que se encontram 31,3% das pessoas sem atividade económica. De salientar ainda a proporção de população invalida/incapacitada 28,6% e domésticas 8,1%.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 28 – Agregados familiares com atividade económica.

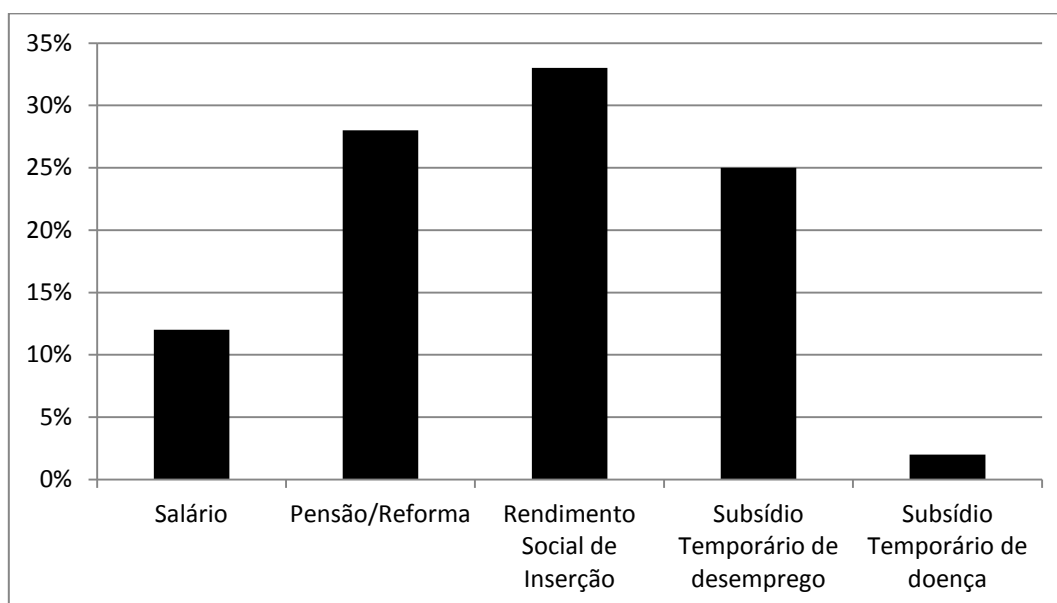


Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 29 – Agregados familiares sem atividade económica.

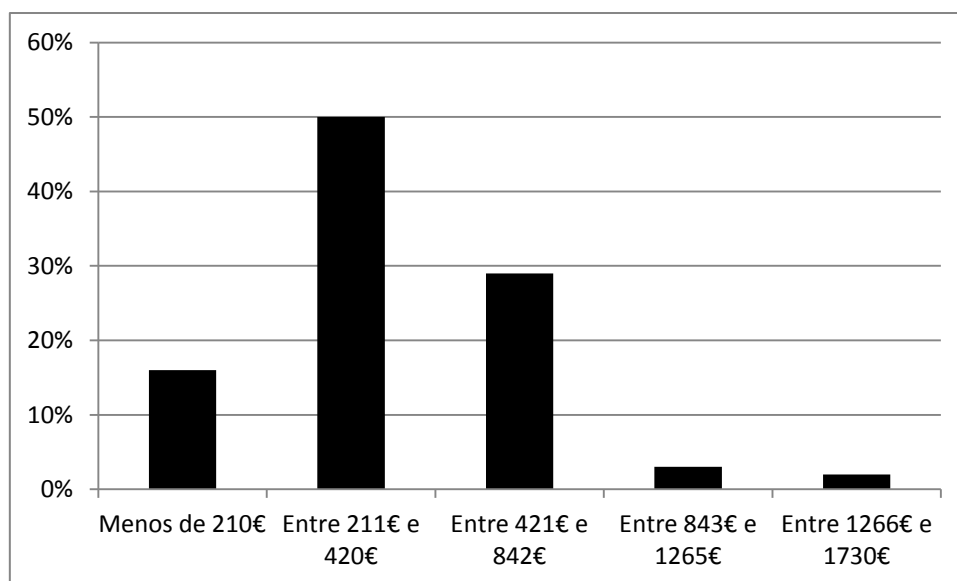
No que refere aos rendimentos do agregado familiar (figura 30), verifica-se que, a principal fonte de rendimento destes agregados familiares deriva do Rendimento Social de Inserção (33%), seguindo-se a Pensão/Reforma (28%), o Subsídio Temporário de Desemprego (25%), o Salário (12%) e por último o Subsídio Temporário de Doença que abrange cerca de 2% dos agregados familiares. Estes indicadores mostram-nos que, grande parte das famílias inquiridas depende dos apoios sociais, visto que, apenas uma pequena percentagem dos inquiridos encontra-se empregado.

Quanto aos valores dos rendimentos dos agregados familiares (figura 31), estes, encontram-se essencialmente abaixo do salário mínimo nacional. Destaque para os rendimentos entre 211€ e 420€, abrangendo cerca de 50% dos agregados familiares.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 30 - Principal rendimento dos agregados familiares



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 31 - Valor do rendimento dos agregados familiares

Para o nosso estudo sobre a qualidade de vida e a satisfação residencial, interessa-nos numa primeira parte, saber em que concelhos as pessoas procuram os serviços⁵⁵ quando necessitam (quadro 15) e em que concelhos realizam habitualmente as suas compras⁵⁶ (quadro 16). Através destes indicadores tentamos perceber o nível de mobilidade territorial que estas pessoas têm. Conclui-se que, a maior parte destas pessoas, tem um nível de mobilidade territorial muito baixo, visto que, praticamente não se deslocam do seu concelho de residência, tanto na procura dos serviços, como para realizarem habitualmente as suas compras. Quanto à procura de serviços, mais de 80% das pessoas inqueridas, procura os serviços médicos, hospitais e financeiros, no concelho de Valongo, sendo que os serviços de advocacia, ensino superior, serviços culturais e serviços de lazer, quase não têm utilização para este tipo de classe social. Quanto ao local onde habitualmente realizam as suas compras, tal como acontece na procura dos serviços, estas pessoas realizam as suas compras praticamente no concelho de Valongo, apesar de haver uma pequena percentagem (10%), que realizam as suas compras de alimentação e de vestuário, em outros concelhos como Porto ou Gondomar.

⁵⁵ Serviços de Advocacia, Médicos, Hospital, Ensino Superior, Finanças, Serviços Desportivos, Culturais e de Lazer.

⁵⁶ Compras de alimentação, vestuário, eletrodomésticos, mobiliário, livros/filmes/jogos.

Quadro 15- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao local onde procuram os serviços

Concelho	Serviços de Advocacia	Serviços Médicos	Hosp	Ens. Sup.	Finanças	Desportivos	Culturais	Lazer
Gondomar	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%
Maia	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%
Matosinhos	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%
Porto	0%	5%	20%	0%	1%	2%	0%	1%
Valongo	7%	95%	80%	0%	99%	26%	7%	10%
Não necessita	5%	0%	0%	5%	0%	8%	10%	9%
Não usa	88%	0%	0%	95%	0%	63%	83%	77%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inquérito à população dos bairros

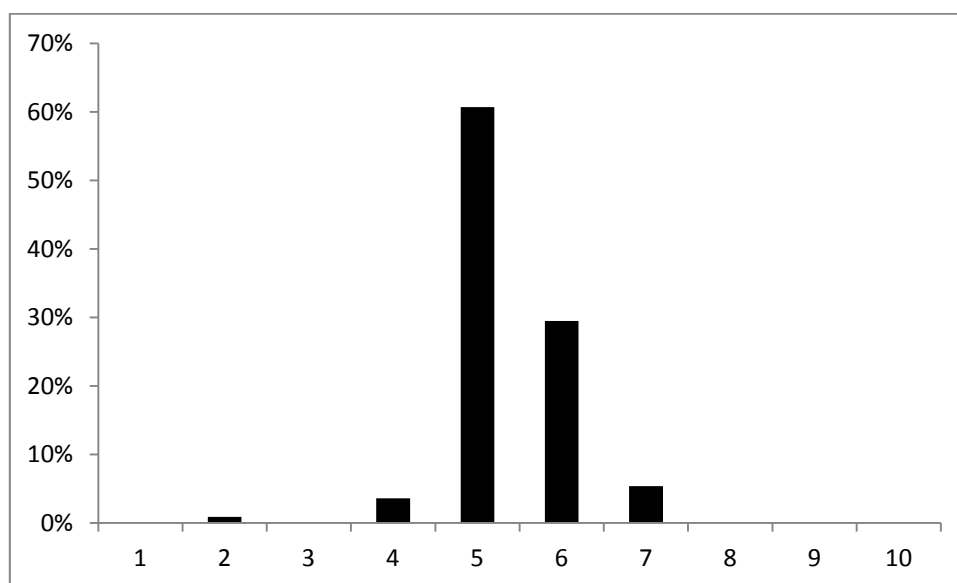
Quadro 16 – Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao local onde realizam habitualmente as suas compras

Concelho	Alimentação	Vestuário	Eletrodomésticos	Mobiliário	Livros/ filmes/ jogos
Gondomar	1%	5%	0%	0%	0%
Maia	1%	5%	0%	0%	0%
Matosinhos	0%	1%	0%	0%	0%
Paços de Ferreira	0%	0%	0%	1%	0%
Porto	1%	2%	1%	1%	1%
Valongo	97%	84%	91%	88%	35%
Não realiza	0%	3%	8%	10%	64%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inquérito à população dos bairros

Numa segunda parte, pretendemos avaliar se a população residente nestes bairros está satisfeita com a sua qualidade de vida em geral, com o seu local de residência, com a habitação onde reside e com o local onde trabalha (figuras 32, 33, 34 e 35).

Os residentes mostram um alto grau de satisfação com o seu local de residência. Numa escala de 1 a 10, apresentam um grau de satisfação de nível 5 (60,7%) e 6 (29,5%). Já as avaliações negativas⁵⁷, não são muito significativas (figura 32).

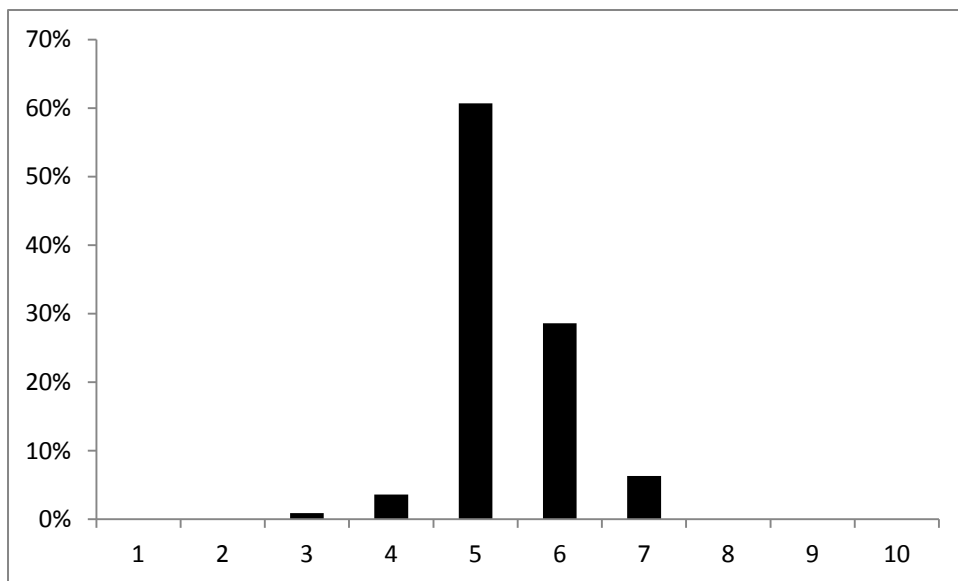


Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 32 - Percentagem de indivíduos inquiridos, por graus de satisfação relativamente ao local de residência (numa escala de 1 a 10).

Sobre o grau de satisfação com a habitação onde residem (figura 33), numa escala de 1 a 10, verifica-se que os indivíduos avaliam a habitação de uma forma positiva, com destaque para o grau 5 (60,7%) e 6 (28,6%). No geral os indivíduos mostram-se satisfeitos com a habitação onde residem.

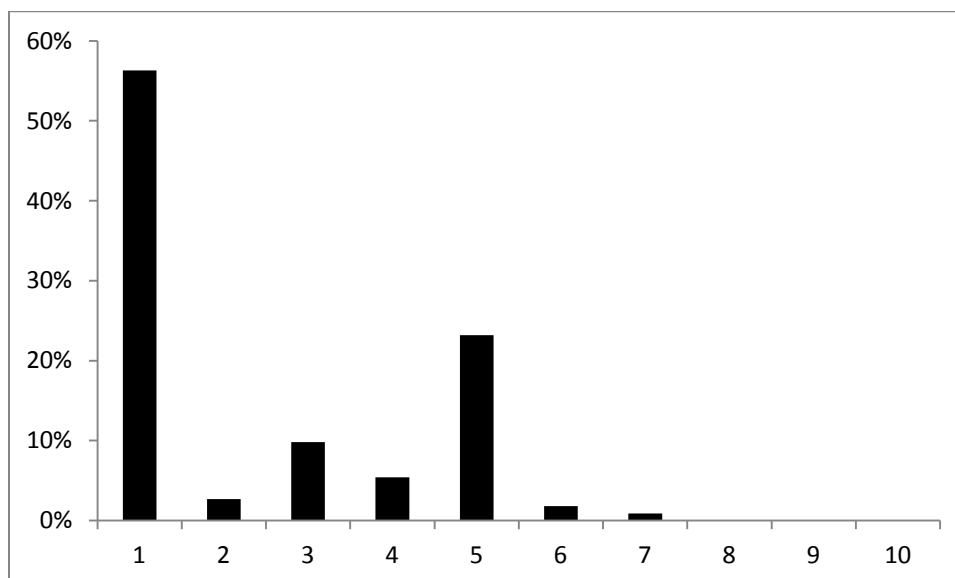
⁵⁷ Indivíduos que avaliaram a sua satisfação com o seu local de residência abaixo de 5 numa escala de 1 a 10.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 33 - Percentagem de indivíduos inquiridos, por graus de satisfação relativamente a habitação onde residem (numa escala de 1 a 10).

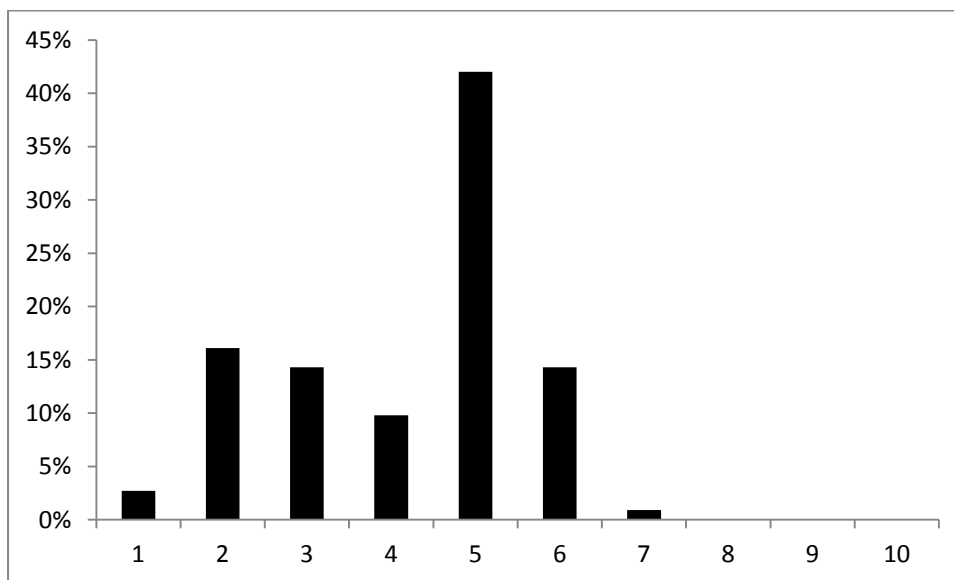
Quanto ao grau de satisfação com o local onde trabalha, os indivíduos mostram-se insatisfeitos, visto que numa escala de 1 a 10, predomina a pontuação 1 (56,3%). Este fator deve-se essencialmente, ao facto de grande parte dos indivíduos encontrar-se desempregado.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 34 - Percentagem de indivíduos inquiridos, por graus de satisfação relativamente ao local onde trabalham (numa escala de 1 a 10).

Quanto à autoavaliação da qualidade de vida (figura 35), os indivíduos mostram que estão satisfeitos com a sua qualidade de vida, predominando a pontuação 5 (42%). As avaliações negativas, têm predominância na pontuação 2 (16,1%).



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 35- Percentagem de indivíduos inquiridos, por níveis de autoavaliação da qualidade de vida (numa escala de 1 a 10).

4.2.2. Amenidades localizadas nas proximidades da área de residência:

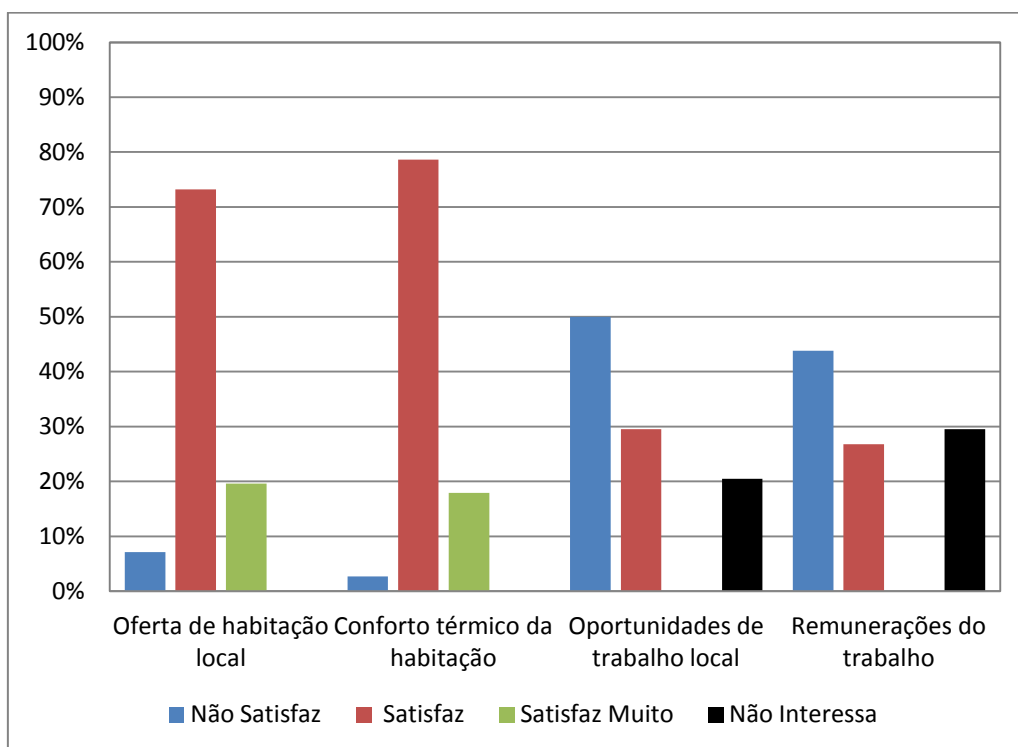
Níveis de satisfação por domínios analíticos

Quanto ao grau de satisfação com as amenidades localizadas nas proximidades da área de residência, os indivíduos inquiridos demonstram uma elevada satisfação nos diferentes domínios analíticos.

Começando pelo domínio da habitação e trabalho (figura 36), verifica-se, por um lado, uma razoável satisfação com a oferta de habitação local (73%) e com o conforto térmico⁵⁸ da habitação onde residem (79%), por outro lado, uma clara insatisfação com as oportunidades locais de trabalho (50%) e com as remunerações do seu trabalho

⁵⁸ Casas muito frias ou muito quentes.

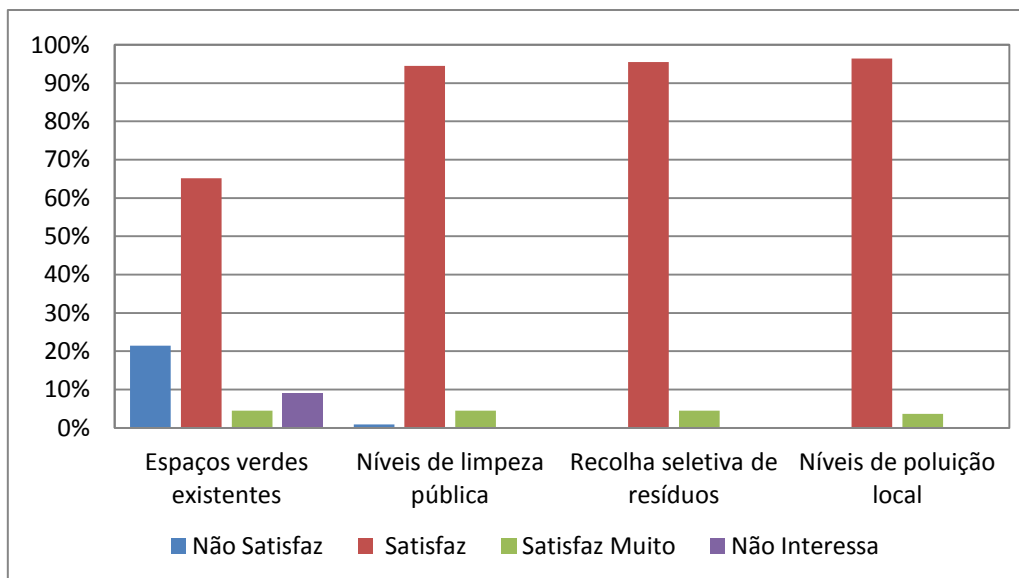
(44%). Regista-se também um número significativo (30%) de pessoas que não lhes interessam o domínio do trabalho, visto que já se encontram reformadas.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 36 - Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a habitação e o trabalho nas proximidades do seu local de residência.

No domínio das condições ambientais, os residentes estão maioritariamente satisfeitos com os níveis de limpeza pública, com a recolha seletiva de resíduos, com os níveis de poluição local e com os espaços verdes existentes (figura 37). Verifica-se também que, 21% dos indivíduos estão insatisfeitos com os espaços verdes existentes.

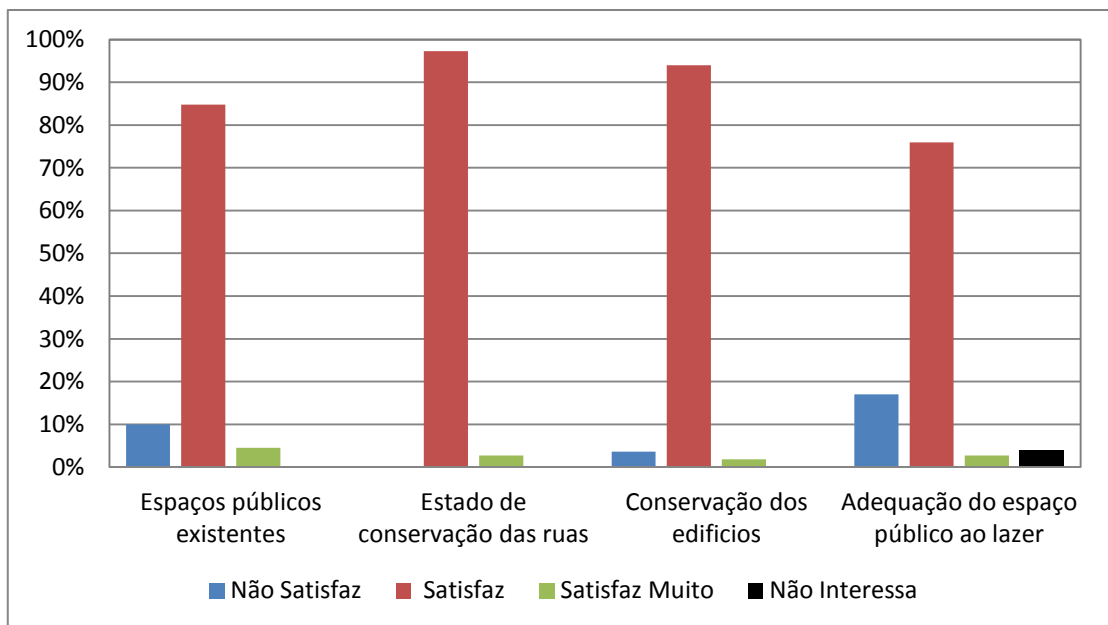


Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 37 - Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com as condições ambientais nas proximidades do seu local de residência.

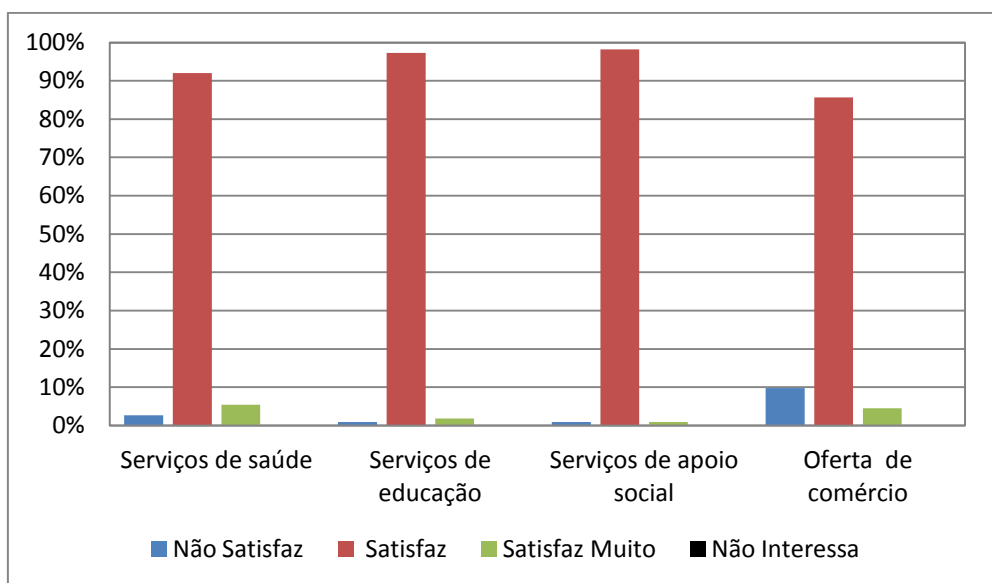
No domínio dos espaços públicos e imagem urbana, os indivíduos mostram-se satisfeitos com o estado de conservação das ruas (97%) e com a conservação dos edifícios (94%). Apesar de a maioria estar satisfeita, alguns residentes revelam uma insatisfação quanto aos espaços públicos existentes (10%) e a adequação do espaço público de lazer (17%) (figura 38).

Quanto ao domínio serviços e equipamentos, os indivíduos revelam-se satisfeitos com a oferta de serviços de saúde, de educação, de apoio social, de comércio e com a oferta de equipamento de animação desportiva, de animação cultural e de lazer, de bibliotecas e museus (figuras 39 e 40). Apesar da satisfação global com os serviços e equipamentos, alguns residentes mostram-se mais insatisfeitos com a oferta de animação cultural e de lazer (15%) assim como com a oferta de bibliotecas e museus (16%).



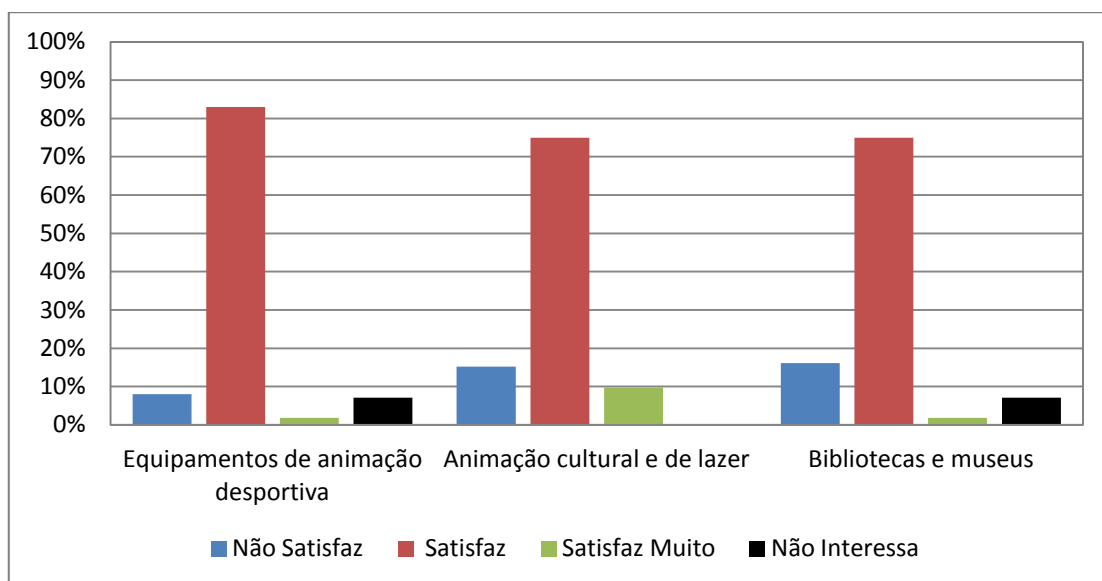
Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 38- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com o espaço público e a imagem urbana nas proximidades do seu local de residência.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

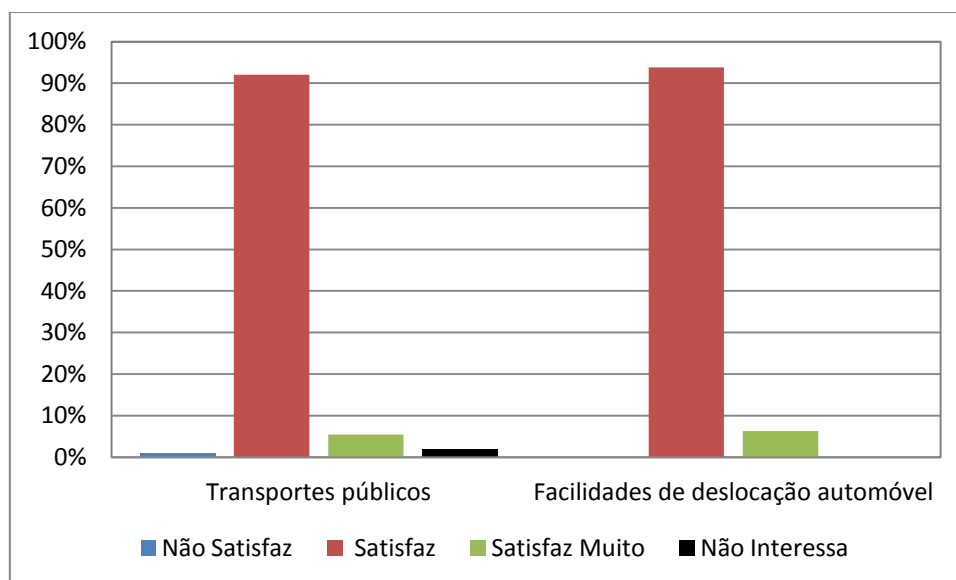
Figura 39- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a oferta de serviços nas proximidades do seu local de residência.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 40- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a oferta de equipamentos nas proximidades do seu local de residência.

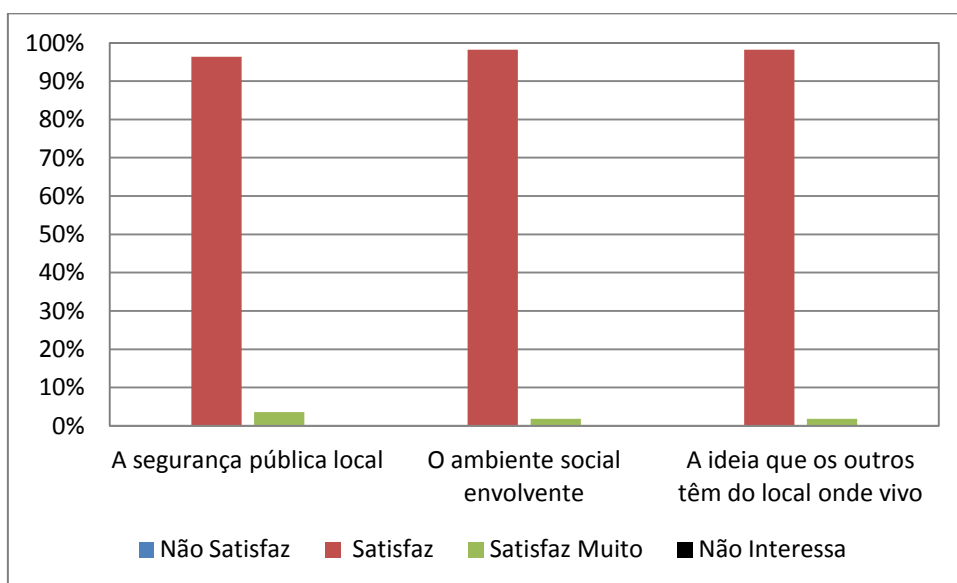
No domínio dos transportes e mobilidade (figura 41), verifica-se uma total satisfação dos indivíduos em relação aos transportes públicos (92%) e as facilidades de deslocação automóvel (94%).



Fonte: Inquérito à população dos bairros

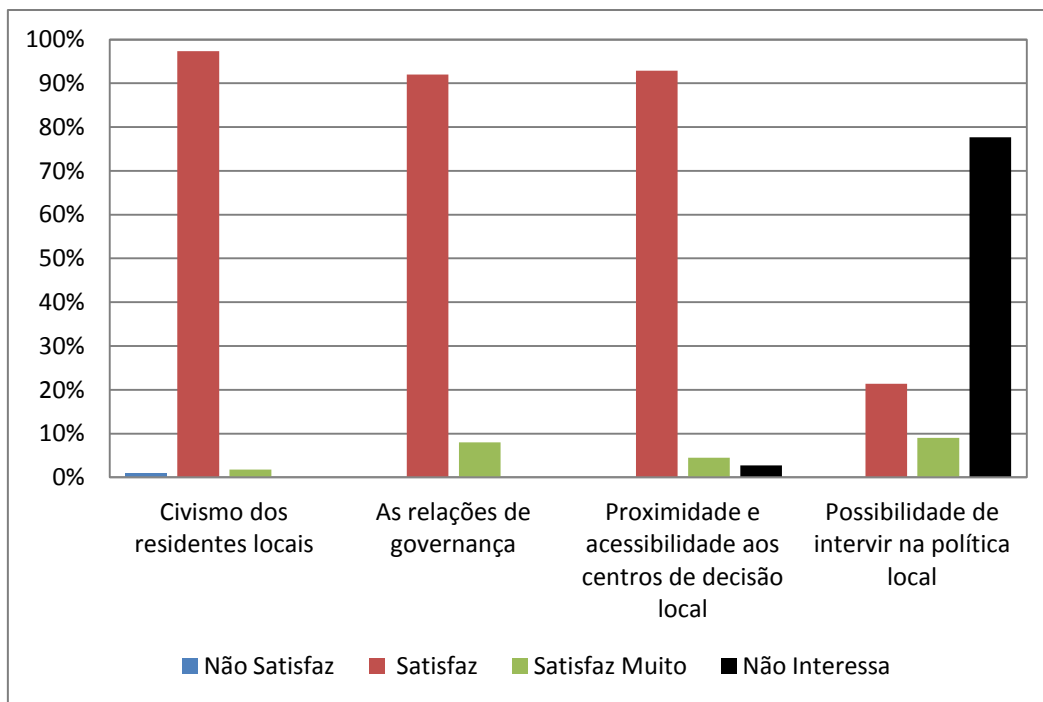
Figura 41 - Percentagem de indivíduos inquiridos, satisfeitos com a oferta de transportes públicos e mobilidade nas proximidades do seu local de residência.

O último domínio refere-se à cidadania e governança (figuras 42 e 43), onde os indivíduos inquiridos, revelam uma grande satisfação com a segurança pública (96%), com o ambiente social envolvente (98%), com a ideia que os outros têm do local onde estes indivíduos residem (98%), com o civismo dos residentes locais (97%), com as relações de vizinhança (92%) e com a proximidade e acessibilidade aos centros de decisão local (93%). Os indivíduos, revelam ainda que não têm muito interesse na possibilidade de intervir na política local (78%), o que pode ser indicativo de uma indiferença ou mesmo ceticismo na política e nos políticos.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 42- Percentagem de indivíduos inquiridos, satisfeitos com a cidadania e governança nas proximidades do seu local de residência.



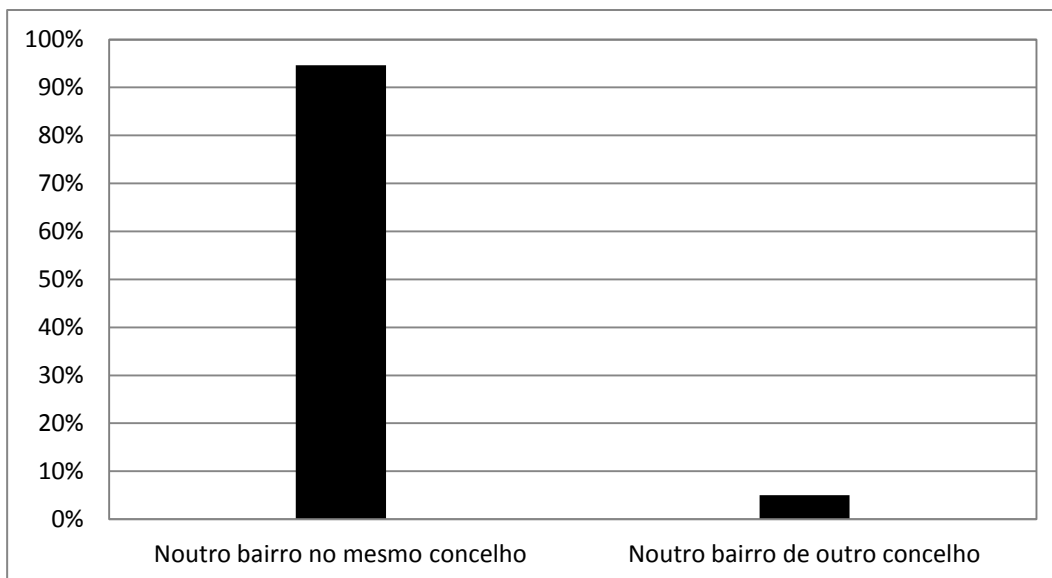
Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 43- Percentagem de indivíduos inquiridos, satisfeitos com a cidadania e governança nas proximidades do seu local de residência.

4.2.3. Percursos residenciais e perceções dos residentes relativamente ao processo de realojamento

No que se refere aos percursos residenciais dos indivíduos, tentamos perceber essencialmente, onde é que os indivíduos viviam antes e como era a casa onde viviam antes do processo de realojamento.

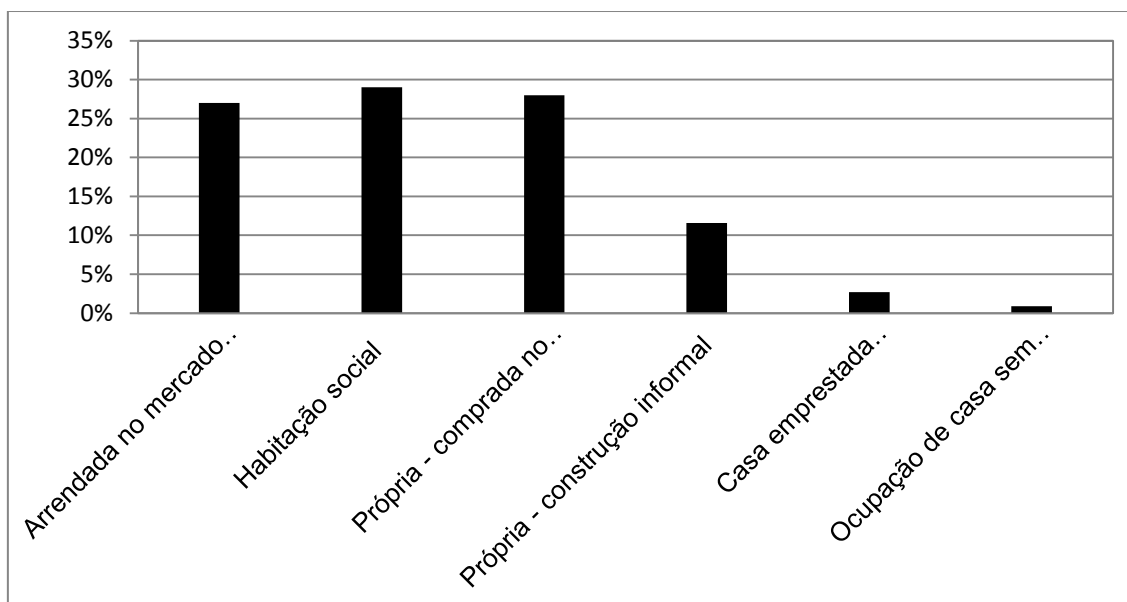
Quanto ao local onde viviam antes (figura 44), grande parte dos inquiridos vivia noutro bairro mas no mesmo concelho, Valongo (95%). Uma parte não muito significativa vivia noutro bairro de outro concelho (5%).



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 44- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao local onde viviam antes.

Quanto à casa onde viviam anteriormente (figura 45), os resultados mostram que grande parte dos inquiridos residia em casas de habitação social (29%), em casa própria comprada no mercado formal⁵⁹ (28%), em casa arrendada no mercado (27%) e ainda, uma pequena percentagem que residia em habitações de construção informal 12%.



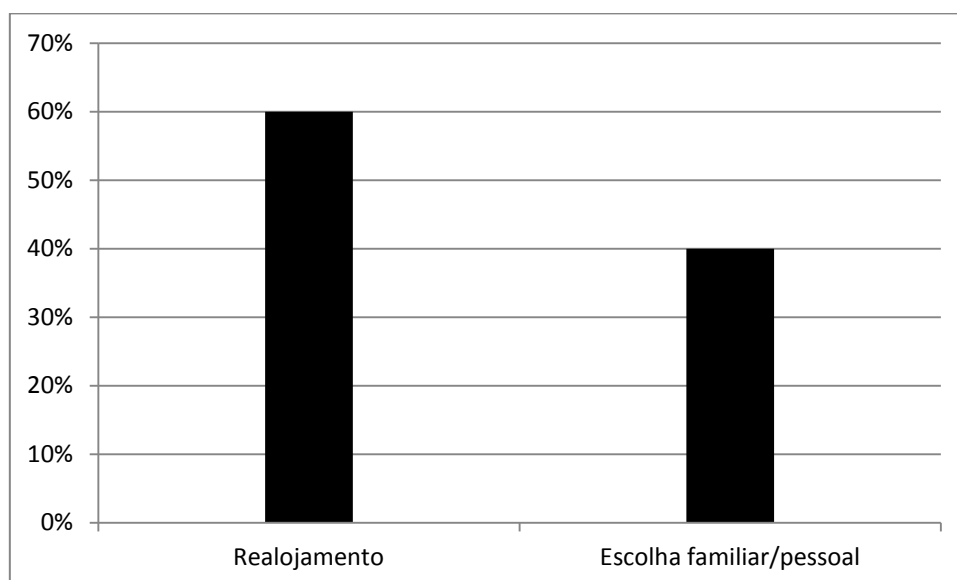
Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 45- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente a casa onde viviam antes.

⁵⁹ Essencialmente, casas que pertenciam aos pais.

Sobre as percepções dos residentes relativamente ao processo de realojamento, tentamos perceber se a mudança dos indivíduos inquiridos para o novo bairro deveu-se ao realojamento ou a uma escolha familiar/pessoal, assim como, perceber se quando ocorreu o realojamento / a mudança, os indivíduos inquiridos achavam que a mudança foi para melhor, para pior ou não tinha mudado nada.

Quanto à mudança para o novo bairro (figura 46), verifica-se que, uma parte significativa dos indivíduos inquiridos fez a mudança devido ao realojamento (60%), enquanto 40%, deveu-se à uma escolha familiar/pessoal. No que se refere à opinião dos indivíduos inquiridos sobre o que achavam da mudança para o novo espaço residencial (figura 47), verifica-se que a mudança foi claramente para melhor.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 46- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao motivo de mudança para o novo bairro.



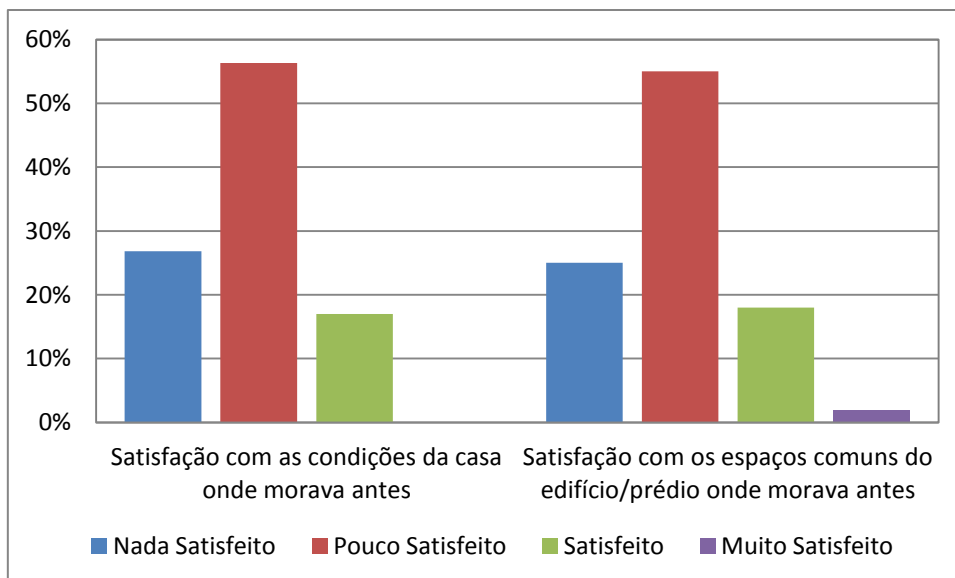
Fonte: Inquérito á população dos bairros

Figura 47 - Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente a opinião sobre a mudança para o novo bairro.

4.2.4. Satisfação residencial dos moradores com a casa/bairro e as relações de vizinhança

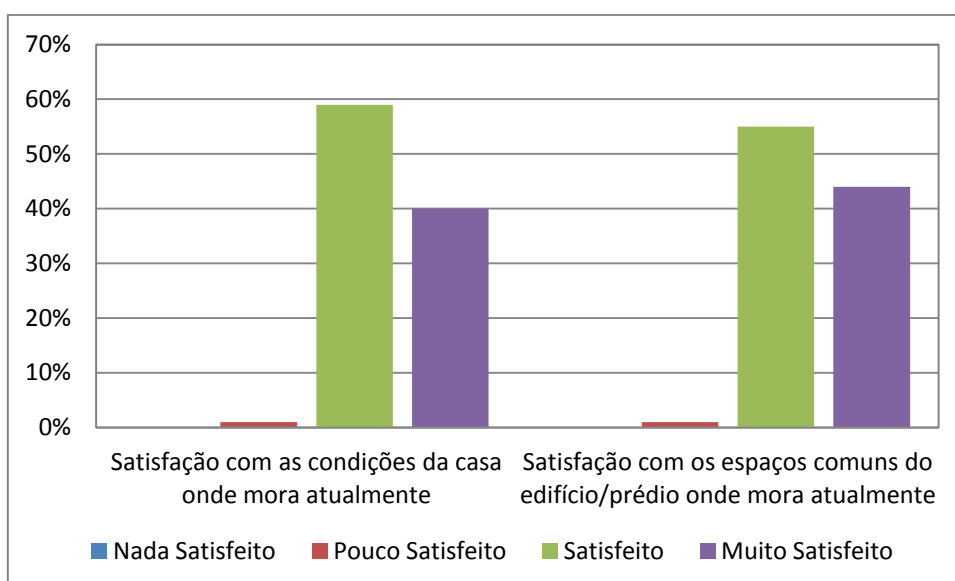
Sobre a satisfação residencial dos moradores, tentamos perceber quais eram as suas satisfações perante as condições da casa onde moravam antes e da casa onde vivem atualmente, assim como, a satisfação dos moradores sobre os espaços comuns do edifício / prédio (limpeza, organização, etc.) onde viviam antes e onde vivem atualmente.

Os resultados mostram que em relação ao local onde viviam antes (figura 48), quer com as condições da casa, quer com os espaços comuns do edifício / prédio, os indivíduos inquiridos estavam pouco satisfeitos (56%) e alguns nada satisfeitos (27%). Atualmente, grande parte dos indivíduos inquiridos sentem-se satisfeitos com as condições da casa, 59% (figura 49), e com os espaços comuns do edifício/prédio, alguns mostram-se muito satisfeitos, cerca de 44% (figura 49).



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 48- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a casa e os espaços comuns do edifício / prédio, onde moravam antes.

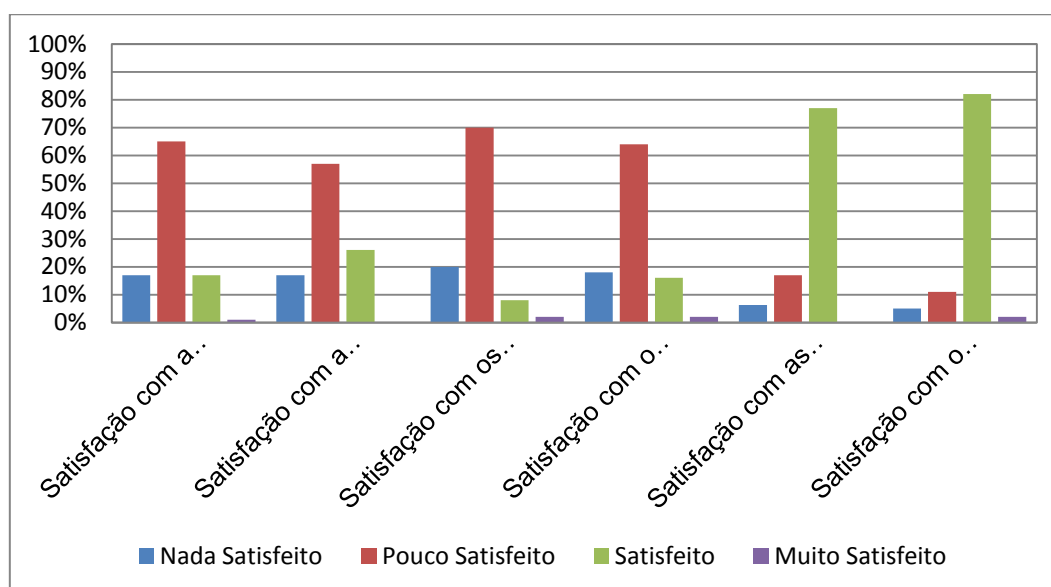


Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 49 - Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente à satisfação com a casa e os espaços comuns do edifício / prédio, onde moram atualmente.

Quanto à satisfação dos moradores pelo bairro, esta, centra-se na satisfação com a localização do bairro e acessibilidades (transportes, etc.); na qualidade e limpeza dos espaços públicos (passeios, praças, etc.) e espaços verdes; nos equipamentos no bairro (para crianças, etc.) ou a menos de 15 minutos a pé; no comércio e serviços existentes no bairro (ou a menos de 15 minutos a pé); nas relações de vizinhança e solidariedade e no sentimento de segurança (assaltos, práticas ilegais, presença de polícia, etc.) no bairro onde habitavam antes e no bairro onde moram atualmente.

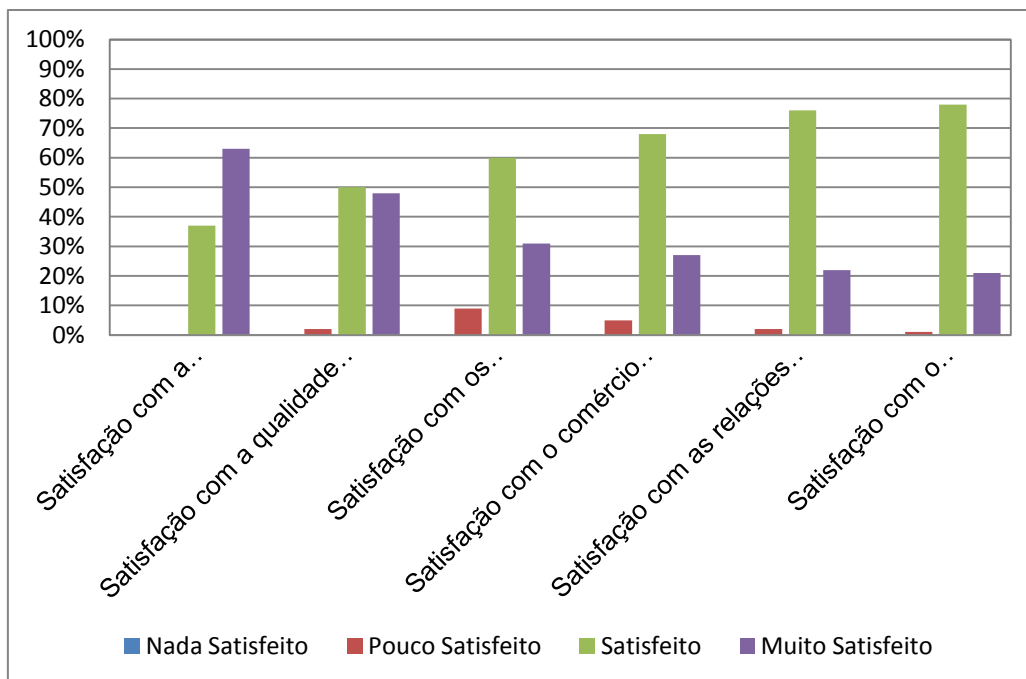
O grau de satisfação com o bairro onde residiam antes (figura 50) revela que, os indivíduos inquiridos estavam praticamente pouco ou nada satisfeitos com as condições do bairro antes do realojamento. Sentiam-se apenas satisfeitos com as relações de vizinhança e solidariedade (77%) e com o sentimento de segurança (82%).



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 50- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao grau de satisfação com o bairro onde moravam antes do realojamento.

Quanto ao grau de satisfação dos moradores com o bairro onde vivem atualmente (figura 51), estes, mostram-se claramente satisfeitos e alguns até muito satisfeitos com as condições do bairro depois do realojamento.



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Figura 51- Percentagem de indivíduos inquiridos, relativamente ao grau de satisfação com o bairro onde moram atualmente após o realojamento.

4.2.5. Resultados e reflexão

No concelho de Valongo, no âmbito do PER, foram construídos 629 alojamentos, correspondendo à totalidade dos fogos que o concelho previu no processo de candidatura. Podemos considerar o resultado como satisfatório, visto que respondeu às graves carências, permitindo realojar muitas famílias que habitavam em condições degradantes e que não reuniam meios que lhes permitissem melhorar a sua situação habitacional. Apesar destes resultados, o problema da carência habitacional no concelho de Valongo, não ficou resolvido.

Na verdade, segundo a “Análise Swot da Habitação”, que consta no Diagnóstico Social do Concelho de Valongo (2005), podemos salientar alguns aspetos que revelam a situação de carência da habitação social no concelho, a partir “do levantamento das situações de precariedade do Ficheiro de Procura de Habitação para Arrendamento Social da autarquia e, de acordo com o tipo de habitação, considerou-se que 50,8% destes alojamentos não apresentavam as mínimas condições de habitabilidade... Outras das fraquezas elencadas foi a sobrelotação no espaço habitacional, muitas vezes

associada à precariedade económica ... segundo os dados do Ficheiro Ativo de Procura de Habitação para Arrendamento Social da autarquia, em Outubro de 2004, 23,19% dos agregados familiares residiam em situação de sobrelotação, com um índice de ocupação superior a 2, ou seja, em média existiam mais de 2 pessoas por quarto a residir na habitação ... foi também identificado como fraqueza os grandes encargos com a habitação: rendas e prestações bancárias elevadas” (Diagnóstico Social do Concelho de Valongo, 2005: 140-141).

Quanto à elevada procura de habitação social “ no que respeita ao tipo de habitação, verifica-se que a maioria das inscrições (33,4%) dizem respeito a pessoas a residir em apartamento (294 processos), enquanto em 2004 essa percentagem era de 20,3%, correspondente a 154 processos, facto que espelha a dificuldade das famílias no pagamento dos encargos com a habitação, que se assume, cada vez mais, como um dos motivos principais de procura de habitação social” (Diagnóstico Social do Concelho de Valongo, 2010: 122).

Quanto aos aspetos positivos, a análise Swot destaca: (1) o Parque Habitacional Municipal que apesar de não constituir uma competência do poder local, a Câmara Municipal de Valongo prossegue uma política de habitação, tendo construído, nos últimos 10, ao abrigo do PER, 14 Empreendimentos de Habitação Social; (2) as habitações construídas a custos controlados ao abrigo de Contratos de Desenvolvimento Habitacional (CDHS), resultantes do estabelecimento de protocolos entre a Câmara Municipal e empresas construtoras privadas (promotoras) que procedem à construção de habitação a custos controlados; (3) o Programa “Casal Jovem, Casa Nova”: criado pela Câmara Municipal em 1997 que se destina a todos os agregados familiares residentes no Concelho, independentemente da idade, com capacidade económica para a aquisição de habitação própria mas sem rendimentos suficientes para a aquisição de habitação no mercado privado de habitação. Ao abrigo deste Programa foram construídos 1300 fogos, distribuídos pelas 5 freguesias (Diagnóstico Social do Concelho de Valongo, 2005: 143 e 145).

Devido à conjuntura económica que o país atravessa e do desemprego de grande parte da população (fator que condiciona a situação económica de muitas famílias), muitas das famílias sentem dificuldades em cumprir com o pagamento das rendas (de arrendamento ou do crédito). De acordo com os últimos dados do INE disponíveis, em 2011, Valongo apresentava uma taxa de desemprego de 16,9%, ligeiramente superior à registada a nível nacional (13,2%) sendo o desemprego feminino superior (19%)

comparativamente ao masculino (15%). Com esta falta de emprego, torna-se mais fácil compreender o incumprimento no pagamento das rendas e prever que este problema será difícil de resolver.

Apesar de todos os esforços feitos pela autarquia, a carência de habitação continua a ser uma realidade e o município sente problemas para dar resposta aos pedidos.

O Programa Especial de Realojamento, cujo objetivo principal, como referimos acima, consistiu na erradicação de barracas/construções abarracadas, tendo em conta dois parâmetros essenciais: a construção de empreendimentos residenciais relativamente pequenos e manter as famílias na sua área de residência, procurando responder a uma parte das carências existentes nos concelhos das duas áreas metropolitanas.

A Autarquia de Valongo definiu como uma das prioridades de intervenção o setor da habitação e, em 1995 celebrou um acordo geral de adesão com o IGAPHE e o INH para a construção de 629 fogos, de acordo com o recenseamento efetuado. A Autarquia seguiu uma política habitacional que teve como preocupação essencial a qualidade da construção dos bairros, assim como, a sua integração na malha urbana, visto que os empreendimentos foram distribuídos pelas 5 freguesias, sendo os maiores constituídos por 68 fogos. Na maioria dos bairros foram construídos equipamentos sociais, desportivos e espaços verdes e de lazer, no sentido de facilitar a fixação das populações realojadas e a apropriação dos espaços coletivos, abertos à comunidade, facilitando desta maneira o seu processo de integração.

Quanto aos bairros-PER, como referimos acima, a sua distribuição territorial é a seguinte: Barreiro de Cima, Serra Amarela e S. Bartolomeu (Freguesia de Alfena); Balselhas, Padre António Vieira e 1º de Maio (Freguesia de Campo); Palmilheira, Sampaio, Montes da Costa e Mirante dos Sonhos (Freguesia de Ermesinde); Baldeirão I e Baldeirão II (Freguesia de Sobrado); Galinheiro e Outrela (Freguesia de Valongo).

O processo de realojamento iniciou-se em Agosto de 1996, com a preparação e o acompanhamento das famílias selecionadas ao nível da integração no novo contexto habitacional, ocorrendo a entrega efetiva das primeiras habitações em Outubro de 1997.

A Autarquia de Valongo adotou como metodologia de trabalho o atendimento periódico da população selecionada para realojamento e o atendimento social regular da população que procura habitação social.

Para além da mudança ocorrida nas condições de habitabilidade foi necessário a implementação de um trabalho de integração das famílias ao novo contexto habitacional, como por exemplo, apoio na (re) organização da vida quotidiana, apoio ao

exercício da cidadania, sensibilização para as regras básicas de vida em comunidade, entre outros. Algumas famílias conseguiram efetuar estes percursos de mudanças, contudo muitas outras necessitaram de acompanhamento técnico, mais próximo e sistemático.

O Município de Valongo, contava já com 3 bairros sociais pré-existentes, 2 na freguesia de Valongo (Calvário e Pereiras) e 1 na freguesia de Ermesinde (Saibreiras). Estes 3 bairros pertenciam ao IGAPHE que foram posteriormente transferidos para a Empresa Vallis - Habita. O bairro do Calvário foi incluído no nosso estudo e serviu de comparação com os bairros PER que incluímos no estudo, em alguns domínios (sexo do inquirido, grupos etários, tipologia das famílias, grau de instrução, população com atividade económica e sem atividade económica, assim como algumas de questões ligadas à satisfação dos moradores).

Através dos resultados do inquérito realizado à população destes bairros, verificamos que no bairro do Calvário, relativamente ao sexo do inquirido, a maioria corresponde ao sexo feminino (65%), sendo que, 35% correspondem ao sexo masculino⁶⁰, enquanto nos bairros PER, os inquiridos correspondiam essencialmente ao sexo masculino. No que refere aos grupos etários, no bairro do Calvário, destacam-se os grupos etários compreendidos entre os 31-50 anos (40%), 51-60 anos (30%) e ainda dos 61 aos 74 anos (25%)⁶¹, o que demonstra que os residentes neste bairro são essencialmente adultos e idosos. Quanto ao tipo de famílias predominam os casais de idosos (50%) os isolados (15%) e casais com filhos menores (15%)⁶², enquanto nos bairros PER, grande parte das famílias eram sobretudo casais sem filhos, casais com filhos e mãe ou pai com filhos menores. Quanto ao grau de instrução, podemos dizer que não há grandes diferenças entre os residentes inquiridos neste bairro com os residentes dos bairros PER em estudo, pois apresentam um grau de instrução muito baixo, com predominância para o 1º ciclo⁶³.

Relativamente à atividade dos inquiridos no bairro do Calvário, por serem essencialmente residentes de uma faixa etária mais alta, predomina a população sem atividade económica, representando os reformados 33%, a população inquirida desempregada (20,5%) é superior a empregada (17,8%)⁶⁴, enquanto nos bairros PER,

⁶⁰ Anexo II

⁶¹ Anexo III

⁶² Anexo IV

⁶³ Anexo V

⁶⁴ Anexo VI

como se verificou anteriormente, existe uma maior diversidade de grupos etários, pelo que encontramos residentes com atividade económica, empregada e desempregada (com o desemprego a ser maior que a população empregada) e ainda, residentes sem atividade económica como estudantes e domésticas. Quanto à satisfação residencial dos moradores com a casa, com o bairro e com as relações de vizinhança, no geral os residentes sentem-se satisfeitos com o novo espaço residencial e com as relações que desenvolvem com os novos residentes.

Em suma, podemos dizer que a autarquia de Valongo tem feito esforços para criar condições que melhorem a qualidade de vida e de bem-estar das populações realojadas, mas será difícil para estas populações conseguirem ultrapassar os seus problemas, se não estiverem no mercado de trabalho.

Capítulo V – Conclusão

No que refere ao estudo inserido na presente dissertação, pretendemos perceber, de que forma o Programa Especial de Realojamento, influenciou a qualidade de vida das famílias realojadas nos bairros construídos por este programa no concelho de Valongo. Para tal, recorreremos a várias áreas de investigação, como as políticas sociais de habitação, a qualidade de vida e a satisfação residencial, apresentando estas duas áreas de investigação uma multidimensionalidade de conceitos.

Como referimos no capítulo II, as políticas de habitação realizadas em Portugal, após o 25 de abril de 1974 passaram por fases distintas.

O período de maior intervencionismo do Estado, foi entre o 25 de abril de 1974 até 1976. Durante este período verificou-se que, as medidas implementadas dirigiam-se ao fomento da produção direta de habitação, através de programas habitacionais que se evidenciavam no apoio financeiro e técnico aos promotores privados e cooperativos, como foi o caso dos Empréstimos às Câmaras, às Cooperativas de habitação, o SAAL, os Contratos de Desenvolvimento e o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados. O período a seguir a 1976, ficou marcado pelo incentivo à aquisição de habitação própria, em que foi criado um sistema de crédito bonificado.

Durante os anos 80, as medidas implementadas, visavam uma diminuição da interferência do Estado na promoção direta de habitação, cabendo aos municípios a produção de habitação social que era financiada pelo Estado. Verifica-se também, que neste período, houve um incentivo a aquisição de habitação própria.

Na década de 90, ocorreram expressivas mudanças no modelo da política de habitação social, sendo de salientar, a criação do Programa Especial de Realojamento (PER), pelo Decreto-Lei nº 163/93, direcionado para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, programa que tinha como objetivo principal, erradicar as barracas e outros tipos de habitações precárias nessas duas Áreas Metropolitanas, procedendo depois ao realojamento das famílias que residiam nessas habitações.

Neste contexto, situa-se o estudo de caso deste trabalho de investigação, direcionado para a temática da habitação social no concelho de Valongo, mais especificamente os bairros-PER. O concelho de Valongo, sendo um dos concelhos pertencentes a Área Metropolitana do Porto, viu no PER uma das oportunidades para responder às situações

de necessidade de realojamento, concretamente das populações a residir em barracas ou outro tipo de habitação precária.

A autarquia de Valongo em 1995 celebrou um acordo geral de adesão com o IGAPHE e o INH para a construção de 629 fogos, de acordo com o recenseamento efetuado, apresentando o concelho, uma taxa de execução de 100% dos fogos que foram acordados.

Ao abrigo do PER, a autarquia de Valongo construiu 14 empreendimentos de habitação social, distribuídos pelas 5 freguesias, do concelho. O maior número de habitações sociais concentra-se na freguesia de Ermesinde, com 257 fogos, seguida da freguesia de Alfena com 129 fogos e Campo com 116 fogos. A freguesia de Valongo detém 96 fogos e por fim a freguesia de Sobrado com 76 fogos.

Com a construção destes novos alojamentos ao abrigo do PER, muitas famílias foram realojadas para estes novos espaços habitacionais. Perceber de que forma estes novos espaços habitacionais influenciou a qualidade de vida e bem-estar da população realojada, foi um dos objetivos de estudo desta dissertação.

Sobre a qualidade de vida, o estudo assentou na proposta de Allardt (1993) através da noção de bem-estar, direcionada para três dimensões (Ser, Ter e Amar). Dentro destas três dimensões, privilegiamos os indicadores subjetivos, em que o Ter demonstra os sentimentos subjetivos de satisfação/insatisfação com as condições de vida; o Ser refere os sentimentos subjetivos com a necessidade de crescimento pessoal e o Amar demonstra os sentimentos subjetivos face a interação social.

Ainda sobre a temática da qualidade de vida, verificamos que, este é um conceito complexo, que assume várias dimensões, quer sejam a nível social, económico ou ambiental. Para se estudar este conceito, duas vias principais têm vindo a ser adotadas no plano metodológico (a abordagem objetiva e a abordagem subjetiva). A abordagem objetiva refere-se a caracterização das condições de vida e bem-estar, por outro lado, a abordagem subjetiva expressa o grau de satisfação e bem-estar individual.

Na avaliação da qualidade de vida o estudo privilegiou a dimensão subjetiva qualitativa, através da avaliação dos níveis de satisfação da população residente em quatro bairros de habitação social do concelho de Valongo. Como método de análise, analisamos 112 questionários.

A análise centrou-se numa primeira parte, no grau de satisfação com o local e com a habitação onde residem e com o grau de satisfação dos indivíduos com a sua qualidade de vida em geral (numa escala de 1 a 10). Em termos de avaliação global, os residentes

avaliam relativamente bem o local onde residem e a sua habitação, os valores 5 e 6 apresentam uma percentagem de 60%. Quanto ao grau de satisfação com a qualidade de vida em geral, os residentes mostram-se satisfeitos com a sua qualidade de vida, com relevância para o valor 5 (42%).

Posteriormente tentamos perceber o nível de mobilidade territorial destes residentes, com questões sobre o local onde os indivíduos procuram os serviços quando necessitam e onde realizam habitualmente as suas compras. Verificamos que este tipo de população, apresenta uma baixa mobilidade territorial, visto que procuram os serviços e efetuam as suas compras, essencialmente no concelho de residência.

Em seguida a análise sobre a qualidade de vida centrou-se na satisfação dos residentes com as amenidades localizadas nas proximidades do local de residência (habitação e trabalho, condições ambientais, equipamentos e serviços, transportes e mobilidade, espaço público e imagem urbana, cidadania e governança).

Concluimos que os indivíduos mostram-se genericamente satisfeitos com o local de residência, com a oferta de habitação, com o conforto térmico da habitação, com as condições ambientais, com os transportes e a mobilidade e com as relações sociais. Existem algumas insatisfações com a oferta de trabalho local, e com o salário, resultante do facto do desemprego ser elevado entre a população inquirida. Através deste indicador, percebemos que a nível de políticas públicas, estas, devem inserir-se mais na questão do emprego, visto que o PER veio satisfazer a população no que refere a habitação.

Verificou-se também algumas insatisfações com os espaços verdes existentes e com a oferta de alguns equipamentos. Relativamente à cidadania e governança, mostram-se sem interesse na possibilidade de intervir na política local, o que evidencia uma certa apatia ou descrédito da política e dos políticos.

Quanto ao quotidiano destas famílias e às relações de vizinhança, através dos inquéritos realizados, não nos foi possível obter uma melhor perceção do dia-a-dia destas famílias, pois o inquérito permitiu-nos apenas, ter a noção se houve uma melhoria das relações de vizinhança após a mudança destas famílias para os novos espaços residenciais. Pensamos que, será importante aprofundar estes aspetos no futuro, concretamente na realização de outros trabalhos de análise à qualidade de vida e à satisfação residencial, através, por exemplo, da realização de entrevistas ou da observação sistemática, técnicas de investigação, que permitem compreender as pessoas e as suas atividades no contexto da ação, ou seja, do bairro.

Para nossa surpresa, atendendo à situação de crise financeira e social em que o país vive, constatamos que de uma maneira geral a população residente nos bairros sociais está globalmente satisfeita com a sua qualidade de vida, situação que é de certo modo estranha, visto que em princípio a fragilidade económica destas populações será maior com a crise, mas tal não se reflete nos níveis de satisfação. Situação bem diferente da que se verifica em outros países onde a crise também se faz sentir, mas cujas populações se mostram muito insatisfeitas, prova disso são as manifestações de rua que se verificam em países como a Grécia ou Espanha.

Perceber de que forma é que a população realojada se apropria do espaço doméstico e do espaço envolvente, foi também essencial para o nosso estudo. Analisamos como se processou o realojamento e se esta ação traduziu realmente uma melhoria das condições de vida e de bem-estar destas famílias, quando confrontadas com a nova realidade residencial e habitacional. Para tal, analisamos a satisfação residencial dos novos moradores dirigida à casa e ao bairro, compreendendo a forma como estes avaliam o local onde viviam antes e o bairro onde vivem atualmente.

Concluimos que, os residentes estavam pouco ou nada satisfeitos com a casa e o bairro onde viviam antes, e mostram-se satisfeitos e até muito satisfeitos com a casa e o bairro onde vivem atualmente.

Por fim, podemos dizer que o PER no concelho de Valongo, veio claramente influenciar a qualidade de vida e a satisfação residencial dos moradores, visto que, estes, no geral sentem-se satisfeitos com a sua qualidade de vida e estão satisfeitos com os novos espaços residenciais.

Quanto aos objetivos do trabalho, pensamos que cumprimos os objetivos propostos e a metodologia utilizada conseguiu dar respostas às questões colocadas.

Referências Bibliográficas

Abrantes, Teresa (1994), Efeitos Perversos dos Bairros Sociais: Observações e Sugestões. *Sociedade e Território*, nº 20, p.50-54.

Allardt, Erik (1993), “Having, Loving, Being: An Alternative to the Swedish Model of Welfare Research.” in Nussbaum, Martha and Amartya Sen (eds.), *The Quality of Life*, Oxford, Clarendon Press.

Almeida, Paula (1994). Habitação: a Produção de um Conceito. *Sociedade e Território*, nº 20, p. 110-116.

Amérigo, M & Aragonés, J. (1990). Residencial Satisfaction in council housing. *Journal of Environment Psychology*, nº 10, p. 313-325.

Amérigo, M (1995). Un análisis psicológico de la vivienda y su entorno. Madrid: Alianza Universidade de Madrid.

Amérigo, M & Aragonés, J. (2000). Psicologia Ambiental. Aspectos conceptuales y metodológicos. *Psicologia Ambiental*. Madrid: Pirâmide, p. 23-29.

Ascher, François (2010). Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos, um léxico. Lisboa: Livros Horizonte.

Belbute, J. et al. (2009). Qualidade de Vida: Uma análise à escala local, Documento de Trabalho nº 2009/03. Évora: Universidade de Évora, Departamento de Economia.

Cachado, Rita A. (2003). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, XLVIII (206, 1.º), p. 134-152.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO (2005). Diagnóstico Social do Concelho de Valongo, Capítulos 1 e 2, p.12-153.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO (2007). Carta Educativa do Concelho de Valongo, Capítulo 1, p. 11-37.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO (2010). Diagnóstico Social do Concelho de Valongo, Capítulo 10, p.119-125.

CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO (2011). Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo 2011-2014, Capítulo 1, p. 9-19.

Carneiro, Hélia (2003). *Processo de Realojamento e Apropriação do Espaço num Bairro Multi-étnico*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

Cassis, Filomena & Pereira, Albano (1994). Utilização do Espaço de Habitar e Satisfação Residencial - Bairro do Bugio. *Sociedade e Território*, nº20, p. 44-49.

Coelho, A. J. Baptista (1994). É Preciso Integrar a “Habitação Social” na Continuidade Urbana. *Sociedade e Território*, nº 20, p. 71-78.

Cummins, Robert A. (2000). Objective and subjective quality of life: an interactive model. *Social Indicators Research*, nº 52.

Esteves, António Joaquim & Pinto, José Madureira (1997). O Envelhecimento na Área Metropolitana do Porto. *Estatísticas & Estudos Regionais*, nº 14 (Maio/Agosto), p. 22-30.

Fernandes, José Alberto Rio (1997). *Desindustrialização, terciarização e reestruturação territorial - o caso do Porto*. In Actas do Colóquio A Indústria portuense em perspectiva histórica, Porto: CLC-FLUP, p.445-457.

Ferrão, João (coord.) (2004). Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de vida: Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente), Relatório Final, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Ferreira, A. Fonseca (1987). Por uma Nova Política de Habitação. Porto: Ed. Afrontamento, Col. A Cidade em Questão, 7.

Ferreira, A. Fonseca (1988). Política(s) de Habitação em Portugal. *Sociedade e Território*, nº 6, p.54-62.

Ferreira, A. Fonseca (1994). Habitação Social: Lições e Prevenções para o PER, *Sociedade e Território*, nº 20, p.8-10.

Ferreira, Inês (2011). *O Bairro na Cidade: A Relação entre a Satisfação Residencial e a Insegurança Percebida nos Moradores de um Bairro Urbano*. Tese de Mestrado, Faculdade de Psicologia - Universidade de Lisboa.

Fornara, F., Bonaiuto, M., & Bonnes, M. (2009). Cross-Validation of Abbreviated Perceived Residential Environment Quality (PREQ) and Neighbourhood Attachment (NA) Indicators. *Environment and Behavior*, nº20 (10), p.1-26.

Freitas, Maria João (2001). *Habitação e Cidadania: no trilho da complexidade de processos relacionais generativos*. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Universidade de Lisboa.

Freitas, Maria João (2003). Por onde passa a Satisfação Residencial. In *Sociedades Contemporâneas: Reflexidades & Ação Atelier: Cidades, Campos e Territórios: actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia*, p.107-115

Gärling, T. & Firman, M. (2002). A Psychological Conceptualization of Residential Choice and Satisfaction. In Aragonés, J. I.; Guido, F. & Gärling, T. (Eds.). *Residential Environments: Choice, Dissatisfaction and Behavior*, p.55-81. London: Bergin e Garvey.

Grayson, L. & Young, K. (1994). *Quality of Life in Cities*, London: British Library Board.

Gros, Marielle C. (1994). Pequena História do Alojamento Social em Portugal. *Sociedade e Território*, nº 20, p. 80-90.

Guerra, Isabel (1994). As Pessoas Não São Coisas Que se Ponham em Gavetas. *Sociedade e Território*, nº 20, p. 11-16.

Guerra, Isabel (1997). Um Olhar Sociológico Sobre o Alojamento. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 24, p. 165-181.

Guerra, Isabel (1999). Políticas de habitação pós-1974, relatório CET/INH.

Guerra, Isabel (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 22, p.41-68.

Hancock, T. (2000). *Quality of Life Indicators and the DHC*, Kleinburg.

Maia, Hortense L. (1994). Representações da Pobreza: Proximidade Geográfica e Distância Social. *Sociedade e Território*, nº 20, p.63-70.

Marques, Teresa Sá (2002). *Dinâmicas Territoriais: Portugal na transição do século (XX/XXI)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras - Universidade do Porto.

Marques, Teresa Sá (2004). *Portugal na transição do século. Retratos e dinâmicas territoriais*, Porto: Edições Afrontamento.

Martins, Isabel & Santos, Luís Delfim (2002). A qualidade de vida Urbana. O caso da Cidade do Porto, Working Papers da FEP, nº116, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Martins, Isabel & Santos, Luís Delfim (coord.) (2003). 1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana no Porto, Câmara Municipal do Porto.

Martins, Isabel Cristina Guimarães (2004). O papel da análise subjetiva na avaliação da qualidade de vida urbana: reflexões a partir da experiência do Município do Porto. In *Territórios e Protagonistas: actas V Congresso da Geografia Portuguesa, Associação Portuguesa de Geógrafos*. Acedido em março 2014, em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/ParticipaoeEstudosLocaisI.html.

Martins, Isabel Cristina Guimarães (2011). *Os territórios da qualidade de vida no Porto: Uma avaliação das disparidades intra-urbanas*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Matos, Fátima Loureiro de (2001). *A Habitação no Grande Porto: Uma Perspectiva Geográfica da Evolução do Mercado e da Qualidade Habitacional desde Finais do Séc. XIX até ao Final do Milénio*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras - Universidade do Porto.

Matos, Fátima Loureiro de (2004). Algumas reflexões sobre o PER no Grande Porto, In *Territórios e Protagonistas: actas V Congresso da Geografia Portuguesa, Associação Portuguesa de Geógrafos*. Acedido em janeiro 2014, em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/ParticipaoeEstudosLocaisI.html.

Matos, Fátima Loureiro de & Salgueiro, Teresa Barata (2006). Habitar nas Cidades Portuguesas. In: MEDEIROS, Carlos Alberto (dir.), *Geografia de Portugal: Sociedade, Paisagens e Cidades*, (313-342). Lisboa: Círculo de Leitores.

Mendes, José (1999). Onde viver em Portugal – uma análise da Qualidade de Vida nas Capitais de Distrito. Coimbra, Ordem dos Engenheiros/Região Centro.

Nunes, Celso (2010). *Lagoas do Norte - Pl: satisfação residencial e significados do reassentamento*. Tese de Doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Nuvolati, G. (1998). *La qualità della vita urbana. Teorie, metodi e risultati della ricerche*, Milano: Franco Angeli.

Phillips, D. (2006). *Quality of Life: concept, policy, and practice*, New York, Routledge.

Pinto, Teresa C. (1994). A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: o Gosto Pela Casa e o Desgosto Pelo Bairro. *Sociedade e Território*, nº 20, p. 36-43.

PLANO ESTRATÉGICO DA HABITAÇÃO 2008-2013 (2007). Diagnóstico de Dinâmicas e Carências habitacionais, Relatório 1, Acedido em junho 2014, em:

http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/estudos/plano_estrategico/documentos_plano_estrategico_habitacao.html

PLANO ESTRATÉGICO DA HABITAÇÃO 2008-2013 (2008 a). Políticas de Habitação, Relatório 2, Acedido em junho 2014, em:

http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/estudos/plano_estrategico/documentos_plano_estrategico_habitacao.html

PLANO ESTRATÉGICO DA HABITAÇÃO 2008-2013 (2008 b). Estratégia e Modelo de Intervenção, Relatório 3, Acedido em junho 2014, em:

http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/estudos/plano_estrategico/documentos_plano_estrategico_habitacao.html

Ribeiro, Diogo (2011). *Qualidade de Vida em contexto Urbano*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras - Universidade do Porto.

Serra, Nuno (1996). Estado, Território e Estratégias de Habitação. Coimbra: Quarteto Editora, 2002.

Setién, M. L. (1993). *Indicadores Sociales de Calidad de Vida. Un sistema de medición aplicado al País Vasco*, Centro de Investigaciones Sociológicas.

Sirgy, M. J. *et al.* (2006), "The Quality-of-Life (QOL) Research Movement: Past, Present, and Future". *Social Indicators Research*, nº 76, p. 343-466.

Stiglitz, J. E., Sen, A. e Fitoussi, J. P. (2009). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*.

Veenhoven, Ruut (2000). The Four Qualities of Life, *Journal of Happiness Studies*.

Veenhoven, Ruut (2002). "Why Social Policy Needs Subjective Indicators". *Social Indicators Research*, nº 58, p. 33-45.

Vilaça, Eduardo (2001). O Estado da Habitação: Medidas sem Política num País Adiado, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 3, p. 83-92.

Violas, Sara (2013). *A Habitação de Interesse Social - O Processo de Implementação do PER no Concelho de Espinho*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras - Universidade do Porto.

Sites/Endereços eletrónicos

CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO. http://www.cm-valongo.pt/documentos/diagnostico_social_valongo_2005.pdf Acedido em junho e julho de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO. <http://www.cmvalongo.pt/documentos/Diagn%C3%B3stico-Social-Concelho-Valongo-20101.pdf> Acedido em junho e julho de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO. http://www.cmvalongo.pt/documentos/PDS-2011_2014.pdf Acedido em junho de 2014

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Atlas SIPA de Património - Portal da Habitação. <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/> Acedido em junho de 2014

INE, Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento Geral População e Habitação, anos de 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011- Portal do INE. <http://www.ine.pt> Acedido em maio, junho e julho de 2014

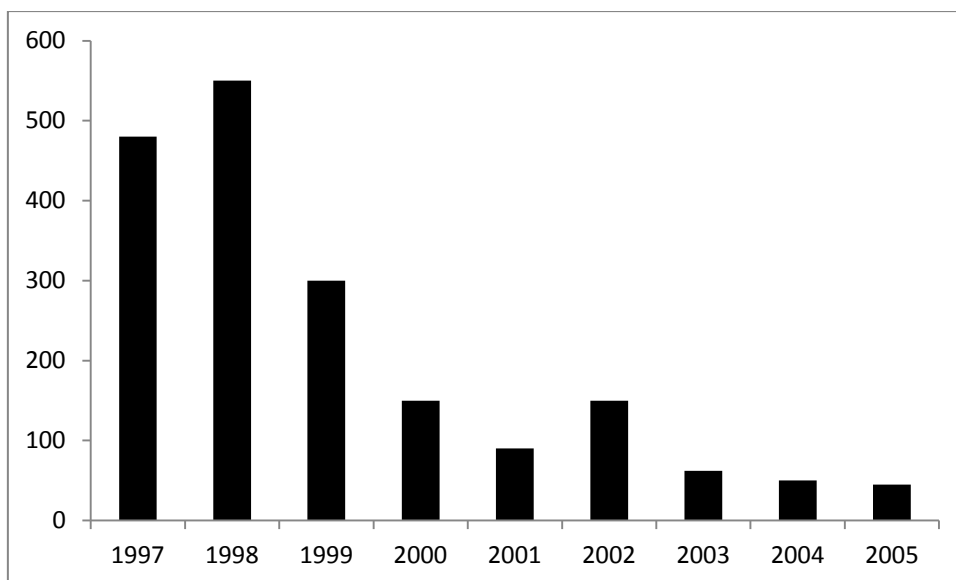
OHRU, Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana, Património Público de Habitação Social (dezembro de 2009) – Portal da Habitação http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ohru/pt/ohru/documentacao/anexos/ohru/relatorio_patrimonio_publico.pdf Acedido em julho de 2014

Empresa Municipal Vallis Habita. <http://vallishabita.net/web/> Acedido em janeiro e fevereiro de 2014

Anexos

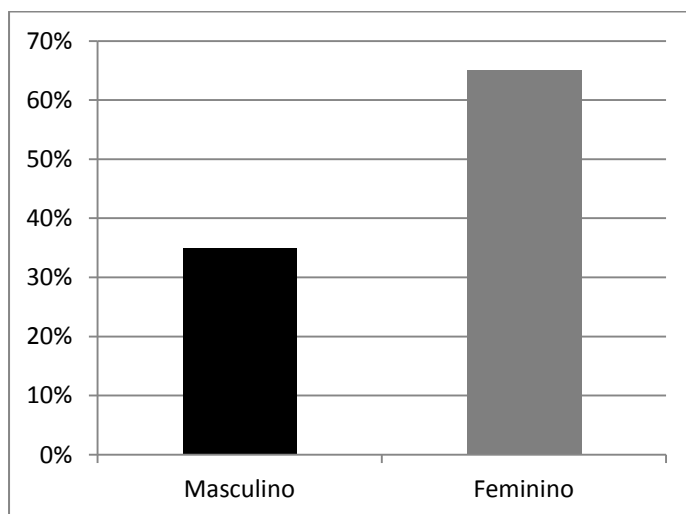
Anexo I

N.º de fogos promovidos pelo PER FAMÍLIAS entre 1997 e 2005



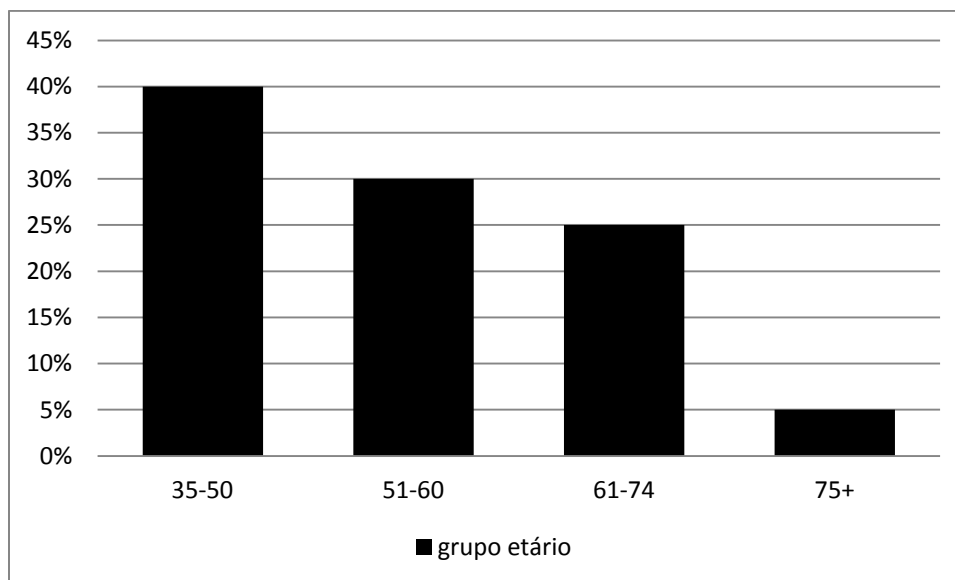
Fonte: Plano Estratégico da Habitação 2008-2013

Sexo do inquirido - Bairro do Calvário



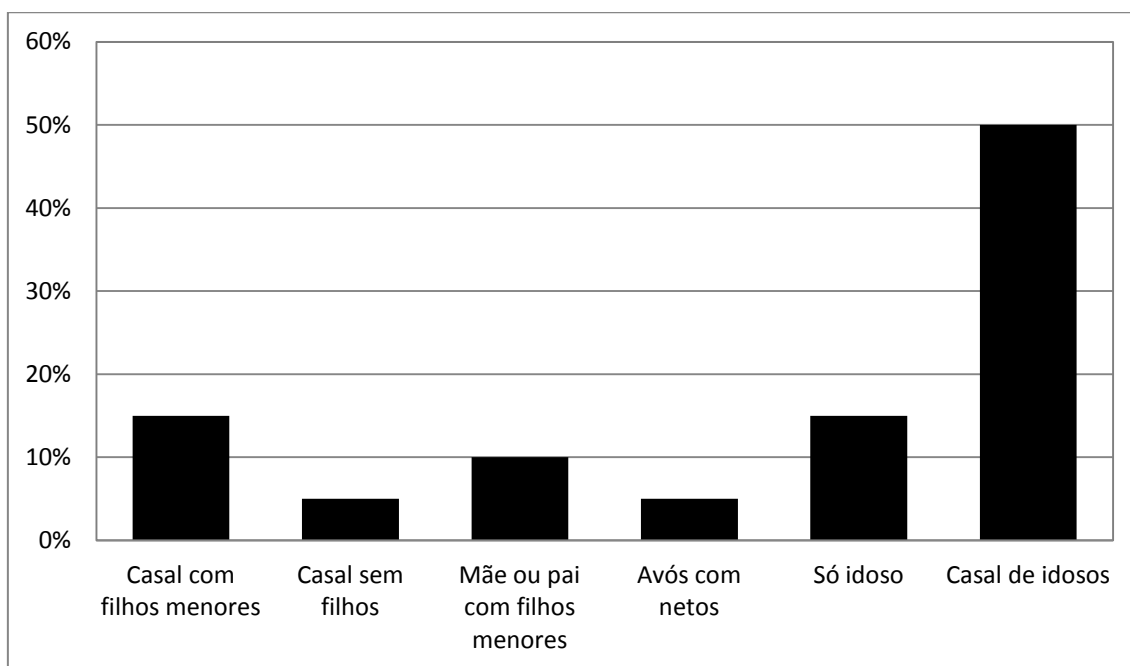
Fonte: Inquérito à população dos bairros

Grupo etário - residentes Bairro do Calvário



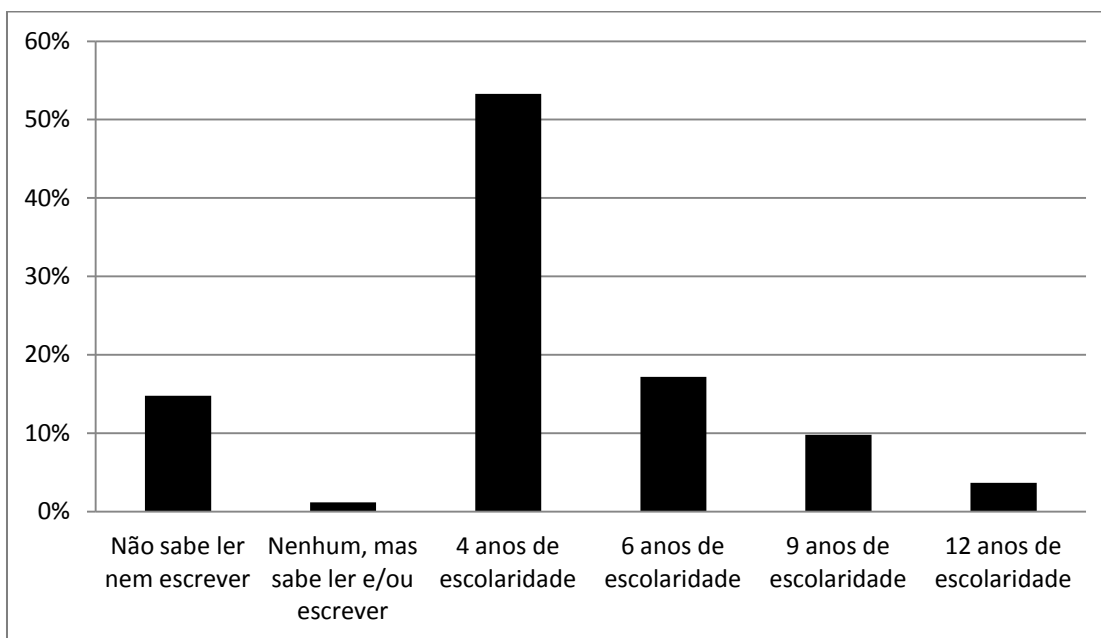
Fonte: Inquérito à população dos bairros

Tipo de famílias - residentes do bairro do Calvário



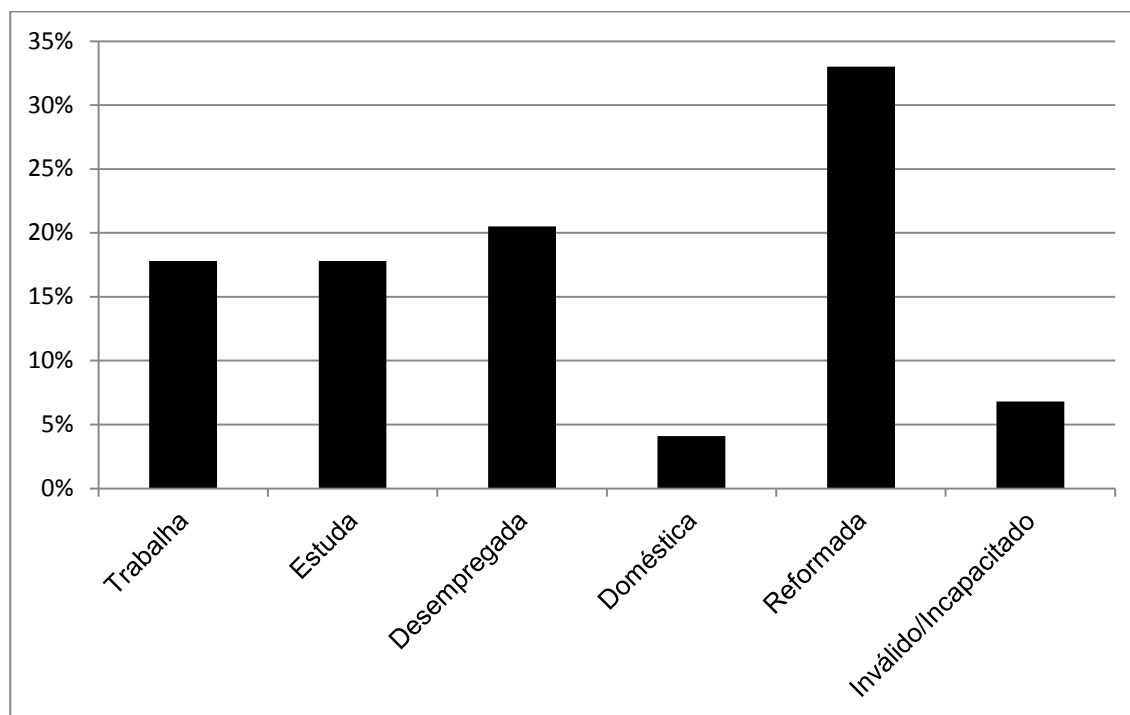
Fonte: Inquérito à população dos bairros

Grau de instrução - residentes do Bairro do Calvário



Fonte: Inquérito à população dos bairros

População com e sem atividade económica - residentes bairro do Calvário



Fonte: Inquérito à população dos bairros

Anexo VII

Caraterização dos bairros sociais transferidos do IGAPHE

Freguesia	Bairro	Nº Fogos Total	Nº Fogos	Tipologia	Nº de pessoas	Equipamentos	Auto de Cessão
Ermesinde	Saibreiras	225	85	T2	768	Polidesportivo Balneários de Apoio	2004
			112	T3			
			28	T4			
Valongo	Calvário	144	38	T2	482	Polidesportivo Balneários de Apoio Parque Infantil Espaço Lazer	2004
			98	T3			
			8	T4			
			32	Garagens			
	Pereiras	55	15	T2	161	Polidesportivo Balneários de Apoio	2004
			32	T3			
			8	T4			
			29	Garagens			
Total		424					

Fonte: Empresa Municipal Vallis Habita

Caraterização dos Empreendimentos PER, na freguesia de Alfena

Empreendimento	Nº Entradas	Nº Fogos no total	Nº Fogos	Tipologia	Nº de pessoas	Equipamentos	Ano Construção / Programa
Barreiro de Cima	6	61	18 14 29	T1 T2 T3	191	Sala de Atendimento Local Polidesportivo Parque Infantil, ATL	1997 - PER
Serra Amarela	5	36	8 13 7 8	T1 T2 T3 T4	134	Sala de Atendimento Local Parque Infantil	1997 - PER
S. Bartolomeu	4	32	16 8 8	T2 T3 T4	122	Sala de Atendimento Local Parque Infantil	1997 - PER
Total	15	129			447		

Fonte: Câmara Municipal de Valongo – Ação Social

Caraterização dos Empreendimentos PER, da freguesia de Campo

Empreendimento	Nº Entradas	Nº Fogos no total	Nº Fogos	Tipologia	Nº de pessoas	Equipamentos	Ano Construção / Programa
Basselhas	6	52	17 13 8 11 3	T1 T2 T3 T4 T5	193	Sala de Atendimento Local Parque Infantil ATL	1997 - PER
Padre António Vieira	5	40	16 24	T2 T3	162	Sala de Atendimento Local Polidesportivo (Paróquia) ATL	1997 - PER
1º de Maio	3	24	3 7 9 2 3	T1 T2 T3 T4 T5	97	Sala de Atendimento Local Parque Infantil	1997 - PER
Total	14	116			452		

Fonte: Câmara Municipal de Valongo – Ação Social

Caraterização dos Empreendimentos PER, na freguesia de Ermesinde

Empreendimento	Nº Entradas	Nº Fogos no total	Nº Fogos	Tipologia	Nº de pessoas	Equipamentos	Ano Construção / Programa
Palmilheira	6	68	2 18 32 16	T0 T1 T2 T3	173	Sala de Atendimento Local Parque Infantil Polidesportivo	1997 - PER
Sampaio	8	68	12 20 24 12	T1 T2 T3 T4	253	Sala de Atendimento Local ATL / Sala Multiusos Polidesportivo Parque Infantil	1997 - PER
Montes da Costa	6	40	12 20 8	T1 T2 T3	115	Parque Infantil	1997 - PER
Mirante dos Sonhos	10	81	14 42 22 2 1	T1 T2 T3 T4 T5	191	Sala de Atendimento Local ATL Parque Infantil Polidesportivo	2002 – PER e DL 226/87
Total	30	257			732		

Fonte: Câmara Municipal de Valongo – Ação Social

Caraterização dos Empreendimentos PER, na freguesia de Sobrado

Empreendimento	Nº Entradas	Nº Fogos no total	Nº Fogos	Tipologia	Nº de pessoas	Equipamentos	Ano Construção / Programa
Baldeirão I	4	32	12 12 8	T1 T2 T3	85	Parque Infantil	1997 - PER
Baldeirão II	5	44	14 14 14 2	T2 T3 T4 T5	193	Sala de Atendimento Local Parque Infantil Jardim-de-infância Polidesportivo	1998 - PER
Total	9	76			278		

Fonte: Câmara Municipal de Valongo – Ação Social

Anexo XII**Caraterização dos Empreendimentos PER, na freguesia de Valongo**

Empreendimento	Nº Entradas	Nº Fogos no total	Nº Fogos	Tipologia	Nº de pessoas	Equipamentos	Ano Construção / Programa
Galinheiro	6	44	10 21 10 1 2	T1 T2 T3 T4 T5	133	Sala de Atendimento Local Parque Infantil Polidesportivo	1997 - PER
Outrela	7	52	8 8 24 12	T1 T2 T3 T4	215	Sala de Atendimento Local Parque Infantil ATL Polidesportivo	1997 - PER
Total	13	96			348		

Fonte: Câmara Municipal de Valongo – Ação Social

Fotografia Empreendimento Barreiro de Cima, freguesia de Alfena



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento Serra Amarela, freguesia de Alfena



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento S. Bartolomeu, freguesia de Alfena



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento Balselhas, freguesia de Campo



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento Padre António Vieira, freguesia de Campo



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento 1º Maio, freguesia de Campo



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento da Palmilheira, freguesia de Ermesinde



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento de Sampaio, freguesia de Ermesinde



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento Mirante dos Sonhos, freguesia de Ermesinde



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento Montes da Costa, freguesia de Ermesinde



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento Baldeirão I, freguesia de Sobrado



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento Baldeirão II, freguesia de Sobrado



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento da Outrela, freguesia de Valongo



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Empreendimento do Galinheiro, freguesia de Valongo



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Bairro social das Saibreiras, freguesia de Ermesinde



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Bairro social das Pereiras, freguesia de Valongo



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Fotografia Bairro social do Calvário, freguesia de Valongo



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2014

Inquérito à população dos bairros

Inquérito de opinião aos residentes do bairro: _____

CONSUMO E LAZER / SATISFAÇÃO RESIDENCIAL

Este questionário insere-se num exercício académico, no âmbito de uma disciplina do curso de Geografia e de um Projeto para uma Dissertação de Mestrado, da Universidade do Porto.

O questionário visa recolher a opinião dos residentes destes bairros relativamente ao Consumo e Lazer, a Satisfação Residencial, à sua experiência de realojamento, às suas perceções sobre o bairro e sobre a vivência no bairro, em geral.

Este questionário é anónimo e a sua informação confidencial. Será objeto de tratamento, não existindo identificação de nome ou morada.

Agradecemos que leia atentamente as questões e responda de acordo com a sua situação.

1ª Parte - Questões de caracterização do inquirido e do seu agregado familiar

1 . Qual é a sua idade? _____

2. Sexo: 1.Masculino 2.Feminino

3. Indique a sua relação de parentesco com os familiares que vivem consigo.

Assinale com X a relação de parentesco que o entrevistado tem com cada indivíduo co-residente. O nº do indivíduo será mantido nas próximas questões.

	Inquirido	Ind. 2	Ind. 3	Ind. 4	Ind. 5	Ind. 6	Ind. 7
1 - Cônjuge/Companheiro							
2 - Filho(a)							
3 - Enteadado(a)							
4 - Pai ou mãe							
5 - Sogro ou sogra							
6 - Nora ou genro							
7 - Irmão ou irmã							
8 - Neto(a)/bisneto(a)							
9 - Avô ou avó							
10 - Outro grau de parentesco							

4. Qual o nível de escolaridade mais elevado que completou? E os familiares que vivem consigo (assinale apenas uma opção)

	Ind.2	Ind.3	Ind.4	Ind.5	Ind.6	Ind.7
1. Nenhum, não sabe ler nem escrever						
2. Nenhum, mas sabe ler e/ou escrever						
3. 4 anos de escolaridade						
4. 6 anos de escolaridade						
5. 9 anos de escolaridade						
6. 12 anos de escolaridade						
7. Licenciatura ou bacharelato						
8. Mestrado ou doutoramento						

5. Qual é a sua condição perante o trabalho? E os familiares que residem consigo? (assinale as opções que descrevem a sua situação)

	Ind.1	Ind.2	Ind.3	Ind.4	Ind.5	Ind.6	Ind.7
1. Trabalha							
2. Estuda							
3. Estuda e trabalha							
4. Desempregado (procura 1º emprego)							
5. Desempregado (à mais de um ano)							
6. Reformado							
7. Doméstica							
6. Inválido/Incapacitado							
9. Inativo							

6. Trabalha? Sim Não

Se trabalha:

6.1. qual é o concelho do seu local de trabalho? _____

6.2. quanto tempo demora a chegar ao seu local de trabalho? _____

6.3. que meio de transporte utiliza? _____ (transporte individual, autocarro comboio, metro, a pé ou outro)

7. Estuda? Sim Não

Se estuda:

7.1. qual é o concelho do seu local de estudo? _____

7.2. quanto tempo demora a chegar ao seu local de estudo? _____

7.3. que meio de transporte utiliza? _____ (transporte individual, autocarro comboio, metro, a pé ou outro)

8. Nasceu em Portugal? Sim Não

9. Onde nasceu?

Concelho: _____

Freguesia: _____

10. Onde reside atualmente?

Concelho: Valongo _____

Freguesia: _____

Rua ou lugar: _____ Código postal (sete dígitos):

2ª Parte - Questões de caracterização de Consumo e Lazer

1. Onde costuma passar férias?

- No estrangeiro onde ? _____

- Noutro concelho do País onde ? _____

- Em Portugal, mas fora do concelho de residência onde ?

2. Em que concelho procura os seguintes SERVIÇOS quando necessita?

	Nunca utilizou	Local (concelho)
1. Serviços de advocacia		
2. Serviços médicos (clínica geral)		
3. Hospital		
4. Ensino superior (universidade)		

5. Serviços de Finanças		
6. Serviços Desportivos		
7. Serviços Culturais (museus,		
8. Serviços Lazer (cinemas,		

3. Em que local realiza habitualmente as seguintes COMPRAS?

	Nunca FEZ	Local (concelho)
1. Alimentação		
2. Vestuário		
3. Eletrodomésticos		
4. Mobiliário		
5. Livros/filmes/jogos		

4. Realiza compras online? Sim Não

4.1. Se sim que tipo de compras faz on-line (assinale as opções que descrevem a sua situação)?

1. Alimentação	
2. Vestuário	
3. Eletrodomésticos	
4. Mobiliário	
5. Livros/filmes/jogos	
6. Outros (especifique)	

5. No último mês, frequentou habitualmente PARQUES VERDES?

Sim Não

5.1. Se sim indique:

Diga todos os principais ESPAÇOS PÚBLICOS, PARQUE VERDES, que frequentou no último mês?	Nº de vezes que lá foi no último mês?	Em que concelho se localiza?

6. No último mês, nas suas atividades de lazer, FOI AO CINEMA? Sim Não

6.1. Se sim indique:

Diga os principais CINEMAS que frequentou no último mês?	Nº de vezes que lá foi no último mês?	Em que concelho se localiza?

7. No último mês, nas suas atividades de lazer, frequentou EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS? Sim
☞ Não ☞

7.1. Se sim indique:

Diga os principais equipamentos DESPORTIVO que frequentou no último mês?	Nº de vezes que lá foi no último mês?	Em que concelho se localiza o equipamento?

8. No último mês, à noite ou aos fins de semana frequentou habitualmente RESTAURANTES, BARES E DISCOTECAS com os seus amigos ou familiares, etc.)? Sim ☞ Não ☞

8.1. Se sim indique:

Diga os principais RESTAURANTES, BARES OU DISCOTECAS que frequentou no último mês?	Nº de vezes que lá foi no último mês?	Em que concelho se localiza o equipamento?

9. No último mês, frequentou alguns Shoppings ou Outlets ou Zonas de comercio tradicional?

Sim ☞ Não ☞

9.1. Se sim indique:

Diga todos os <i>shoppings</i> , <i>outlets</i> , ou zonas de comércio tradicional que frequentou no último mês?	Nº de vezes que lá foi no último mês:	Localização – concelho

10. Em termos de vivência urbana (diurna ou noturna), indique os dois lugares que mais gosta de frequentar na Área Metropolitana do Porto:

(Porto, Matosinhos, Maia, Gaia, Valongo, Gondomar, Vila do Conde, Póvoa, Trofa, Santo Tirso, Espinho, Paredes, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Arouca, Oliveira de Azeméis, Póvoa do Varzim):

1.
2.

3ª Parte - Questões de caracterização de Consumo e Lazer

1. Numa escala de 1 a 10, como avalia:

	Escala de 1 a 10
O seu grau de satisfação com o local onde reside	
O seu grau de satisfação com a habitação onde reside	
O seu grau de satisfação com o local onde trabalha	
O seu grau de satisfação com a sua qualidade de vida em geral	

2. Satisfação relativa aos factores mais determinantes para a promoção da qualidade de vida relativamente às amenidades localizadas nas proximidades da área de residência

	Não satisfaz / Satisfaz / Satisfaz Muito / Não Interessa
A oferta da habitação local	
O conforto térmico da habitação onde reside (casas muito frias ou muito quentes)	
As oportunidades de trabalho local	
As remunerações (salário) do seu trabalho	
Os espaços verdes existentes	
Os níveis de limpeza pública	
A recolha seletiva de resíduos	
Os níveis de poluição local	
Os espaços públicos existentes	
O estado de conservação das ruas	
A conservação dos edifícios	

A adequação do espaço público ao lazer	
A oferta de serviços de saúde	
A oferta de serviços de educação	
A oferta de serviços de apoio social	
A oferta de comércio	
A oferta de equipamento de animação desportiva	
A oferta de animação cultural e de lazer	
A oferta de bibliotecas e museus	
Os serviços de transportes públicos	
As facilidades de deslocação automóvel	
A segurança pública local	
O ambiente social envolvente	
A ideia que os outros têm do local onde residio	
O civismo dos residentes locais	
As relações de vizinhança	
A proximidade e acessibilidade aos centros de decisão local	
A possibilidade de intervir na política local	

4ª Parte - Questões de caracterização dos percursos residenciais, do alojamento e do regime de propriedade atual

1. Em que ano veio morar para este bairro? (Preencha o ano no espaço fornecido)

2. Viveu sempre na mesma casa e neste bairro? Sim Não

3. Onde vivia(m) antes de se mudar(em) para aqui?

1 - Noutra casa no mesmo bairro		Bairro/ Concelho
2 - Noutra casa no mesmo concelho -Qual?		
3 - Noutra casa de outro concelho - Qual?		
4 - Noutra país - Qual?		

3.1. Como é que era a casa onde vivia(m) antes? Caso tenha vivido sempre no bairro, como é que era a casa onde os seus pais viviam? Assinale com X a opção correta.

1 - Arrendada no mercado privado formal (a senhorio);	
2 - Habitação social (arrendada a organismo público)	
3 - Subarrendada (ex: quarto)	
4 - Próprio - comprada no mercado formal	
5 - Próprio - auto-construção/ construção informal (de que tipo?)	
- hab.precária/ abarracada	<input type="text"/>
- alojamento clássico (ex: moradia, etc.)	<input type="text"/>
6 - Próprio - comprada/ adquirida a organismo público	
7 - Próprio - casa móvel	
7 - Casa emprestada de amigos/ familiares	
8 - Ocupação de casa sem pagar renda	
9 - Instituição de acolhimento	
10 - Outra situação (<i>especificar à frente</i>) _____	

3.2. E quantas divisões tinha essa casa (onde vivia(m) antes), sem contar com a cozinha e WC?

4. E a casa onde vive(m) atualmente no bairro? É ...

Assinale com X a opção correta.

1 - Habitação social (arrendada a organismo público)	
2 - Subarrendada (ex: quarto)	
3 - Casa emprestada de amigos/ familiares	
4 - Outra situação (<i>especificar à frente</i>) _____	

4.1. E quantas divisões tem a casa onde vive(m) hoje, sem contar com a cozinha e WC?

4.2. E esta casa é maior do que a outra (em que vivia antes)?

5ª Parte - Questões de percepções dos residentes relativamente ao processo de realojamento

1. A mudança para este bairro foi devida a:

1 - Realojamento	
2 - Escolha familiar/ pessoal	
3 - Outra situação (qual?) _____	

2. Logo que ocorreu o realojamento/ a mudança, achava que...

1 - Tinha sido uma mudança para melhor	
2 - Tinha sido uma mudança para pio	
3 - Não tinha mudado nada	

3. E atualmente? Considera que o realojamento/a mudança...

1 - Foi uma mudança para melhor	
2 - Foi uma mudança para pio	
3 - Não mudou nada	

4. Como avalia o acompanhamento dos técnicos na fase de preparação do realojamento/ da mudança para o novo bairro?

nada satisfeito	pouco satisfeito	satisfeito	muito satisfeito	N.A.

4.1. Como avalia o acompanhamento dos técnicos após o realojamento no novo bairro?

nada satisfeito	pouco satisfeito	satisfeito	muito satisfeito	N.A.

--	--	--	--	--

6ª Parte - Questões sobre a Satisfação Residencial dos Moradores

1. Indique agora o seu nível de satisfação para as questões seguintes nos diferentes momentos da sua vida (antes do realojamento e atualmente).

	Sítio onde morava antes				Atualmente			
	nada satisfeito	pouco satisfeito	satisfeito	muito satisfeito	nada satisfeito	pouco satisfeito	satisfeito	muito satisfeito
1 - Condições da casa								
2 - Espaços comuns do edifício/ prédio (limpeza, organização, etc.)								

BAIRRO	nada satisfeito	pouco satisfeito	satisfeito	muito satisfeito	nada satisfeito	pouco satisfeito	satisfeito	muito satisfeito
3 - Localização do bairro e acessibilidades (transportes, etc.)								
4 - Qualidade e limpeza dos espaços públicos (passeios, praças...) e espaços verdes								
5 - Equipamentos no bairro ou a menos de 15 min.a pé (para crianças, de saúde, etc.)								
6 - Comércio e Serviços existentes no bairro (ou a menos de 15 min.a pé)								
7 - Relações de vizinhança e solidariedade								
8 - Sentimento de segurança (assaltos, práticas ilegais, presença polícia, etc.)								

2. Acha que as pessoas de fora do bairro (incluindo pessoas que nunca o visitaram) têm medo de vir ao bairro? Sim – Não -

3. Gostaria de mudar algo no bairro? Se sim, o que mudaria?

7ª Parte - Questões sobre o Quotidiano e Relações de Vizinhança

1. Os seus amigos (as) são sobretudo: Indique com X a opção correta para cada um dos momentos pedidos. No caso de não se aplicar o primeiro momento, responder apenas para o período "Atualmente"

Origem dos amigos	Atualmente
1 - Vizinhos do bairro	
2 - Vizinhos de perto do bairro	
3 - Colegas de trabalho e/ou escola	
4 - Vizinhos do bairro onde morava antes	
5 - Pessoas que conheceu noutros sítios	
6 - Familiares residentes no bairro/ envolvente	
7 - Familiares residentes noutros bairros	

2. Responda por favor às seguintes perguntas, com Sim ou Não. Assinale com X a opção correcta. Inserir NS/ NR., caso o entrevistado não saiba/queira responder

a) Na sua opinião, as pessoas do bairro...	SIM	NÃO	NS/ NR
1 - Convivem e ajudam-se umas às outras?			
2 - No geral, dão-se bem umas com as outras?			
3 - Mal se conhecem?			
4 - Dão-se mal e há tensões/ conflitos entre vários grupos?			
b) Em geral, sente...	SIM	NÃO	NS/ NR

1 - Orgulho do bairro e dos seus habitantes?			
2 - Não sente nada pelo bairro nem pelos seus habitantes?			
3 - Vergonha do bairro e dos seus habitantes?			
c) Em relação ao passado (quando se mudou para o bairro), acha que...	SIM	NÃO	NS/ NR
1 - A relação entre vizinhos melhorou?			
2 - A relação com as pessoas de fora do bairro melhorou?			

8ª Parte - Questões sobre o Rendimentos e taxas de esforço com habitação

1. Qual é o principal rendimento do Sr./Sra. e da sua família? Indique as principais fontes de rendimento (no mínimo uma, no máximo três) do Entrevistado/a e dos familiares co-residentes.

1 - Salário	
2 - Rendimento Social de Inserção	
3 - Pensão/ Reforma	
4 - Subsídio temporário de doença	
5 - Subsídio temporário de desemprego	
6 - Outros subsídios temporários	
7 - Abono de família	
8 - A cargo da família	
9 - Biscates	
10 - Outra situação (<i>indique à frente</i>)	

Qual?

2. Pode indicar o valor aproximado dos rendimentos do agregado familiar?

Total de rendimentos

Menos de 210€	
Entre 211€ e 420€	
Entre 421€ e 842€	
Entre 843€ e 1265€	
Entre 1266€ e 1730€	
Entre 1731€ e 2150€	
Acima de 2151€	
NS/ NR	

3.Qual o valor aproximado da renda/ prestação ao banco que paga atualmente?

A renda da casa situa-se...	
abaixo dos 30€	
entre 31€ e 70€	
entre 71€ e 100€	
entre 101€ e 150€	
entre 151€ e 200€	
entre 201€ e 250€	
entre 251€ e 300€	
Acima dos 300€ - Valor aproximado: _____	
NS/ NR	

Agradecemos a sua colaboração